

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**ÉRIKA FÁTIMA DE ARRUDA**

**TRABALHO ASSOCIADO E EDUCAÇÃO: LIMITES E POSSIBILIDADES DE  
UMA EXPERIÊNCIA DE AUTOGESTÃO, VIVENCIADOS PELOS SÓCIOS DA  
ASSOCIAÇÃO CACERENSE DE CATADORAS E CATADORES DE MATERIAIS  
RECICLÁVEIS DO PANTANAL (ASCAPAN)**

**Cáceres-MT**

**2019**

**ERIKA FÁTIMA DE ARRUDA**

**TRABALHO ASSOCIADO E EDUCAÇÃO: LIMITES E POSSIBILIDADES DE  
UMA EXPERIÊNCIA DE AUTOGESTÃO, VIVENCIADOS PELOS SÓCIOS DA  
ASSOCIAÇÃO CACERENSE DE CATADORAS E CATADORES DE MATERIAIS  
RECICLÁVEIS DO PANTANAL (ASCAPAN)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestra em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Sandro Benedito Sguarezi

**Cáceres-MT**

**2019**

Observações:

- 1) A ficha catalográfica será elaborada pela(o) bibliotecária(o) a partir das informações da **folha de rosto** e do **resumo** final da dissertação, os quais deverão ser enviados pelo mestrando ao e-mail da secretaria do PPGEdU para a confecção da ficha catalográfica;
- 3) Esta ficha será impressa no verso da segunda folha da dissertação, e não é contada para efeito de formatação de paginação das seções;
- 4) Os dados da ficha catalográfica oficial devem ser colocados nesta caixa de texto.
- 5) Essas observações devem ser apagadas, cedendo lugar aos dados da ficha catalográfica.

**ERIKA FÁTIMA DE ARRUDA**

**TRABALHO ASSOCIADO E EDUCAÇÃO: LIMITES E POSSIBILIDADES DE  
UMA EXPERIÊNCIA DE AUTOGESTÃO, VIVENCIADOS PELOS SÓCIOS DA  
ASSOCIAÇÃO CACERENSE DE CATADORAS E CATADORES DE MATERIAIS  
RECICLÁVEIS DO PANTANAL (ASCAPAN)**

Dissertação de Mestrado aprovada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso, para obtenção do título de Mestre em Educação.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Sandro Benedito Sguarezi (Orientador – PPGedu/UNEMAT)

---

Prof. Dr. Silvano Carmo de Souza (Membro Externo – IFMT)

---

Profa. Dra. Rosely Aparecida Romanelli (Membro Interno – PPGedu/UNEMAT)

---

Profa. Dra. Cristiane Betanho (Membro Externo PPMPGO/UFU) - Suplente

---

Profa. Dra. Heloisa Salles Gentil (Membro Interno – PPGedu/UNEMAT) - Suplente

APROVADA EM: 15/08/2019.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO  
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO – MESTRADO EM EDUCAÇÃO

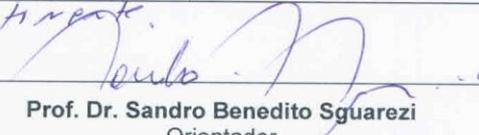


### ATA DE APRESENTAÇÃO PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

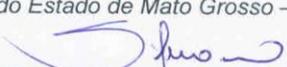
Aos quinze dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, às nove horas realizou-se na sala do Mestrado em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso a banca de Apresentação Pública de dissertação de mestrado da aluna Érika Fátima de Arruda, intitulada: "**TRABALHO ASSOCIADO E EDUCAÇÃO: LIMITES E POSSIBILIDADES DE UMA EXPERIÊNCIA DE AUTOGESTÃO VIVENCIADOS PELOS SÓCIOS DA ASSOCIAÇÃO CACERENSE DE CATADORAS E CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DO PANTANAL (ASCAPAN)**". A Banca Examinadora foi constituída pela Prof. Dr. Sandro Benedito Sguarezi (Orientador), pelo Prof. Dr. Silvano Carmo de Souza (Avaliador Externo), pela Profª. Drª. Rosely Aparecida Romanelli (Avaliadora Interna (PPGEdu)), pela Profª. Drª. Cristiane Betanho (Avaliadora suplente (membro externo)) e pela Profª. Drª. Heloisa Salles Gentil (Avaliadora Suplente (membro Interno)). Após apresentação da discente e arguição dos membros da banca o trabalho foi considerado APROVADO, devendo a mestranda proceder às adequações recomendadas pela banca. Ao final foi lavrada a presente ata, que segue assinada por mim, Profª. Drª. Marilda de Oliveira Costa, e pelos demais membros da Banca Examinadora.

#### Observações da Banca Examinadora:

- Colocar nas normas da ABNT, REVISAR ORTOGRAFIA, GRAMÁTICA ETC. ALÉM DE INCONFORMAR CONSIDERAÇÕES DA BANCA QUE ACEP-  
DITAR PERTINENTE.

  
\_\_\_\_\_  
**Prof. Dr. Sandro Benedito Sguarezi**  
Orientador

Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT

  
\_\_\_\_\_  
**Prof. Dr. Silvano Carmo de Souza**  
Avaliador Externo

Instituto Federal do Mato Grosso - IFMT



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO  
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO – MESTRADO EM EDUCAÇÃO**



---

**Prof.ª Dr.ª Rosely Aparecida Romanelli**  
Avaliadora Interna (PPGEdu)

*Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT*

---

**Prof.ª Dr.ª Heloisa Salles Gentil**

Avaliadora Suplente (Membro Interno)

*Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT*

---

**Prof.ª Dr.ª Cristiane Betanho**

Avaliadora Suplente (Membro Externo)

*Universidade Federal de Uberlândia – UFU*

*Dedico esta dissertação a Deus por ter me dado força e sabedoria para vencer mais esta etapa.*

*À minha mãe, Ana Cecília da Silva, ao meu pai, José Estevão de Arruda (**in memoriam**).*

*E aos meus filhos, Ayllon Phietro de Arruda Vargas e Noah de Arruda Vargas.*

*Dedico também ao meu esposo, Bras Vargas, pelo carinho e paciência durante a construção deste estudo.*

*Dedico este estudo, em especial, aos Catadores de Materiais Recicláveis da Associação (ASCAPAN), pela amizade construída e aprendizagem compartilhada.*

## AGRADECIMENTOS

*Agradeço ao meu Deus, pela minha vida, por todas as bênçãos que já recebi e irei receber, pois sei que nunca me abandonarás.*

*Ao meu pai José Estevão de Arruda (in memoriam), pelo seu exemplo de vida e serenidade nos direcionamentos da vida dos(as) filhos (as) e que sempre acreditou que os estudos eram o melhor caminho para os(as) filhos (as).*

*À minha amada mãe, Ana Cecília da Silva, por sempre estar ao meu lado, pela paciência e apoio, pelo amor que nos ensinou e que nos renova a cada dia.*

*Ao meu filho, Ayllon Phietro de Arruda, pela imensidão do nosso amor, você continua sendo o motivo da minha luta.*

*Aos meus irmãos, Adriano e Kelly, agradeço por sempre disponibilizarem um tempinho para me ajudar e me ouvir. Obrigada pelos nossos laços afetivos, amo vocês.*

*À minha prima mestranda, Silvana Lemes, obrigada pelas vozes de incentivo, pelas vibrações e pelos abraços que me acalmaram.*

*À minha amiga, Márcia Cruz, obrigada por ter me acolhido nas horas de aflição da construção desta caminhada.*

*Ao meu orientador, Prof. Dr. Sandro Benedito Sguarezi, pela paciência, compromisso e amizade. Muito Obrigada por compartilhar conhecimentos!*

*Ao Prof. Dr. Laudemir Luiz Zart, que foi meu orientador de estágio e que me incentivou a introduzir atividades práticas na sala de aula que muito contribuíram para a concretude deste estudo.*

*A todos os (as) professores (as) do Programa de Mestrado em Educação da UNEMAT, que contribuíram para a minha formação pessoal e profissional. Em especial, ao meu amigo Jônatas, profissional técnico da Educação Superior, que esteve sempre disponível a ajudar e auxiliar, meu muito obrigado.*

*Aos colegas de turma, pelos momentos vividos, pelo companheirismo e amizade. Fabiana, Valdinei, Rafael, Arruda, Suzeli, Creuza, Maure, saudades.*

*À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de estudos de Mestrado.*

*Ao Núcleo UNITRABALHO/UNEMAT/INCUBEES, pela solidariedade no processo da construção da pesquisa.*

*A todos os Catadores da (ASCAPAN), pela amizade e convivência que foram enriquecedores na construção desta pesquisa. Foram momentos únicos de aprendizagem. Obrigada por me deixarem escrever um pouco desta história de luta e resistência.*

*Somente na sua solidariedade, em que o subjetivo constitui com o objetivo uma unidade dialética, é possível a práxis autêntica. (Paulo Freire)*

## RESUMO

Neste estudo tem-se o objetivo de analisar os limites e as possibilidades do processo de organização do Trabalho Associado vivenciados pelos sócios da Associação Cacerense de Catadoras e Catadores de Materiais Recicláveis do Pantanal (ASCAPAN), localizada no município de Cáceres-MT. O estudo problematiza: os Catadores de materiais recicláveis, sócios da ASCAPAN, se apropriaram dos conceitos e práticas do Trabalho Associado e da Autogestão? O que eles aprenderam no processo de organização da associação e durante a transição do trabalho individual para o Trabalho Associado? Os sujeitos da pesquisa totalizam 100% de trabalhadores sócios. A investigação embasa-se na Pedagogia Crítica Libertadora, fundamentada em Paulo Freire, com enfoque na pesquisa qualitativa. Os instrumentos utilizados foram: observação sistemática orientada por um roteiro de observação; formulários de pesquisa para caracterizar o empreendimento e levantar o perfil socioeconômico; entrevista semiestruturada e roda de conversa. Os dados coletados foram analisados com base em: Freire (1987), Pistrak (2000), Frigotto; Ciavatta; Ramos (2005), Brandão (2006), Manacorda (2007) e Gadotti (2009) — campo da Educação. Singer (2002) — Economia Solidária; Tiriba (2008) e Dal Ri (2010) — conceito e práticas de Trabalho Associado. Mészáros (2008), Nascimento (2009; 2011), Sguarezi (2011; 2012) — conceito de Autogestão. Os resultados revelam que os objetivos da pesquisa foram alcançados, porém, o principal limite apontado pelo estudo não está na organização dos Catadores, sequer no enfrentamento das contradições desses trabalhadores frente ao processo de organização do Trabalho Associado e da construção da Autogestão dentro da associação. O limite maior deve-se à fragmentação do processo de implantação da política pública, apontando a precariedade da realização da coleta seletiva que não foi implantada porta a porta, e sim implementada de forma incipiente junto aos grandes geradores, porém sem atender às exigências legais da política pública, em relação à falta de investimentos em infraestrutura adequada para a coleta seletiva. O limite também compreende a falta de continuidade da educação ambiental junto à sociedade e, principalmente, à falta de compromisso e expertise do Poder Público local para consolidar o processo. Quanto aos limites da organização do EES analisado, o estudo aponta a falta de estrutura (barracão, máquinas, equipamentos, etc.), consequência das falhas da política pública. E, igualmente, a interrupção do processo de formação que vinha sendo realizado pela incubadora e parceiros, mas principalmente a falta de matéria-prima, devido à ausência da coleta seletiva. Os resultados apontam muitas possibilidades a partir dessa experiência, que, mesmo sendo embrionária, proporcionou aprendizado aos sujeitos da pesquisa. Mostra também que os Catadores se apropriaram dos conceitos do Trabalho Associado e da Autogestão. Porém, quando se aprofunda a análise crítica, própria da Educação Popular, se percebe que, apesar desses trabalhadores terem se apropriado dos conceitos, ainda estão distantes das práticas que orientam os princípios da Economia Solidária. Isso exige longo tempo de formação e experiência cotidiana no enfrentamento das contradições do mundo do trabalho, no processo de transição do trabalho precarizado ao Trabalho Associado, indicando que a Autogestão comporta uma prática pedagógica, importante, necessária, mas muito difícil de ser assimilada.

**Palavras-Chave:** Economia Solidária, Educação Popular, Catadores/as, Autogestão e Coleta Seletiva.

## ABSTRACT

The study aims to analyze the limits and possibilities of the process of organization of Associated Work experienced by the partners of the Cacerense Association of Waste Pickers of the Pantanal (ASCAPAN) located in the city of Cáceres-MT. The study questions: Did ASCAPAN member Waste Pickers appropriate the concepts and practices of Associated Work and Self-Management? What did they learn in the process of organizing the association and during the transition from individual to associate work? The research has as subjects 100% of the partner workers. The investigation is based on the perspective of Liberating Critical Pedagogy, supported by Paulo Freire, focusing on qualitative research. As instruments were used the systematic observation guided by an observation script, research forms to characterize the enterprise, raise the socioeconomic profile and conducted semi-structured interview. To finalize the investigation a conversation wheel was held. The collected data were analyzed based on authors such as: Freire (1987), Pistrak (2000), Frigotto; Ciavatta; Ramos (2005), Brandão (2006), Manacorda (2007) and Gadotti (2009) working in the field of Education. Singer (2002), Solidarity Economy; Tiriba (2008) and Dal Ri (2010) that problematize the concept and practices of Associated Work. Mészáros (2008), Nascimento (2009; 2011), Sguarezi (2011; 2012) who work on the concept of self-management. The results indicate that the research objectives were achieved. However, the main limitation pointed out by the study is not in the organization of Waste Pickers, it is not only in facing the contradictions of these workers facing the process of organizing Associated Work and the construction of Self-Management within the association. The larger limit is due to the fragmentation of the process of implementation of Public Policy. Points to the precariousness of selective collection that was not implemented door to door, was implemented incipiently with the large generators, but without meeting the legal requirements of public policy, regarding the lack of investments in adequate infrastructure for selective collection, also understands the lack of continuity environmental education with society and especially the lack of commitment of the Local Government to consolidate the process. Regarding the limits of the organization of the analyzed EES, the study points to the lack of structure (shed, machines, equipment, etc.) as a consequence of the failures of public policy. Also the interruption of the formation process that was being carried out by the incubator and partners. And mainly the lack of raw material due to the absence of selective collection. The results point to many possibilities from this experience, which although constituting an embryonic experience provided learning for the research subjects. It also shows that Waste Pickers appropriated the concepts of Associated Work and Self-Management. However, when the critical analysis, proper to Popular Education, deepens, one realizes that although these workers have appropriated the concepts, they are still far from the practices that require the principles of Solidarity Economy. This requires a long time of training and daily experience in coping with the contradictions of the world of work in the transition process, from precarious work to Associated Work, indicating that self-management involves a pedagogical practice that is important, necessary but very difficult to assimilate.

**Keywords:** Solidarity Economy, Popular Education, Waste Pickers, Self-Management and Selective Collection.

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

ASCAPAN - Associação Cacerense das Catadoras e Catadores de Materiais Recicláveis do Pantanal

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CIISC - Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis

EES - empreendimento Econômico Solidário

CEFAPRO – Centro de Formação de Professores

COOMDEC – Cooperativa Mista de Desenvolvimento de Cáceres

COOPERLIMP - Cooperativa Cidade Limpa

CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

FBB - Fundação Banco do Brasil

FMI - Fundo Monetário Internacional

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCUBEES - Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários

IOCASS - Incubadora de Organizações Coletivas Solidárias e Sustentáveis

MPE – Ministério Público Estadual

MNCR - Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis

PNRS - Política Nacional de Resíduos Sólidos

SEMA - Secretaria de Estado de Meio Ambiente

SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária

SETAS - Secretaria de Estado do Trabalho e Assistência Social

SICMATUR - Secretaria Municipal de Comércio, Meio Ambiente e Turismo

SIES - Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNEMAT - Universidade do Estado de Mato Grosso

UNITRABALHO - Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Inclusão socioproductiva dos Catadores e Catadoras de materiais recicláveis... 25	25
Quadro 2 - Síntese dos conceitos de Economia Solidária e Autogestão no Brasil..... 46	46
Quadro 3 - Síntese dos conceitos sobre Educação Popular e Trabalho Associado ..... 48	48
Quadro 4 - Tipologia de materiais recicláveis..... 71	71
Quadro 5 - Principais materiais comercializados e preços pagos..... 72	72
Quadro 6 - Perfil dos entrevistados (*) da ASCAPAN ..... 77	77
Quadro 7 - A visão que os Catadores da ASCAPAN têm sobre Trabalho Associado ..... 99	99
Quadro 8 - O que os Catadores da ASCAPAN entendem por Autogestão..... 105	105
Quadro 9 - Os processos de tomada de decisão no empreendimento..... 109	109
Quadro 10 - Envolvimento com Movimentos Sociais e formação..... 122	122

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma da Organização do Comitê Executivo do Programa Cáceres Recicla e seus Grupos de Trabalho .....	33
Figura 2 - Layout do barracão da ASCAPAN.....	74
Figura 3 - Nuvem de palavras .....	130

## SUMÁRIO

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	17
1.1 Trajetória de vida da pesquisadora.....	17
1.2 O contexto da pesquisa.....	17
1.3 Caminhos metodológicos, objetivos e o problema de pesquisa.....	20
1.4 Referencial teórico .....	21
1.5 Estrutura do estudo.....	22
2 POLÍTICAS PÚBLICAS E INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA DE CATADORES E CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS.....	23
2.1 Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).....	23
2.2 Política Estadual de resíduos sólidos: no Estado de Mato Grosso.....	28
2.3 Política Municipal de Resíduos Sólidos: Cáceres, MT .....	31
2.4 Organização socioprodutiva dos Catadores de Materiais Recicláveis .....	34
3 AUTOGESTÃO, TRABALHO ASSOCIADO E EDUCAÇÃO POPULAR.....	43
3.1 Autogestão, Trabalho Associado e Economia Solidária .....	43
3.2 Educação Popular e Trabalho Associado – .....	47
3.3 Movimentos sociais e processos emancipatórios pela Educação .....	52
3.4 Da alienação provocada no processo de trabalho assalariado às dimensões educativas e libertárias do Trabalho Associado.....	56
4 MATERIAIS E MÉTODOS.....	59
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES .....	67
5.1 Percurso histórico da ASCAPAN .....	67
5.2 Produção e comercialização.....	70
5.3 Perfil socioeconômico dos Catadores .....	76

5.4 O processo de organização do Trabalho Associado vivenciado pelos sócios da ASCAPAN .....	85
5.5 A concepção de Autogestão para os Catadores da ASCAPAN.....	102
5.6 As práticas pedagógicas, desenvolvidas pelos Catadores no âmbito da ASCAPAN .....	111
6 CONSIDERAÇÕES TRANSITÓRIAS.....	129
7 REFERÊNCIAS.....	140
APÊNDICES .....	153
APÊNDICE A - DIAGNÓSTICO DO EMPREENDIMENTO ECONÔMICO SOLIDÁRIO (EES).....	153
APÊNDICE B – FORMULÁRIO - PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS CATADORES .....	154
APÊNDICE C - ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO SISTEMÁTICA .....	156
APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO.....	157
ANEXOS.....	169
ANEXO A - ILUSTRAÇÕES DO LIXÃO DE CÁCERES - MT .....	169

## **1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

Inicialmente, apresentamos a trajetória de vida da pesquisadora, o contexto da pesquisa, os objetivos e o problema de pesquisa, os caminhos metodológicos, indicando o referencial teórico que suporta o estudo. E, à luz desse referencial, inserimos as considerações transitórias, relativas à experiência de Trabalho Associado e Autogestão, a qual ocorre, ainda de modo muito embrionário, em uma associação de Catadores e Catadoras de materiais recicláveis.

### **1.1 Trajetória de vida da pesquisadora**

Ainda no ano de 2015, no percurso entre a cidade de Cáceres e o distrito de Vila Aparecida, onde se localizava meu local de trabalho, passei a observar o lixão da cidade e as pessoas, homens, mulheres e crianças, que trabalhavam naquele local. Surgiram, então, questionamentos de minha parte, quanto à regularidade do local e as condições de trabalho a que estavam submetidos àqueles trabalhadores e trabalhadoras. As bases iniciais para formular o objeto desta pesquisa vieram dessa experiência de observação da realidade do lixão da cidade de Cáceres e a realidade vivida pelas pessoas naquele local. Realidade que me causava indignação, tanto pela situação do local quanto pelo trabalho daquelas pessoas.

Minhas aproximações com as temáticas da Economia Solidária aconteceram durante a especialização *Latu Sensu* na Universidade do Estado de Mato Grosso, junto ao Núcleo UNITRABALHO (Campus de Cáceres), com o trabalho de conclusão do curso, no qual tratei sobre o tema “Economia Solidária e Políticas Públicas”, o qual me possibilitou conhecer a realidade dos Catadores e Catadoras do lixão.

### **1.2 O contexto da pesquisa**

Cáceres, cidade do Sudoeste de Mato Grosso, localiza-se às margens do rio Paraguai, a aproximadamente 200 quilômetros da capital Cuiabá, com população estimada de 93.882 habitantes (IBGE, 2018). Mais especificamente, situa-se na rodovia MT 343, estrada que liga o município de Cáceres à barra dos Bugres, a, aproximadamente, 10

quilômetros do centro da cidade, e a dois quilômetros do córrego Piraputanga, na bacia do rio Paraguai, nascente do Pantanal.

Às margens da rodovia MT 343 havia um lixão a céu aberto, conhecido como lixão da cidade. Naquele local, homens, mulheres e crianças exploravam o material reciclável ali depositado pela empresa responsável pela limpeza urbana municipal, pelos munícipes e por grandes geradores (Empresas locais) de resíduos sólidos. No entanto, aquelas pessoas faziam a coleta em condições precárias de serviço, expostos a possíveis problemas de saúde, ao chorume e à fumaça, resultado da queima de material.

Ali desenvolvi os primeiros diálogos com aquelas pessoas, pois elas temiam o fechamento do lixão. A esperança delas era continuar trabalhando mesmo em situação degradante, sendo que muitos dos que visitavam o local propunham a criação de uma associação para explorar a coleta seletiva, porém isso era apenas um sonho. Os poucos que propunham a coleta seletiva, inclusive eu, não tinham a dimensão da importância dessa ação e muito menos das dificuldades de promover e implementar a política pública com a inclusão socioprodutiva de Catadores e Catadoras.

Eu ainda não tinha conhecimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS, Lei nº 12.305/2010, mas a partir dos estudos na especialização fui tomando consciência que já existiam políticas públicas que se preocupavam com essa triste realidade. Porém, quando comecei a aprofundar os estudos percebi as limitações institucionais para a consolidação dessas políticas e o quanto era difícil para as pessoas, sejam os cidadãos comuns, sejam autoridades, compreender a complexidade desse processo.

Nesse contexto, no ano de 2016, o município de Cáceres, muito inerte à situação, e provocado pela exigência legal, a partir da instauração de inquérito civil pela 2ª Promotoria da Justiça da Comarca de Cáceres<sup>1</sup>, visando garantir a efetividade da Lei 2.367/2013 que

---

<sup>1</sup> Estado de Mato Grosso. Poder Judiciário 5ª Vara da Comarca de Cáceres. Termo de Audiência de instrução e Julgamento. Processo n. 6970-45.2015.811.006 – Código: 49839. Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Requerido: Município de Cáceres-MT. Após a identificação dos problemas no “lixão” da cidade, várias reuniões foram realizadas com alguns setores da comunidade, resultando num Termo de Compromisso assumido pelo Município de Cáceres.

criou o “Programa Cáceres Recicla”<sup>2</sup> acionou a lei. Assim, o Poder Público Local e a sociedade obrigaram-se a iniciar o processo de implantação do PNRS.

Assim, iniciou-se a mobilização social para implementar o “Programa Cáceres Recicla”, avançando para a construção da Política Pública Municipal de Resíduos Sólidos, a partir da instauração do inquérito civil e da realização do I Workshop de Articulação Institucional e Planejamento do Programa “Cáceres Recicla”, no dia 24 de setembro de 2014. Deste, participaram o Ministério Público, o Poder Público Municipal e Sociedade Civil Organizada e a UNEMAT, através da INCUBESS. E, a partir dessa implementação, visava-se fechar o lixão da cidade (INCUBESS, 2014).

Inicialmente, no meu projeto, propus-me a desenvolver a pesquisa com todas as associações e cooperativas que atuavam junto ao “Programa Cáceres Recicla”: Associação Cacerense de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis do Pantanal (ASCAPAN), Cooperativa Cidade Limpa (COOPERLIMP) e a Cooperativa Mista do Desenvolvimento de Cáceres (COOMDEC). Mas no decorrer da pesquisa delimito como foco um estudo sobre o Trabalho Associado e a experiência de Autogestão da Associação Cacerense de Catadoras e Catadores de Materiais Recicláveis do Pantanal (ASCAPAN), localizada no município de Cáceres-MT, Brasil. Essa delimitação também ocorreu porque a COOMDEC e a COOPERLIMP apresentaram objeções e resistência em participar da pesquisa<sup>3</sup>. Além disso, no percurso de construção, o projeto recebeu muitas contribuições até chegar à qualificação. É o que justifica a delimitação do estudo junto à ASCAPAN.

---

<sup>2</sup> A Lei nº 2.367/2013, de 20 maio de 2013, institui o Programa de gerenciamento de resíduos da construção civil, resíduos volumosos e resíduos secos domiciliares de Cáceres - MT, denominado “Programa Cáceres Recicla”, por intermédio do qual se estabelecem as diretrizes municipais para a universalização do acesso ao serviço público de coleta seletiva para recepção e triagem de resíduos sólidos de construção civil (volume inferior a 1m<sup>3</sup>), resíduos volumosos e secos domiciliares recicláveis a serem dispostos nos Pontos de Entrega de Pequenos Volumes – PEPVs municipais. A coleta seletiva no município é feita pela Autarquia Águas do Pantanal, com caminhões coletores e compactadores. Disponível em: <https://diariomunicipal.org/mt/amm>. Acesso em 10 de agosto de 2018.

<sup>3</sup> Pela observação, mesmo antes do processo de implantação do Programa Cáceres Recicla é possível afirmar que esses empreendimentos, essas duas cooperativas, não se utilizavam de práticas autogestionárias. Talvez essa tenha sido uma das razões para declinar da participação na nossa pesquisa. Porém, essa é uma hipótese. Esse é problema de pesquisa, uma possibilidade para pesquisas futuras, pois conforme Verago (2007, p. 6-9), “No cooperativismo que ressurgiu na década de 1990 no Brasil, devido à proliferação de cooperativas criadas e manipuladas por empresários chamadas “coper-gatos”, os princípios da autogestão se propõem como um critério para diferenciar as chamadas cooperativas genuínas, que seriam autônomas e cujos princípios de gestão, democráticos”. Outra questão que precisa ser mais bem compreendida é a contradição de um representante dessas cooperativas, que não é reconhecida como cooperativa autogestionária ser o representante do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR-Local). Isso tem gerado um desconforto constante dentro do processo de construção da implantação do Programa Cáceres Recicla. Porém, deve ser respeitada a decisão autônoma dos Catadores/as que escolhem suas lideranças.

A ASCAPAN, fundada em 2017, conta, atualmente, com seis associados Catadores. Esses trabalhadores estão desenvolvendo, embrionariamente, práticas de Trabalho Associado, tendo como objetivo organizar e vivenciar uma nova concepção de trabalho que lhes permita conquistar melhores condições de vida.

### **1.3 Caminhos metodológicos, objetivos e o problema de pesquisa**

A investigação embasa-se na perspectiva da Pedagogia Crítica Libertadora, fundamentada por Paulo Freire, com enfoque na pesquisa qualitativa. A pesquisa de campo ocorreu no período de abril a setembro de 2018, após aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). O universo da pesquisa compreendeu 100% dos sócios da ASCAPAN. Os sujeitos da pesquisa foram seis trabalhadores homens, pois, a única mulher que configurava como sócia havia se desligado da associação. Neste texto, os entrevistados são identificados pelos números 1, 2, 3, 4, 5, 6.<sup>4</sup>

A metodologia criada por Freire possibilita ao pesquisador e aos participantes da pesquisa analisar o contexto socio-histórico, no qual estão inseridos, e, a partir de sua leitura de mundo, produzir conhecimento crítico-científico. Nesse sentido, os sujeitos da ação, ao problematizarem a sua realidade histórica, se inserem em um processo de busca pelo conhecimento, reconhecendo-se como seres inacabados e em um intenso processo de transformação ao longo da vida, o que lhes permite pensar e repensar a relação entre a teoria e a prática.

Como ferramentas foram utilizadas a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e o estudo de caso, e como instrumento, a observação sistemática, suportada por um roteiro de observação durante o processo de criação da ASCAPAN.

Para fazer o diagnóstico da realidade empírica foram aplicados dois formulários de pesquisa. Um para caracterizar o empreendimento e o outro para levantar o perfil socioeconômico dos Catadores com a entrevista semiestruturada. Essa atividade ocorreu durante o mês julho de 2018. Os formulários de pesquisa foram desenvolvidos com base nos documentos do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES, 2009)

---

<sup>4</sup> Visando respeitar uma linguagem não sexista, conforme propôs Paulo Freire (1992) em sua obra: Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido, e para respeitar até a linguagem não sexista utilizada no nome do Empreendimento Econômico Solidário (EES) investigado optou-se por usar o termo Catadores/as para citar de forma genérica a categoria. E o termo Catador para citar os Catadores da ASCAPAN, pois, no momento da pesquisa, o quadro de sócios da ASCAPAN era composto apenas por homens. Um universo de seis homens. Todos sujeitos da pesquisa.

e nos Formulários do Programa da Incubadora de Organizações Coletivas Solidárias e Sustentáveis (IOCASS, 2013).

Para finalizar a investigação foi realizada uma roda de conversa com os sujeitos da pesquisa, os quais validaram a sistematização dos dados colhidos. Os dados coletados foram analisados à luz dos princípios da Economia Solidária: a Cooperação, a Autogestão, a Solidariedade e a Ação Econômica.

O objetivo geral foi analisar os limites e as possibilidades do processo de organização do Trabalho Associado vivenciados pelos sócios da Associação Cacerense de Catadoras e Catadores de Materiais Recicláveis do Pantanal (ASCAPAN), localizada no município de Cáceres-MT, Brasil. E os objetivos específicos incluíram: elaborar um diagnóstico para caracterizar o empreendimento (Pessoa Jurídica) e levantar o perfil socioeconômico desses trabalhadores (Pessoa Física); investigar, com base no processo de organização do trabalho associado e nas relações de produção, a ausência ou a emergência de práticas coletivas autogestionárias emancipatórias, e; identificar a concepção de Trabalho Associado, Autogestão em relação ao trabalho assalariado (precário/lixão/rua) na visão dos Catadores da ASCAPAN.

A pesquisa teve como motivação os problemas reais observados na *experiência* vivenciada junto às organizações econômicas populares (THOMPSON, 1978). E tendo-se traçado os objetivos, temos como problema de pesquisa: Até que ponto os Catadores de Materiais Recicláveis, sócios da ASCAPAN, se apropriaram dos conceitos e práticas do Trabalho Associado e da Autogestão? O que eles aprenderam no processo de organização da Associação e durante a transição do trabalho individual (trabalho precário) para o Trabalho Associado?

A seguir, apresentamos o referencial teórico que ancora as análises aqui apresentadas.

#### **1.4 Referencial teórico**

O lastro teórico desta pesquisa centra-se nos seguintes autores: Freire (1987), Frigotto; Ciavatta; Ramos (2005); Brandão (2006), Manacorda (2007), Gadotti (2009) que atuam no campo da Educação. E Pistrak (2000), Singer (2001), Dal Ri, (2010), Vieitez (2001), Mészáros (2008), Tiriba (2008); Zart (2004), Nascimento (2009, 2011), Sguarezi (2011, 2012) que problematizam o conceito e as práticas de Economia Solidária, Trabalho

Associado e Autogestão. O Empreendimento em tela foi incubado pela Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis (INCUBEES), vinculada à Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (UNITRABALHO) e alocada na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) Cáceres-MT.

### **1.5 Estrutura do estudo**

Este estudo está organizado em seis partes principais. A primeira parte contém as Considerações iniciais que introduzem o estudo. Na segunda parte constam as políticas públicas e a inclusão socioprodutiva de Catadores e Catadoras de materiais recicláveis. Na terceira parte constam os diálogos sobre Autogestão, Trabalho Associado e Educação Popular. Na quarta parte apresentamos a metodologia que orienta a pesquisa. A quinta parte refere-se aos Resultados e Discussões. Na sexta parte apresentamos as considerações finais da pesquisa e pontuamos lacunas para futuras pesquisas. Finalizando o estudo, temos as Referências, Apêndices e Anexos.

## **2 POLÍTICAS PÚBLICAS E INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA DE CATADORES E CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS**

### **2.1 Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS)**

Com o avanço da sociedade de consumo<sup>5</sup> ampliou-se a quantidade de produção de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU). Na atualidade, uma questão importante a ser pesquisada e analisada é a gestão integrada de resíduos sólidos urbanos. Essa questão envolve a organização e o monitoramento da coleta seletiva e que demanda serviços de manejo, entre os quais: organização da coleta, disposição e separação e destinação final, tanto dos rejeitos quanto dos materiais recicláveis. Porém, pesquisas, estudos e ações não podem ficar restritos ao olhar técnico da gestão desses produtos. É preciso lançar um olhar interdisciplinar sobre as políticas públicas e, além disso, problematizar a inclusão socioprodutiva de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis. Esses trabalhadores e trabalhadoras, historicamente, sempre estiveram à margem desse processo, mas com a promulgação da PNRS, em 2010, procuraram seu reconhecimento, buscaram processos de organização que lhes permitissem continuar sobrevivendo da catação, dentro das suas associações e cooperativas. Porém, após nove anos de promulgação dessa lei, o Brasil ainda não a cumpre como deveria.

Resíduos sólidos recicláveis são materiais que sobram no processo de produção ou de consumo e podem ser reaproveitados ou reciclados. Caso não recebam o tratamento e a destinação adequada, assim como ocorre com os rejeitos, tornam-se lixo, cuja composição inclui restos de alimentos, papéis, pilhas, baterias de celulares, tintas, solventes, restos de material de limpeza e medicamentos, entre outros (OLIVEIRA; CARVALHO, 2004).

O Brasil produz, aproximadamente, 79,9 milhões de toneladas de Resíduos Sólidos por ano, a média de geração de lixo é de 1,152 kg por habitante ao dia. Este padrão está

---

<sup>5</sup> A sociedade de consumo caracteriza-se, antes de tudo, pelo desejo socialmente expandido da aquisição “do supérfluo” do excedente, do luxo. Do mesmo modo, se estrutura pela marca da insaciabilidade, da constante insatisfação, onde uma necessidade preliminarmente satisfeita gera quase automaticamente outra necessidade, num ciclo que não se esgota, num *continuum* onde o final do ato consumista é o próprio desejo de consumo. (MOEBUS, 2008, p. 2).

próximo dos países da União Europeia, que produzem a média de 1,2 kg/dia de lixo. Nas grandes capitais brasileiras, esse volume cresce: Brasília é a campeã, com 1,698 kg/dia de resíduos coletados; o Rio de Janeiro, com 1,617 kg/dia; e São Paulo recolhe 1,259 kg/dia de resíduos (IBGE, 2010).

Para a Associação Brasileira de Limpeza Pública e Resíduos Especiais – ABRELPE, o Brasil apresentou uma geração *per capita* de 1,035 kg/dia, com um aumento na geração total de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) de, aproximadamente, 0,48% em relação ao ano de 2016 (1,032 Kg/dia) (ABRELPE, 2017). Embora o IBGE e a ABRELPE utilizem metodologias diferenciadas, o que se percebe é que a lógica do consumismo está levando a sociedade brasileira a produzir cada vez mais resíduos sólidos, assim, os números indicam que existe uma grande distância entre o que está na lei e o que se pratica no cotidiano.

Nesse contexto, foram desenvolvidos diferentes Marcos Regulatórios que tratam da coleta seletiva de resíduos sólidos. Essa legislação passou a ser mais comprometida com a coleta seletiva e também com a inclusão socioprodutiva de Catadores e Catadoras. No entanto, ao se tratar de Resíduos Sólidos e sua regulamentação não se pode ignorar a atividade desenvolvida pelos Catadores/as e pelo Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis - MNCR. Esse movimento os representa devido à sua importância na luta e militância pela organização dos/as Catadores/as no Brasil, e o MNCR também contribuiu para a construção desse marco legal.

O MNCR é um movimento social que, desde 1999, vem lutando pela organização dos/as Catadores/as de materiais recicláveis no Brasil, buscando promover, diante da sociedade e do Poder Público, a valorização dessa categoria de trabalhadores e trabalhadoras. Esse Movimento surgiu em meados de 1999, com a realização do 1º Encontro de Catadores de Papel, sendo fundado em junho de 2001, no 1º Congresso Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis, em Brasília (MNCR, 2017).

No Quadro 1, apresentamos uma Linha do Tempo com os principais atos normativos que impactaram a organização das atividades dos Catadores/as.

#### **Quadro 1 - Inclusão socioprodutiva dos Catadores e Catadoras de materiais recicláveis**

Ano	Marco Regulatório	Ação
-----	-------------------	------

2002	Atividade de Catador incluída no CBO Código Brasileiro de Ocupações	Reconhecimento da atividade de Catador e Catadora como categoria profissional, incluída, em 2002, no Código Brasileiro de Ocupações (CBO) do Ministério do Trabalho, sob o código 5192 – 05.
2003	Decreto de 11/09/2003 Institui o Comitê Interministerial de Inclusão Social de Catadores de Materiais Recicláveis (CIISC)	Uma das primeiras ações, no âmbito das políticas públicas, foi a constituição do Comitê Interministerial de Inclusão Social de Catadores de Materiais Recicláveis (CIISC), criado em 2003.
2006	Decreto nº 5.940/2006 25/10/2006	Implementa a Coleta Seletiva Solidária nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com destinação dos resíduos para a categoria.
2007	Lei nº 11.445/07 05/01/2007	Institui as Diretrizes Nacionais de Saneamento Básico, Lei nº 11.445/07, que permitem a contratação de associações e cooperativas pelo Poder Público, com dispensa de licitação para coleta de resíduos sólidos. Os municípios passam a poder contratar diretamente para prestação de serviço.
2007	Projeto Cataforte	Projeto CATAFORTE, instituído pela Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego. O projeto é resultado da parceria da SENAES com a Fundação Banco do Brasil (FBB), Petrobras, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o MNCR.
2010	Lei nº 12.305/2010 02/08/2010	Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e dispõe sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, e sobre as diretrizes relativas à gestão integrada, ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do Poder Público e aos instrumentos econômicos aplicáveis.
2010	Decreto 7.405/2010 23/12/2010 - Institui Pro Catador  - Reestrutura o CIISC	Institui o Programa Pró-Catador, denominada Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis o Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo, criado pelo Decreto de 11 de setembro de 2003, que dispõe sobre sua organização e funcionamento, e dá outras providências.
2013	Lei Municipal nº 2.367/2013, de 20 de Maio de 2013.	Institui o Programa Cáceres Recicla de gerenciamento de resíduos da construção civil, resíduos volumosos e resíduos secos e domiciliares de Cáceres – Programa Cáceres Recicla, disciplina o serviço público da coleta seletiva de resíduos e dá outras providências.

Fonte: Elaborado pela autora 2019, partir do (MNCR, 2013), Projeto Cataforte, (PNRS, 2010) e a Lei nº 2.367/2013, de 20 de Maio de 2013.

No quadro acima, observa-se o desenvolvimento cronológico da criação e instituição dos marcos regulatórios que normatizam e organizam o tratamento e a gestão

dos Resíduos Sólidos no Brasil e apresentam diretrizes para a inclusão socioprodutiva dos Catadores de materiais recicláveis em nível federal, estadual e municipal para implementar a coleta seletiva, tendo esses trabalhadores e trabalhadoras como agentes principais na gestão compartilhada de resíduos sólidos.

Mas o passo mais importante nessa construção ocorreu em 2002, quando foi regulamentada a profissionalização da atividade de Catador, com sua inclusão no Código Brasileiro de Ocupações. Essa foi a grande conquista desses trabalhadores e trabalhadoras, pois passaram a ser reconhecidos formalmente pelo Estado Brasileiro. Outra conquista importante aconteceu no ano de 2003, com o Decreto Presidencial de 11/09/2003<sup>6</sup>, que instituiu o Comitê Interministerial de Inclusão Social de Catadores de Materiais Recicláveis (CIISC).

No ano de 2006, o Decreto Presidencial nº 5.940/2006 implementou a Coleta Seletiva Solidária nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, com destinação dos resíduos para a categoria dos Catadores. No ano de 2007, foram instituídas as Diretrizes Nacionais de Saneamento Básico através da Lei nº 11.445/2007, obrigando os entes federados a formularem seus Planos de Saneamento Básico. Essa Lei também alterou o artigo 24, inciso XXVII, da Lei nº 8.666/1993 que trata das licitações, possibilitando a contratação de Associações e Cooperativas de Catadores sem a necessidade de processo licitatório (LEI 11.445, artigo 57, inciso xxvii).

Ainda no ano de 2007, foi lançado o Projeto CATAFORTE, instituído pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O projeto é resultado da parceria da SENAES com a Fundação Banco do Brasil (FBB), Petrobras, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o MNCR. Esse Projeto propiciou a captação de recursos financeiros, junto do Governo Federal, por parte das instituições de fomento (Universidades, Incubadoras, Organizações Sociais) ou mesmo empreendimentos de Catadores para investimento em infraestrutura e capacitação (FBB, 2017).

No ano de 2010, foi aprovada e sancionada a Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que dispõe sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, e sobre as diretrizes relativas à gestão integrada, ao gerenciamento de

---

<sup>6</sup> Salienta-se que este Decreto não possui número, sendo apenas denominado de Decreto de 11/09/2003 (MMA, 2019).

Resíduos Sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos Geradores e do Poder Público e aos instrumentos econômicos aplicáveis.

Ainda no ano de 2010, a Presidência da República baixou o Decreto nº 7.405/2010, que instituiu o Programa Pró-Catador, e reestruturou o CIISC - Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis. E com a promulgação da Lei 12.305/2010, ficou consolidado todo o arcabouço jurídico que trata da gestão dos Resíduos Sólidos e que torna possível ao Poder Público, estados e municípios, o estabelecimento de normas e regulamentos que promovem condições para a implantação de medidas de saneamento, gestão dos Resíduos Sólidos e inclusão produtiva de Catadores e Catadoras. Essa legislação proporcionou condições para a impulsionar a organização de Cooperativas e Associações de Catadores, e também as práticas do Trabalho Associado e da Autogestão que se personalizam nos Empreendimentos Econômicos Solidários que abrigam os Catadores e Catadoras de Material Reciclável pelo Brasil afora.

Na esteira da preocupação, visando prover recursos financeiros para a inclusão socioprodutiva dos Catadores e Catadoras, é que ocorreu a ação do MNCR. E essa ação também aconteceu nas outras instâncias da Federação, nos estados e nos municípios. A PNRS, na Seção IV, que trata dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, determina: “Serão priorizados no acesso aos recursos da União referidos no **caput** os Municípios que: II - implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de Catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda” (PNRS, Art. 18, § 1º). Ao priorizar o acesso aos recursos da União, a lei se preocupa com a inclusão socioprodutiva de Catadores/as. Vale ressaltar que todas essas conquistas dos/as Catadores/as via MNCR, não são uma ‘doação’ do Estado, uma concessão do capital. A valorização dessa categoria de trabalhadoras/es ocorreu mediante a sua própria organização, e, portanto, ela aconteceu devido ao protagonismo desses sujeitos de direito.

A seguir, discorreremos sobre a política estadual de resíduos sólidos no estado de Mato Grosso, e, posteriormente, sobre o que prevê a PNRS, na Seção IV, que trata dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, no Art. 18, § 1º, sendo priorizados, no acesso aos recursos da União, referidos no **caput**, os Municípios que: II - implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de Catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, formadas por pessoas

físicas de baixa renda. Ao priorizar o acesso aos recursos da União, a lei se preocupa com a inclusão socioprodutiva de Catadores, portanto, no tópico Política Estadual de resíduos sólidos trataremos disso e, depois, entraremos na realidade do município de Cáceres-MT, Brasil.

## **2.2 Política Estadual de resíduos sólidos: no Estado de Mato Grosso**

Segundo Ribeiro (2009), Mato Grosso está entre os Estados que pior lidam com os Resíduos Sólidos que produzem. Estudos da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE) indicam que o Estado coleta menos de 65% das 2,85 mil toneladas produzidas diariamente. Cuiabá produz 526,8 toneladas de Resíduos Sólidos diariamente, sendo coletadas entre 400 e 470 toneladas diariamente, outras 56,8 a 126,8 toneladas seguem rumo ignorado todos os dias.

Mato Grosso implantou a Política Estadual de Resíduos Sólidos no ano de 2002, com a Lei nº 7.862/2002, de 19 de dezembro de 2002, que instituiu a Política Estadual de Resíduos Sólidos, tendo sido alterada por duas vezes no ano de 2009, pelas Leis nº 9.132/2009, de 12 de maio de 2009, e pela Lei nº 9.263/2009, de 03 de dezembro de 2009.

Registre-se que o instituto estadual é anterior à Política Nacional de Resíduos Sólidos, mas vale destacar que já continha, em seus princípios, o incentivo à criação e ao desenvolvimento de Associações e Cooperativas de Catadores, como afirma em seu artigo 6º: “Incentivo à criação e ao desenvolvimento de Associações e/ou Cooperativas de Catadores e classificadores de Resíduos Sólidos” (LEI 7.862/2002, Art. 6º, vii).

Mas em que pese os avanços da legislação no país, no Estado, e no município estudado, as políticas públicas ainda estão distantes de chegar à base, lá nos lixões, nas cooperativas e associações. O Projeto Pró-Catador no estado de Mato Grosso não foi executado conforme planejado. Os Catadores e Catadoras contribuíram para a construção do projeto. Segundo Sguarezi *et al* (2014, p. 102),

dentro do campo da articulação das políticas públicas, a Rede CATAMATO também participou ativamente, cobrando do Governo do Estado a assinatura do Termo de Adesão da Chamada Pública 003/2012 – SENAES/MTE – que possibilita o estado a participar do Termo de Referência para Integração e Suporte à Ação de Fomento a Empreendimentos Econômicos Solidários e Redes de Cooperação Constituídas por Catadores e Catadoras de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis (Projeto: Pró-Catador). Dessa forma, destaca-se, aqui, a importância do Projeto CATAFORTE II no estado de Mato Grosso, no fortalecimento do associativismo e do cooperativismo, visando à inclusão socioprodutiva de

Catadores de Materiais Recicláveis e a aplicação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), que dentre seus objetivos visa a garantir dignidade, emancipação desses trabalhadores através do trabalho associado.

O Projeto Pró-Catador não foi adiante apesar dos esforços dos Catadores, do MNCR, das cooperativas e associações. Em um documento intitulado: Carta da Rede Catamoto e do MNCR/MT à SENAES-MTE, datada de 29 de julho de 2015, e endereçada à Diretoria de Promoção da Economia Solidária - SENAES, e com cópia para a Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social – SETAS, a Rede Autogestionária de Cooperativas e Associações de Catadores de Resíduos Sólidos do Estado de Mato Grosso (Rede CATAMATO) junto com os seus sócios fundadores solicitou o que segue:

Primeiro: solicita a troca da Entidade Proponente Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA), pela Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social – SETAS; Segundo: a substituição imediata da coordenação do referido projeto. O que justifica, a presente solicitação é a inadequada condução do projeto, no que diz respeito a metodologia de trabalho que não privilegia a participação dos Catadores e Catadoras do Estado de Mato Grosso no processo de gestão do referido projeto. Também não reconhece a nós Catadores e Catadoras como sujeitos inteligentes e livres para protagonizar nosso próprio destino, tampouco garante a autonomia de nossa sofrida categoria. Além disso, a atual gestão do projeto não tem considerado o histórico de luta desses trabalhadores e trabalhadoras vinculados ao Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR-MT). Ainda, a coordenação não tem respeitado as deliberações coletivas da Comissão Gestora do Projeto: Pró-Catador. Reafirmando que a Rede CATAMATO e suas associadas e o MNCR Local/MT reivindicam a imediata avaliação do projeto e alocação na SETAS, e se propõe contribuir com a tomada de decisão na gestão desses recursos públicos antes de serem empenhados e gastos, visto que existem poucos recursos para a nossa Categoria profissional diante da grande demanda dos Catadores de Mato Grosso. Dessa forma a Rede CATAMATO e o MNCR/MT através desta carta formalizam junto à Vossa Senhoria a demanda desse coletivo. Bem como, espera que dentro das normas do pacto federativo, que o Estado de Mato Grosso, através da SETAS em conjunto com a SENAES retire encaminhamentos práticos e urgentes para o bom desenvolvimento das ações do referido projeto (CARTA DA REDE CATAMATO, 2015).

A Liderança do MNCR e os membros da Comissão Gestora do Projeto Pró-Catador até o final de 2018 não sabiam exatamente o que foi realizado com o dinheiro do projeto, R\$ 3.750.000,00. Desse total, o Ministério do Trabalho (MTE) via SENAES, repassou ao governo de Mato Grosso R\$ 2.339.040,00 que deu apenas R\$ 187.500,00 em contrapartida. Nada disso chegou à base. Do total do Projeto Pró-Catador, R\$ 2.339.040,00 eram para custeio.

A ação custeio incluía como meta a elaboração de um diagnóstico da realidade dos Catadores, suas associações e cooperativas que não foi realizado. Para investimentos estava

previsto um total de R\$ 1.410.960,00, que também não foi executado, os investimentos não foram realizados, não chegaram à ponta. E até o fechamento da pesquisa não conseguimos essas informações junto a entidade. Proponente: Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA, 2014).

Dados da rede Catamato informam que o projeto Cataforte II, que também é uma política pública, diferentemente dos recursos do Pró-Catador, chegaram à base, aos/às Catadores/as. Concretizado na criação da Rede Autogestionária de Cooperativas e Associações de Catadores de Resíduos Sólidos do Estado de Mato Grosso, a Rede Catamato, foi criada recentemente – 18 de julho de 2012 –, e é composta por três Empreendimentos Econômicos Solidários (EES): Cooperativa de Produção de Material Reciclável de Tangará da Serra-MT (COOPERTAN), localizada em Tangará da Serra, a 250 quilômetros da capital Cuiabá; Associação dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis de Várzea Grande (ASSCAVAG), localizada em Várzea Grande, região metropolitana de Cuiabá; e a Cooperativa Chapadense de Materiais Recicláveis (COOPCHAMAR), pertencente ao município de Chapada dos Guimarães, a 65 quilômetros da capital do Estado (REDE CATAMATO, 2012).

A Rede Catamato foi incubada desde a sua criação pelo Programa de Extensão Incubadora de Organizações Coletivas Autogeridas, Solidárias e Sustentáveis (IOCASS) da Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT) de Tangará da Serra-MT. Apesar desses avanços, as políticas públicas não avançaram.

O cenário da coleta seletiva dos resíduos sólidos no Mato Grosso é extremamente problemático. Não existe um diagnóstico confiável. Dados preliminares levantados pelo Instituto Votorantin, através da Dialog Consultoria, e pelo Ministério Público, por meio da Promotoria Pública de Várzea Grande, indicam que só em Várzea Grande o número de Catadores e Catadoras está entre 800 a 2000 pessoas. Desse total, existe uma população flutuante que varia entre 400 a 600 pessoas aproximadamente que trabalham e tiram o sustento de suas famílias no Lixão, em condições degradantes. Levantamentos preliminares do Fórum Estadual do Lixo e Cidadania indicam que no estado de Mato Grosso existam pelo menos 5000 pessoas atuando com reciclagem. Isso comprova a importância da ação de extensão universitária, utilizando-se de metodologias de incubação no processo de formação dos Catadores (SGUAREZI, 2014, p. 102).

Esse processo de incubação ao qual o autor se refere também se desenvolveu em Cáceres-MT, dentro da Política Municipal de Resíduos Sólidos, denominada “Programa Cáceres Recicla”.

### **2.3 Política Municipal de Resíduos Sólidos: Cáceres, MT**

O município de Cáceres, em 2010, apresentava uma população de, aproximadamente, 90.106 habitantes com uma estimativa de gerar, em média, 100 toneladas/dia de resíduos sólidos urbanos, inclusive nessa quantidade os distritos, que são destinados ao Aterro Sanitário (IBGE, 2010). Para 2018, a população estimada de Cáceres era de 93.882 habitantes (IBGE, 2018). Seguindo a média de produção de Resíduos Sólidos por pessoa, de, aproximadamente, 1.109 kg/dia, a quantidade de resíduos gerados pela cidade chegaria a, aproximadamente, 104,1 toneladas/dia.

Os municípios e o Distrito Federal devem implantar Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PMGIRS) conforme orienta a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) a partir da Lei 12.305/2010, que determina como prioridade a implementação da Coleta Seletiva. Os produtos oriundos da Coleta Seletiva transformam-se em matéria-prima para as indústrias de reciclagem, repercutindo na diminuição de custos no processo de produção, ganho de energia, redução da poluição do ar, água, solo e extração de matéria-prima virgem (OLIVEIRA, 2011).

Soma-se ao ganho ambiental e econômico o valor social com a inclusão dos/as Catadores/as, pois, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) propõe e incentiva a “criação e desenvolvimento de cooperativas ou outras formas de associação de Catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis” (Art. 8º, Inciso IV).

O Município de Cáceres-MT criou sua Política Municipal de Resíduos Sólidos com o Programa Cáceres Recicla, instituído pela Lei Municipal nº 2.367/2013, de 20 de maio de 2013. A Política Municipal de Resíduos Sólidos determinou a atuação em três dimensões: Educação Ambiental, Economia Solidária e Gestão Pública. Com esse dispositivo, o município de Cáceres/MT avança em relação à inclusão produtiva dos Catadores de recicláveis quando propõe: “o serviço público de coleta seletiva de Resíduos Sólidos recicláveis será operacionalizado [...] pela coleta porta a porta realizada por Cooperativas e Associações autogestionárias”. (LEI 2.367/2013, Artigo 2º).

Com esse dispositivo, o município dispõe de instrumento legal para apoiar as organizações de Catadores, tornando possível o investimento público e a possibilidade de que esses empreendimentos possam se tornar parceiros do Poder Público na prestação de serviços. A lei ainda deixa claro que a Coleta Seletiva deverá ser implementada “porta a

porta”, ou seja, para além dos grandes geradores, e que a atividade de coleta nas residências será operacionalizada por Cooperativas e Associações Autogestionárias.

Observa-se, assim, que a legislação, tanto a nacional quanto a municipal, apresenta dispositivos que, se, de fato, forem implantados, tornar-se-ão uma possibilidade de fortalecimento e viabilidade para as organizações de Catadores e Catadoras, os quais trazem, em sua prática, o Trabalho Associado e a Autogestão. E isso tornará possível a Ação Econômica, de acordo com os princípios da Economia Solidária, como previsto em um dos eixos da Lei dessa Política Pública Municipal.

No entanto, leis criadas e sancionadas de nada valem se permanecerem apenas no papel. Pela inércia do Poder Público municipal, o Programa “Cáceres Recicla” não saiu do papel. Essa falta de encaminhamento resultou em uma ação movida pela 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cáceres que abriu inquérito para apurar os motivos da não execução da determinação da Lei 2.367/2013. Essa ação do Ministério Público deu início a uma mobilização por parte de vários setores da sociedade cacerense, dentre os quais órgãos governamentais: Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Meio Ambiente e Turismo; Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Nascentes do Pantanal, CEFAPRO; Centro de Formação de Professores e instituições, como a UNEMAT-UNITRABALHO, e entidades da sociedade civil organizada, como o Projeto Óleo Educado, coordenado pelo professor Josedemar Muniz de Moraes, na Escola Rodrigues Fontes que, em uma ação conjunta com o Ministério Público constituíram um Comitê de Coordenação e um Comitê Executivo para implementar a Política Pública Municipal de Resíduos Sólidos (MPE, 2016).

A atuação do Ministério Público em conjunto com órgãos governamentais, sociedade civil organizada e instituições resultou na realização do I Workshop de Articulação Institucional e Planejamento do Programa Cáceres Recicla, no dia 24 de setembro de 2014. O Workshop tinha por objetivo a elaboração de um Plano de Trabalho com foco na inclusão dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis.

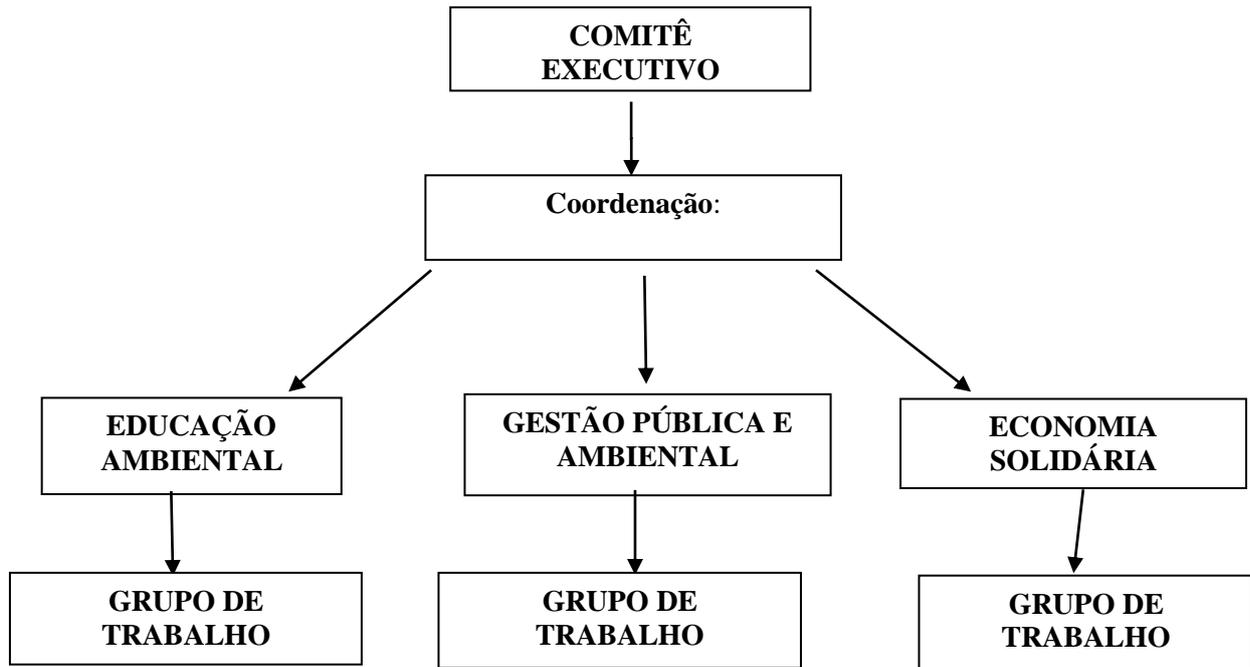
Por deliberação dos participantes do Workshop foram constituídos Três Grupos de Trabalho<sup>7</sup> para coordenar ações integradas do Programa Cáceres Recicla. Os grupos foram

---

<sup>7</sup> Inicialmente pode parecer confuso um grupo de educação ambiental e um grupo de **gestão pública e ambiental** [grifo nosso].. Porém, o enfoque do primeiro é na educação, e o enfoque do segundo envolve além da gestão pública a coordenação de ações de **gestão ambiental** [grifo nosso].

assim denominados: Grupo de Educação Ambiental, Grupo de Gestão Pública e Ambiental e o Grupo de Economia Solidária (INCUBEES, 2014).

**Figura 1 - Organograma da Organização do Comitê Executivo do Programa Cáceres Recicla e seus Grupos de Trabalho**



Fonte: INCUBEES (2014, p. 6).

O Grupo de Trabalho de Educação Ambiental tinha por objetivo promover Educação Ambiental junto à população para que fosse possível implantar o hábito da separação dos Resíduos Sólidos. Além disso, a Educação Ambiental, pelo trabalho do grupo, articulando os diferentes atores do processo, poderia sensibilizar a sociedade para a importância de se entender a legalidade, os benefícios ambientais e sanitários, e reconhecer, compreender e valorizar a atividade da Coleta Seletiva que seria realizada pelos Catadores e Catadoras, tornando a sociedade parceira e não apenas crítica do Programa “Cáceres Recicla”. Isto porque, pelo que foi constatado via documentos, a sociedade Cacerense e os comércios locais não se preocupavam, de fato, em assumir o seu papel político participativo nas ações referentes à implementação da lei municipal de resíduos sólidos.

O grupo Gestão Pública tinha por objetivo promover ação integrada e o gerenciamento das Políticas de Resíduos Sólidos, promovendo a gestão pública e a gestão

ambiental dos resíduos sólidos, viabilizando as estruturas, as estratégias, locais, a logística e a articulação dos diversos atores implicados na mobilização, formação e organização do sistema municipal de coleta seletiva e reciclagem de resíduos sólidos. A ação desse grupo tinha importância estratégica, pois, a partir do interesse desse grupo de trabalho os Catadores e Catadoras receberiam do Poder Público o apoio necessário, em termos de suporte com infraestrutura e equipamentos para fazer acontecer a Política Pública de Coleta Seletiva desenhada no Programa Cáceres Recicla. Assim, a ação desse grupo de trabalho era um dos pré-requisitos para a realização exitosa da política no município.

O grupo de Trabalho Economia Solidária tinha por objetivo organizar os Catadores para a constituição e desenvolvimento de Empreendimentos Econômicos Solidários Sustentáveis (EESS), em conformidade com os princípios da Economia Solidária, tendo como finalidade a Autogestão e a promoção da renda e do bem viver. Ou seja, caberia ao grupo de Trabalho Economia Solidária criar as possibilidades para a Incubadora realizar a incubação dos empreendimentos envolvidos, ou, neste caso, da ASCAPAN, Associação objeto desta pesquisa (INCUBEESS; CÀCERES, 2014).

Inicialmente, o trabalho dos três grupos ocorreu de forma harmônica, mas no decorrer do percurso as ações que deveriam ser integradas passaram a acontecer isoladamente, de forma fragmentada. Especialmente as ações do Grupo de Trabalho Gestão Pública e Ambiental, talvez por estar no centro do poder de decisão política e no centro da operação do Programa Cáceres Recicla, por conta da burocracia e outros motivos que carecem de ser pesquisados mais profundamente. O que se percebeu no curso do processo é que as ações desenvolvidas por um grupo nem sempre dialogavam com o Grupo da Educação Ambiental e o Grupo de Economia Solidária. Daí, houve conflitos e contradições que precisam ser mais bem compreendidas para, em outra pesquisa, serem, igualmente melhor explicadas. O caso concreto é que esse esforço de organização não conseguiu fazer com que a coleta seletiva operasse de forma satisfatória para potencializar a iniciativa dos Catadores da ASCAPAN.

#### **2.4 Organização socioprodutiva dos Catadores de Materiais Recicláveis**

Na qualidade de voluntária da equipe da INCUBEESS, meu primeiro contato com os/as Catadores/as do lixão, juntamente com o Grupo de Trabalho Economia Solidária, aconteceu em 2014. Essas visitas tinham por finalidade conhecer o local, observar as

condições de trabalho dos/as Catadores/as e outras pessoas que ali viviam, e também informá-los que teriam que sair daquele local, conforme previsto na PNRS, pois a ação que a incubadora deveria realizar era o processo de formação, conscientização e organização. Em contrapartida, esse conjunto de forças pensado pelo Programa Cáceres Recicla oferecia a possibilidade aos trabalhadores e trabalhadoras para desenvolver suas atividades de forma associada no Centro Público Municipal de Triagem.

Sair do lixão e trabalhar de forma organizada, no coletivo, não é fácil. Mas esse era um pré-requisito para que os trabalhadores e trabalhadoras pudessem ser inseridos nos programas municipais de apoio aos Catadores. Nesse processo de mobilização, a equipe encontrou muita resistência por parte dos/as Catadores/as, muitos fugiam para a mata para não serem identificados, outros foram procurados em suas residências na cidade (INCUBEESS, 2014).

Em 2016, o Grupo de Trabalho Economia Solidária, via INCUBEESS, voltou a fazer visitas ao lixão, retomando o planejamento e as atividades iniciais de mobilização e identificação dos/as Catadores/as. Essas visitas ocorriam até mesmo de madrugada, na tentativa de fazer contato e ter sucesso na identificação dos Catadores.

Nas visitas ao lixão, as equipes constataram as péssimas condições de trabalho, pois, em meio à lama, chorume, mau cheiro, moscas, pneus cheios d'água, insetos e aves, os Catadores, sem equipamentos de segurança, separavam os materiais. Eram visíveis os ferimentos nas mãos e pés devido aos cacos de vidros, seringas, agulhas e outros resíduos hospitalares. Nesse ambiente, as famílias sobreviviam e separam os materiais recicláveis para vender e suprir o mínimo de suas necessidades. Muitos sem ter com que se alimentar, coletavam e consumiam restos de alimentos, que poderiam estar vencidos ou contaminados. Muitos desses trabalhadores e trabalhadoras viviam em barracos nas proximidades do lixão, sem energia elétrica, água potável, com ausência total de saneamento básico, invisibilizados e em condições bastante precárias, num trabalho degradante.

Acabar com o lixão e inserir os/as Catadores/as na cadeia produtiva da reciclagem de forma organizada e pela coleta seletiva era o desafio. Era o problema que os gestores públicos precisavam resolver.

No entanto, devido ao histórico de promessas não cumpridas, de ações interrompidas, os/as Catadores/as não acreditavam nas ações do Poder Público. No processo de mobilização, o Grupo de Trabalho de Economia Solidária pode vivenciar a

resistência desses/as trabalhadores/as<sup>8</sup>, o que dificultava a identificação e o cadastramento, fatos que limitavam a organização do trabalho, principalmente do Trabalho Associado. Também minava a possibilidade da organização de um Empreendimento Econômico Solidário e Sustentável, mas, mesmo assim, as tentativas continuaram.

Por ocasião das visitas, os cadastros que foram possíveis de serem concluídos, revelaram mulheres, homens e jovens, alguns analfabetos, outros analfabetos funcionais, muitos não tinham documentação pessoal, pois estavam em conflito com a lei, outros eram dependentes químicos, alcoólatras, expostos a uma situação de vulnerabilidade extrema. Esses foram os desafios, dentre outros, que o Grupo de Trabalho de Economia Solidária, teve que enfrentar ao iniciar o processo de formação para organização dos Catadores oriundos do lixão.

Ao todo, oito famílias de Catadores foram retiradas do lixão e passaram a trabalhar no Centro Público Municipal de Triagem. Dessas famílias, uma residia no próprio local de trabalho (no lixão), as demais residiam nos bairros da cidade.

Um acordo entre os Catadores e Catadoras e o Poder Público Municipal, através da Autarquia Águas do Pantanal<sup>9</sup>, possibilitou o pagamento das despesas de aluguel do galpão, água e energia, por, aproximadamente, um ano. O Ministério Público Estadual ficou responsável pelo benefício assistencial, com o pagamento de cestas básicas para as famílias oriundas do lixão, a partir do mês de agosto de 2016 a janeiro de 2017 (INCUBEES, 2016). A partir dessas ações, o Grupo de Trabalho em Economia Solidária poderia dar início à formação técnica e à organização de uma iniciativa associativista desses trabalhadores e trabalhadoras.

A partir dessas experiências, os três Grupos de Trabalho: Educação Ambiental, Gestão Pública e Ambiental e Economia Solidária, organizaram o “DIA C”, para oficializar o encerramento das atividades no lixão, dar o início à operação de instalação do Aterro

---

<sup>8</sup> Singer (2009 s. p), em um vídeo de 2009, intitulado “Cooperar para competir: Juntos Somos Fortes, Agronegócio1”, explica que muitos trabalhadores/as não querem trabalhar de forma associada, não querem assumir o risco da autogestão e preferem o trabalho de carteira assinada. No caso dos Catadores/as que estavam no lixão essa resistência ocorre por outros motivos, pois eles vivem numa situação de precariedade total. O que identificamos é que a maioria, pela condição de invisibilidade social, baixa escolaridade, problemas com alcoolismo, drogas, problemas com a justiça, por auferir renda, às vezes maior no lixão do que na associação/cooperativa, preferem ficar ali. Apesar das condições insalubres e nada dignas para um ser humano, esses trabalhadores/as não têm a consciência de que o Trabalho Associado é uma alternativa possível.

<sup>9</sup> Autarquia Águas do Pantanal, Serviço de Saneamento Água e Esgoto de Cáceres-MT, que opera o serviço de limpeza pública no município de Cáceres-MT.

Sanitário, iniciar a Coleta Seletiva e apoiar os Catadores, acolhendo-os num Programa Municipal. O evento foi realizado no dia 06 de julho de 2016, nas dependências do Centro de Múltiplo Uso na Cidade de Cáceres-MT, com apoio da Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Comércio, Meio Ambiente e Turismo (SICMATUR), Autarquia Águas do Pantanal, INCUBEES e MPE. Dentre as atividades de organização do Trabalho Associado para atender aos Catadores, foram realizadas ações de regularização documental (certidão de nascimento, confecção de Identidade, CPF, Carteira de Trabalho e inclusão no CadÚnico). Também nesse dia os Catadores tiveram oportunidade de conhecer as instalações do Centro Público Municipal de Triagem, espaço onde iriam desenvolver as atividades de separação dos Resíduos Sólidos.

O desafio, no entanto, não era apenas desenvolver as atividades de separação dos Resíduos Sólidos. O desafio era a construção do Trabalho Associado, era a criação de uma associação com base na Autogestão. E poucos, ou melhor, nenhum desses trabalhadores e trabalhadoras tinha essa experiência do trabalho coletivo. Invisibilizadas socialmente, a maioria das pessoas que viviam no lixão tinha a experiência do trabalho precarizado e vivia oprimida pelo paradigma do trabalho assalariado, apesar de poucas terem a experiência da carteira de trabalho assinada.

Instalados no Centro Público de Triagem, os/as trabalhadores/as passaram a realizar as tarefas de triagem e seleção dos materiais recebidos. A incubadora INCUBEES deu início aos encontros de formação. No entanto, no decorrer do processo foram surgindo várias contradições, vários limites e desafios para a permanência desses/as trabalhadores/as frente ao processo de organização do Trabalho Associado e da construção da Autogestão dentro do Empreendimento Econômico Solidário (EES). Desafios que viraram limites e se originavam tanto por parte do grupo de trabalhadores/as quanto por parte do Poder Público. Contradições próprias na disputa entre o mundo do capital e o mundo do trabalho.

Por parte do grupo de trabalhadores/as, muitos moravam longe do Centro Público de Triagem, sendo um dos motivos para faltar ao trabalho; outros moravam no local de trabalho, mas não participavam das formações, e muitos não cumpriam os horários estabelecidos pelo grupo quanto à jornada de trabalho.

Por parte do Poder Público havia dificuldades para a entrega daquilo que previa a política pública. Não chegava aos Catadores o material da coleta seletiva: as máquinas, os equipamentos, os benefícios acordados entre Ministério Público, Administração Municipal representada pela autarquia Águas do Pantanal e esses trabalhadores e trabalhadoras.

A alegação do Poder Público local é que havia dificuldades de ordem financeira por parte da prefeitura e da Autarquia Águas do Pantanal, o que justificava a falha do Poder Público. Muitos problemas mecânicos no caminhão, nos compactadores, falhas no sistema de injeção eletrônica, problemas na direção ou elétricos, falhas nos freios, etc. causavam atrasos na coleta seletiva e o material demorava a chegar ao barracão. O Transporte era um problema que impedia a coleta seletiva. Ou seja, os/as Catadores/as da ASCAPAN não tinham autonomia sobre os bens de produção, não tinham como fazer autogestão desse processo operacional básico para a eficiência, a eficácia e a efetividade da coleta seletiva. Também havia reclamações do grupo quanto ao Poder Público que não atendia aos pedidos e reivindicações do grupo de trabalhadores/as. Reivindicações já previstas em lei. Ou seja, o Poder Público cumpria a lei, e cumpre a lei. Mas mesmo cumprindo a lei, devido à burocracia estatal-municipal os resultados não avançaram porque não basta cumprir a lei, é fundamental humanizar processos. O corpo técnico, que gerenciava o processo, por ignorância<sup>10</sup>, por não compreender a complexidade desse processo não conseguiu êxito na implantação da coleta seletiva com a participação dos/as Catadores/as. O ente jurídico Estado tinha dificuldades de dialogar com a Economia Solidária, principalmente com a Autogestão, dada sua natureza autoritária, paternalista e centralizadora.

Diante dessas limitações, os Catadores e Catadoras foram abandonando o processo de formação e o trabalho que, embrionariamente, se organizava de forma coletiva. Os/as trabalhadores/as permaneceram no Centro Municipal de Triagem por, aproximadamente, seis meses, período em que receberam os benefícios pagos com os recursos do Ministério Público oriundos do Termo de Ajuste de Conduta (TAC).

O processo de incubação, as ações de Educação Ambiental e todo o esforço institucional dos entes envolvidos se dissolviam, pois, as famílias oriundas do lixão abandonaram o Centro Público Municipal de Triagem. Ficou apenas um Catador que não tinha família em Cáceres-MT. Ou seja, havia um prenúncio de que a concretização do Trabalho Associado poderia não ocorrer.

Experiências relatadas por pesquisadores atestam que é necessário ir para dentro das associações ou cooperativas organizadas por Catadores/as para conhecer a realidade, as práticas de trabalho e como são construídas as novas relações sociais, econômicas e

---

<sup>10</sup> Ignorância no sentido socrático da palavra. Ignorância por não saber como fazer. De não saber como superar os entraves burocráticos institucionais do processo. Não se trata de ignorância de má fé. Nesse processo, os técnicos não erram porque querem, e apesar da boa vontade não sabem como fugir das armadilhas da burocracia.

culturais por esses trabalhadores quando passam a se organizar em Empreendimentos Econômicos Solidários (MONTEIRO, p.2013). A equipe da INCUBEESS foi para dentro do Centro Público Municipal de Triagem, dialogou com trabalhadores e trabalhadoras, com as lideranças do MNCR, com a sociedade e os demais atores envolvidos na política pública proposta pelo Programa Cáceres Recicla.

Isso permitiu que as instituições, os atores e os sujeitos envolvidos com o Programa Cáceres Recicla retomassem o processo praticamente da estaca zero. Foi preciso retomar as ações previstas para os três Grupos de Trabalho: Grupo de Trabalho Educação Ambiental, Grupo de Trabalho Gestão Pública e Grupo de Trabalho Economia Solidária. Os Grupos de Trabalho Educação Ambiental e Economia Solidária foram às ruas buscar outros/as Catadores/as que tivessem interesse de trabalhar com a reciclagem dentro da lógica associação. Outras pessoas, Catadores/as de rua, trabalhadores/as desempregados/as ou oriundos de experiências de diferentes formas de precarização do trabalho se apresentaram, reiniciando o trabalho de reciclagem no Centro de Triagem. Foi reiniciado também o processo de formação em Economia Solidária e a constituição legal da Associação, processo que originou a criação da Associação Cacerense de Catadoras e Catadores de Materiais Recicláveis do Pantanal (ASCAPAN).

Mesmo assim, as ações do Grupo de Trabalho Gestão Pública não tiveram continuidade, e as ações desse grupo representavam as ações do Poder Público local que envolvia, não só a prefeitura e a autarquia Águas do Pantanal, envolvia todo o Poder Público que, de alguma forma, tinha responsabilidade no gerenciamento das Políticas de Resíduos Sólidos. Faltou apenas que o referido grupo promovesse ação integrada entre os órgãos do Poder Público local e entre o Poder Público local e a sociedade.

A descontinuidade da política pública e das ações do Grupo de Trabalho Gestão Pública também interferiu no processo de organização dos Catadores/as e nas ações do Grupo de Trabalho Economia Solidária, liderado pela equipe da INCUBEESS. Isso também interferiu fortemente nas ações do Grupo de Trabalho Educação Ambiental liderado pelo Centro de Formação de Professores (CEFAPRO).

Apesar de os membros da INCUBEESS e outros participarem nas atividades de Educação Ambiental lideradas pelo Centro de Formação de Professores (CEFAPRO), pela ausência das ações do Grupo de Trabalho Gestão Pública Ambiental as atividades de Educação Ambiental também foram sendo abandonadas. As ações do Grupo Educação Ambiental, lideradas pela equipe do CEFAPRO, estavam surtindo efeito e foram realizadas,

conforme previa a estratégia e também do grupo que tinha por objetivo promover Educação Ambiental junto à população para que fosse possível implantar o hábito da separação dos Resíduos Sólidos.

As ações de Educação Ambiental também não avançaram, talvez porque a coleta seletiva não foi implantada conforme o previsto. O fato é que o Programa Cáceres Recicla não conseguiu se consolidar enquanto política pública, e uma das ações fundamentais que não teve continuidade englobou as ações do Grupo Gestão Pública. Devido a isso, foram interrompidas praticamente todas as ações de formação, de educação ambiental e a própria organização do sistema municipal de coleta seletiva e reciclagem de resíduos sólidos. A ação desse grupo tinha importância estratégica, e essa foi descontinuada.

Problemas operacionais básicos não foram resolvidos porque a política não foi colocada em prática, conforme estabelece a legislação. Exemplo disso eram os problemas logísticos, de organização de rotas, etc. O caminhão que fazia o transporte da precária coleta seletiva dos grandes fornecedores continuava com problemas mecânicos. A qualidade do material oriundo da coleta seletiva nos grandes geradores vinha com grande quantidade de rejeitos (material reciclável que não tem mercado, ou material orgânico que não deveria ser colocado na coleta seletiva). Pouca quantidade de material reciclável chegava ao barracão. A falta de estrutura interna da associação, de máquinas e equipamentos afetava diretamente a capacidade produtiva dos Associados da ASCAPAN. A luta pelos direitos exigia que os dirigentes da associação deixassem a linha de produção para tentar resolver essas questões, fragilizando ainda mais o processo produtivo, pois, quando o/a Catador/a saía da base produtiva e ia à luta, ia a reuniões, etc., ele deixava de produzir. E deixando de produzir não tinha renda. Embora com todas essas dificuldades, os sócios da ASCAPAN insistiam na consolidação da associação, na construção da experiência autogestionária. Eles tinham esperança.

Apesar dos esforços, o Poder Público local não cumpriu o que foi estabelecido no Workshop quando foi criado o Grupo de Trabalho Gestão Pública e Ambiental, cujo objetivo principal era promover ação integrada e gerenciamento da Política de Resíduos Sólidos. E isso pode ser comprovado no resultado do processo licitatório Chamada Pública 001/2017. Mesmo com a reabertura da Chamada Pública 001/2017 pela Comissão Especial de Habilitação da Autarquia Águas do Pantanal: Serviços de Saneamento Ambiental, datada de 19 de setembro de 2018, o processo não foi exitoso. Orientada pelo Processo Administrativo Protocolo 177/2017, a referida chamada pública era,

direcionada para cooperativas ou associações autogestionárias de coleta seletiva de resíduos do município de Cáceres-MT, formadas exclusivamente por trabalhadores de baixa renda e reconhecidas pelo Poder Público como Catadores de Materiais Recicláveis que atuem dentro dos princípios do cooperativismo (2018, p. 210-211)

A Ata de Sessão de Abertura de Processo de Chamada Pública referente ao Processo Administrativo Protocolo 177/2017, Comissão Especial de Habilitação da Autarquia Águas do Pantanal mostra que a “Chamada deu **DESERTA**” (AUTARQUIA ÁGUAS DO PANTANAL (2018, p. 225-226). Ou seja, nenhuma das organizações de Catadores/as de Cáceres compareceu. O resultado da Chamada **DESERTA** aparece na página 227 (2018) do referido processo, no Aviso de Chamada Pública Deserta publicado no dia 24 de outubro de 2018. Em 26 de outubro de 2018, foi publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso (2018, 9. 53): “[...] deflagrou-se **DESERTA** considerando a inexistência de interessado na sessão”.

A pergunta, ou o conjunto de perguntas, que não conseguimos responder é: Por que nenhuma das duas Cooperativas de Catadores/as de Cáceres compareceu à Chamada Pública 001/2017? Nem a Cooperativa Mista de Desenvolvimento de Cáceres (COOMDEC), nem a Cooperativa Cidade Limpa (COOPERLIMP) e tampouco a Associação Cacerense das Catadoras e Catadores de Material Reciclável do Pantanal (ASCAPAN) compareceu à licitação. A ausência ocorreu por falta de competência técnica gerencial por parte dessas cooperativas e da ASCAPAN? A ausência da COOMDEC e da COOPERLIMP foi porque essas cooperativas não se enquadravam no perfil que exigia o edital? Por acaso a não participação no referido edital ocorreu por algum conflito político entre os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) que representavam os Catadores e Catadoras e a posição do representante do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR-Local)? A INCUBEESS apoiava? A ASCAPAN incubava naquele momento? Qual foi o papel da incubadora naquele momento? E de que modo o Ministério Público participou do processo naquele momento? Qual foi a participação dos outros atores envolvidos com o Programa Cáceres Recicla? A pretensão dessa dissertação não é responder essas questões. Mas elas precisam estar aqui para provocar futuras pesquisas, e mais do que provocar futuras pesquisas, provocar, na sociedade cacerense, uma reflexão sobre o desafio e a responsabilidade que ela tem no sentido de implementar o “Programa Cáceres Recicla”.

Poucas são as respostas, e a única certeza é que a coleta seletiva não foi implementada. Os Catadores e Catadoras continuam sem o material e sem as condições básicas para operar o processo. E essa condição material básica, a estrutura física, a disponibilidade de máquinas, equipamentos dentro do Centro de Triagem onde funciona a ASCAPAN é de responsabilidade do Poder Público local. A operação da coleta seletiva, seja porta a porta nas residências, seja nos pequenos comércios do município é de responsabilidade de quem gerencia os resíduos sólidos urbano, no caso a Autarquia Águas do Pantanal. Creio pertinente perguntar: faltou vontade política do Poder Público local? Faltou competência técnica e política dos gestores públicos locais?

Enfim, o que faltou para esse processo que envolvia um plano muito bem elaborado? Um plano que pensou a política pública de forma participativa, que envolveu Catadores e o MNCR-Local; que envolveu a UNEMAT/INCUBEES com sua expertise em incubação; que envolveu o CEFAPRO com a educação ambiental. E tinha a participação do Ministério Público Estadual que fez o Poder Público local cumprir um Termo de Ajuste de Conduta. Creio que o problema não ocorreu por falta de querer dos Catadores da ASCAPAN. Volto a insistir: não conseguimos responder essas questões devido à complexidade do problema.

Nesta seção exploramos a questão das políticas públicas e os desafios da inclusão socioprodutiva dos Catadores e Catadoras de materiais recicláveis da esfera nacional, estadual e do contexto local. No município, é ali mesmo que os problemas ocorrem; é ali que surgem os desafios práticos da aplicação dessas políticas e, conseqüentemente, é dali que devem sair as iniciativas, as soluções. Apesar desses desafios é possível perceber que a experiência investigada joga luz na caminhada. Na seção a seguir, vamos tratar dos desafios epistemológicos, conceituais e práticas da Autogestão, do Trabalho Associado e da Educação Popular e a tempo oportuno traremos da visão dos Catadores da ASCAPAN sobre esses desafios.

### **3 AUTOGESTÃO, TRABALHO ASSOCIADO E EDUCAÇÃO POPULAR**

#### **3.1 Autogestão, Trabalho Associado e Economia Solidária**

Ao considerarmos que o objetivo da presente pesquisa é analisar os limites e as possibilidades do processo de organização do Trabalho Associado vivenciado pelos sócios de uma Associação em constituição, inserimos referências teóricas sobre essa experiência difícil de ser construída, mas uma prática necessária a ser conquistada pelos/as trabalhadores/as é a Autogestão e o Trabalho Associado.

A Autogestão contrapõe-se à hegemonia do capital sobre o trabalho e apresenta-se como uma opção de valorização humana. A Autogestão, como ideia democrática para a organização de trabalhadores/as, surgiu a partir das lutas históricas dos/as trabalhadores/as no Século XIX junto ao movimento cooperativista, que tem a Autogestão como fundamento básico. Para Sguarezi (2011, p. 50),

entre os pioneiros destacam-se: Robert Owen (1771-1858), Willian King (1786-1865), Charles Fourier (1772-1837), Philippe Buchez (1796-1865) e Louis Blanc (1812-1882). É, fundamentalmente, uma filosofia na qual o coletivo prevalece, e busca-se construir outra maneira de processar a economia, tendo base no trabalho e na distribuição equitativa do excedente adquirido e não na acumulação individual de riqueza com base na exploração do trabalho do outro.

Para Nascimento (2004, p. 2), a Autogestão é

[...] a construção permanente de um modelo de socialismo, em que diversas alavancas de poder, os centros de decisão, de gestão e controle, e os mecanismos produtivos sociais, políticos e ideológicos, se encontram nas mãos dos produtores-cidadãos, organizados livres e democraticamente, em formas associativas criadas pelos próprios produtores-cidadãos, com base no princípio de que toda organização deve ser estruturada da base para a cúpula e da periferia para o centro, nas quais se implante a vivência da democracia direta, a livre eleição e revogação, em qualquer momento das decisões, dos cargos e dos acordos.

Evidencia-se que os produtores-cidadãos, de forma democrática, podem organizar-se para ter em mãos a autoridade do poder da decisão, da gestão e da produção. Ou seja, se organizarem para poder decidir tanto nas questões de cunho político quanto nos aspectos da Ação Econômica.

A partir desses momentos de luta, os/as trabalhadores/as passam a ter iniciativas de organização e as cooperativas e associações “[...] são experiências práticas de auto-organização dos trabalhadores que podem ser potencializadas numa conjuntura de modificação social que tenha em vista a transcendência do trabalho alienado” (MÉSZÁROS, 2005, p.60).

Os princípios da Autogestão estão presentes onde os/as trabalhadores/as não estão submetidos ao modo capitalista do trabalho. Nessas organizações, são os/as trabalhadores/as que dominam os tempos de produção e a organização do trabalho, em muitos casos com a prática da rotação entre vários postos. Nascimento (2011 p. 2) afirma que “os que ‘autogestionam’ devem controlar tanto a tecnologia com a qual trabalham, como o processo de seu desenvolvimento e transformação”.

A produção associada ganha relevância à medida que os sujeitos, ao tentarem subverter a lógica do capital, ao invés de controlar e dificultar o acesso do conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras aos segredos do processo produtivo promovem a articulação dos seus diferentes saberes. Nessa articulação, o grande aliado no processo é o Trabalho Associado, porque é, ao mesmo tempo, meio e fim educativo, enquanto a escola capitalista hierarquiza os saberes, separa a escola do trabalho e prepara o/a trabalhador/a para ser submisso. A pedagogia da produção associada vai além dessas conjunturas alienadoras, permitindo uma produção consciente e livremente associada. Por isso, as experiências históricas da Economia Solidária e do Trabalho Associado, inspiradas nos princípios da pedagogia da Autogestão, têm apontado alternativas na construção de um novo modo de trabalho voltado a uma educação para além do capital (TIRIBA; FISCHER, 2009).

Com suas raízes históricas no início do século XIX, a Economia Solidária, movimento social popular contra-hegemônico, apresenta-se como resposta ao capitalismo industrial. Para Singer (2002), desde o século XIX registram-se iniciativas dos trabalhadores em instituir formas de organizações políticas e econômicas mais solidárias e democráticas, que organizam a produção e o consumo comunitário.

Para Nascimento (2011), a Economia Solidária possui os princípios básicos da Autogestão e, nessa perspectiva, também desenvolve as práticas de educação continuada, trazendo experiências baseadas nas mais diferentes práticas de reciprocidade, buscando qualidade de vida e de consumo. São modos e vivências que estabelecem as relações de produção no campo da Economia Solidária, que se constituem processos educativos. Esses

modos e essas vivências são elementos que carregam em si ações pedagógicas, construídos em espaços socioculturais. Esses espaços são lugares de formação que tomam por base os saberes da comunidade, e estes dialogando com novos saberes geram o conhecimento. Essas práticas estão presentes nas Organizações ou Cooperativas que atuam dentro dos princípios da Economia Solidária com fundamentos na Autogestão.

As Conferências Nacionais representaram espaços de afirmação progressiva da Economia Solidária como um modelo de desenvolvimento não capitalista que se contrapõe ao modelo dominante no Brasil. Uma de suas características predominantes, o Trabalho Associado, traz elementos centrais desse modelo: a propriedade coletiva, a Cooperação e a Autogestão. Pode-se afirmar, então, que a Economia Solidária é uma estratégia política de desenvolvimento numa perspectiva sustentável e solidária que se apoia nas dinâmicas do desenvolvimento territorial (FBES: III CONAES, 2014).

Para Gohn (2011), a Economia Solidária apresenta-se com um Movimento Social em meio às novas temáticas e eixos de atuação de diferentes atores sociais e que se caracteriza por sua ação coletiva. Para Singer (2002), a Economia Solidária, no Brasil, foi se consolidando em meio às políticas neoliberais, como movimento de resistência contra o receituário do Fundo Monetário Internacional (FMI). Nesse contexto das políticas neoliberais é que foi se configurando a realidade do desemprego em massa a partir do fechamento de empresas e a eliminação de milhares de postos de trabalho. Diante desse panorama surgiram iniciativas fundamentadas nos princípios da Solidariedade, Cooperação, Autogestão e Ação Econômica capazes de dar uma resposta à crise.

Na concepção de Gaiger (1999), Economia Popular Solidária são as iniciativas populares de geração de trabalho e renda baseada na livre associação de trabalhadores e nos princípios de Autogestão e Cooperação. É um fenômeno novo e comporta diferentes formas de organização, adota o conceito Empreendimentos Econômicos Solidários - EES para designar organizações coletivas de trabalho e renda que tragam, em suas práticas, a Autogestão, como forma democrática de participação, igualitarismo, cooperação no trabalho, autossustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade.

No sentido de apresentar o desenvolvimento das teorias que tratam da Economia Solidária e Autogestão no Brasil, de uma forma mais visual e pedagógica, apresentamos o Quadro 2 com esses conceitos.

**Quadro 2 - Síntese dos conceitos de Economia Solidária e Autogestão no Brasil**

AUTORES	CONCEITOS
Singer (2002)	Economia solidária é uma forma de produção, consumo e distribuição de riqueza (economia) centrada na valorização do ser humano - e não do capital - de base associativista e cooperativista, voltada para a produção, consumo e comercialização de bens e serviços, de modo autogerido, tendo como finalidade a reprodução ampliada da vida.
Gaiger (2003)	Compreende as diversas modalidades de organização econômica, originadas da livre associação de trabalhadores, nas quais a cooperação funciona como esteio de sua eficiência e viabilidade.
Sguarezi (2011)	A economia solidária abarca o conjunto das iniciativas que reúne as possibilidades que emergem nas fendas de um sistema perverso e excludente. São iniciativas emergentes que estão se consolidando na contramão da visão hegemônica, e ocorrem no sentido de minimizar os impactos negativos da exclusão social e da desigualdade provocadas pela opção de modelo de desenvolvimento do Estado brasileiro.
FBES (2013)	A economia solidária constitui o fundamento de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e de todos os cidadãos da Terra, seguindo um caminho intergeracional de desenvolvimento sustentável na qualidade de sua vida.
<b>Autogestão</b>	
Singer (2002)	A Autogestão tem como mérito principal não a eficiência econômica (necessária em si), mas o desenvolvimento humano que proporciona aos praticantes. Participar das discussões e decisões do coletivo, ao qual está associado, educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura.
Dorneles (2005)	A Autogestão, no sentido mais amplo, significa o exercício coletivo do poder e surgiu como uma concepção de gestão social ou da visão da sociedade autogestionária presente em várias Teorias Socialistas.
Sguarezi (2013)	A Autogestão, no sentido mais amplo, significa o exercício coletivo do poder e surgiu como uma concepção de gestão social ou da visão da sociedade autogestionária presente em várias Teorias Socialistas.
FBES (2013)	A Autogestão precisa ser construída no coletivo, é um princípio a ser buscado em todas as dimensões da vida. É um princípio da economia solidária que pensa a transformação da organização da sociedade.
CONAES (2014)	A Autogestão inicia no próprio sujeito e na capacidade de gerir sua própria vida. Sua prática cotidiana demanda que os atores envolvidos tenham disposição para aprender, ensinar, saber dos direitos e deveres, respeitar o indivíduo e o coletivo.

Fonte: SGUAREZI; DUTTON, CHAVIER (2018, p. 136).

### 3.2 Educação Popular e Trabalho Associado

Atualmente duas correntes educacionais tem expressão mais significativa em nossa sociedade. Uma corrente embasada nas teorias liberais com viés mais voltado à alienação e submissão dos trabalhadores nas relações de emprego. Outra corrente com características mais voltadas ao socialismo tendo por base teorias críticas da educação e que visam construir outro projeto de sociedade, dentre estas está a Educação Popular (SGUAREZI; DUTTON; CHAVIER, 2018, p. 136).

Se o ato de educar está presente nos diversos contextos sociais e se apresenta também como uma dimensão cultural do trabalho, citamos aqui os pensamentos de alguns pesquisadores a respeito da produção da cultura e Trabalho Associado e que, na dimensão da Economia Solidária, realizam-se nas práticas dos empreendimentos associativos e cooperativos.

A educação é fruto do trabalho do ser humano, e faz parte da sua cultura. São os sujeitos sociais que definem a educação, quais serão seus objetivos e finalidades. Conforme a educação se realiza, de forma complexa e múltipla, nas relações sociais se constitui e se efetiva nos diferentes espaços de produção social, em suas dimensões e aspectos formativos, históricos, ideológicos, políticos, técnicos e culturais (BRANDÃO, 1995).

Para Gadotti (2009), a Educação Popular, com seu caráter alternativo e contestatório, visa combater a lógica excludente do capitalismo, em meio às contradições, e busca criar possibilidades para alcançar as condições materiais e apresentar alternativas capazes de construir organizações sociais de caráter cooperativo e solidário. Na perspectiva de transformação social, a Educação Popular apresenta-se com uma possibilidade para que os/as trabalhadores/as possam refletir sobre suas condições de vida e trabalho, tornando-se protagonistas de sua própria história.

Ainda sob esse olhar, a Educação Popular não tem como se constituir em educação escolar enquanto proposta de transformação que possa ser promovida pelo Estado em nossa sociedade contemporânea, pois, o Estado jamais agiria contra o capital (GHIRALDELLI, 2006, p. 34). Ao se considerar a forma com que conhecemos as práticas do Estado em nossa sociedade capitalista, percebemos que o Estado não foi constituído para romper com a estrutura expropriadora do poder econômico ou do capital, ao contrário, apresenta-se para se tornar a face mais dura e sem forma definida dos representantes oficiais dos donos do capital (MÉSZÁROS, 2005).

No Brasil, a Economia Solidária propõe uma sociedade baseada em valores solidários, produção e reprodução da vida em iniciativas econômicas, confrontando o modo de produção capitalista. Assim, a Economia Solidária possibilita apresentar experiências que são construídas nas lutas sociais dos/as próprios/as trabalhadores e trabalhadoras socialmente excluídos do mercado formal, e que se forjam, no seio de suas organizações, grupos informais, associações, cooperativas e bancos comunitários, chegando até as fábricas recuperadas.

A Economia Solidária comporta a utopia da emancipação e dialoga com o pensamento do inédito viável de Freire (1981, p. 48): “é uma alternativa utópica e esperançosa porque, pretendendo estar a serviço da libertação das classes oprimidas, se faz e se refaz na prática social, no concreto”. Também dialoga com a Educação Popular. Para Brandão (1986, p. 46), “a Educação Popular emerge como um movimento de trabalho político com as classes populares através da educação, e não deve, de maneira alguma, ser confundida como ‘uma variante da educação de adultos’ como apontado por alguns”. Essa prática de educação está comprometida com a transformação social, sendo assim, traz uma proposta de radicalização e fortalecimento da democracia no âmbito de um empreendimento, no qual o trabalho acontece de forma associada.

No Quadro 3, apresentamos uma síntese dos conceitos que fundamentam o diálogo entre Educação Popular e Trabalho Associado.

### **Quadro 3 - Síntese dos conceitos sobre Educação Popular e Trabalho Associado**

AUTORES	CONCEITOS
Brandão (1983/1986)	Educação Popular é aquela que, ao longo da história da própria educação, insiste em fazer a seu respeito e também sobre o sentido social do ato de educar, as perguntas mais radicais e as mais difíceis, para obter, se isto for possível, as respostas mais concretamente utópicas. Isto porque quando lidamos com ela, em alguma de suas formas, dentro do círculo cultural de algum dos seus momentos, estamos quase sempre diante de uma alternativa de trabalho pedagógico fundado sobre quatro pilares.
Torres (1986)	La Educación Popular es una práctica social que se lleva a cabo en el mundo popular con la intencionalidad de apoyar la construcción del movimiento popular a partir de las condiciones objetivas de los sectores populares.
García-Huidobro	La Educación Popular es una modalidad de educación que procura que los sectores sociales tomen conciencia de la realidad y fomenten la organización y la participación popular.

(1988)	
Osorio (1990)	La Educación Popular se define como una práctica social que trabaja, principalmente, en el ámbito del conocimiento, con intencionalidad, objetivos políticos, cuáles son los de contribuir a una sociedad nueva que responda a los intereses y aspiraciones de los sectores populares.
Freire (2001)	Educadores e grupos populares descobriram que Educação Popular é, sobretudo, o processo permanente de refletir a militância; refletir, portanto, a sua capacidade de mobilizar em direção a objetivos próprios. A prática educativa, reconhecendo-se com prática política, se recusa a deixar-se aprisionar na estreiteza burocrática de procedimentos escolarizantes. Lidando com o processo de conhecer, a prática educativa é tão interessada em possibilitar o ensino de conteúdos às pessoas quanto em sua conscientização.
Peresson, Mariño y Cendales (1983)	Educación Popular es un proceso colectivo mediante el cual los lectores populares llegan a convertirse en sujeto histórico gestor y protagonista de un proyecto liberador que encarne sus propios intereses de clase.
Freitas (2003)	Compreende a construção de outro projeto de sociedade através de uma educação desnaturalizadora da ordem social.
Fischer; Tiriba (2009)	Educação Popular se realiza também através das experiências de produção associada, constituindo os saberes do Trabalho Associado: conjunto de habilidades, informações e conhecimentos originados do trabalho vivo, tecidos na própria atividade de trabalho e engendrados e acumulados ao longo da experiência histórica dos trabalhadores e trabalhadoras.
Paludo (2012)	A Educação Popular reivindica o reconhecimento do movimento do povo em busca de direitos como formador, e da vivência organizativa e de luta também como espaço de formação. Assume-se, dessa forma, como uma prática de resistência, exercida não somente no interior das escolas, mas também pelo engajamento ativo dos educadores nas lutas dos trabalhadores.

Fonte: SQUIRE; DUTTON; CHAVIER (2018 p. 137).

Salienta-se que a Educação Popular apresenta-se como uma corrente pedagógica latino-americana com raízes nas lutas populares, sendo que, praticamente, todos os autores e pesquisadores neste campo se referem a Paulo Freire como o pioneiro da Educação Popular. Assim, é possível afirmar que as experiências autogestionárias proporcionam condições e possibilidades para a Economia Solidária, com as práticas do Trabalho Associado e da Autogestão, mas também em suas relações e interações instigam e desenvolvem processos que são políticos, educativos e pedagógicos, pois,

a construção de saberes por meio das experiências Autogestionárias vivenciadas na Economia Solidária constitui eminentemente um processo educativo, pois estabelece formas de aprendizado decorrentes de relações sociais em mobilizações políticas e interações no âmbito produtivo. Esses elementos carregam em si atos pedagógicos, construídos em espaços dialógicos, que se estabelecem por meio das diferenças individuais e dos sonhos coletivos, caracterizados por demandas particularmente locais (SGUAREZI *et al*, 2017).

Ao ampliarmos a visão sobre educação e trabalho, nos deparamos com a afirmação de Pistrak (2000, p. 34):

o trabalho socialmente útil é, exatamente, o elo perdido da escola capitalista. O trabalho socialmente útil é a conexão entre a tão propagada teoria e prática. É pelo trabalho, em sentido amplo, que esta relação se materializa. Daí a máxima: não basta compreender o mundo, é preciso transformar. A escola é um instrumento de luta no sentido de que permite compreender melhor o mundo (domínio e da técnica) com a finalidade de transformá-la, segundo os interesses e anseios da classe trabalhadora (do campo e da cidade) pelo trabalho.

Ou seja, com a Educação Popular e o trabalho socialmente útil torna-se possível unir a teoria à prática, e essa união é possível nos Empreendimentos Econômicos Solidários, com o Trabalho Associado, nos ambientes das Cooperativas e Associações. Dessa forma, é possível formar sujeitos conscientes capazes de lutar contra a hegemonia do capital. Para Pistrak (2006 p. 34), “as ações pedagógicas que direcionavam a escola revolucionária fundamentavam-se no trabalho social desenvolvido na escola, tinham o trabalho como fundamento da vida”.

István Mészáros, sociólogo húngaro, professor emérito da Universidade de Sussex, Inglaterra, crítico do capitalismo e herdeiro das tradições do pensamento de George Luckács, afirma que a estrutura do capitalismo é histórica considerada a maior potência de controle social já produzido. Assim, está atrelado ao modo de pensar, a cultura, a ciência, a religião, a educação, ou seja, as relações sociais atrelam-se à viabilidade produtiva do capital. Sobre a força do poder transformador da educação, escreve:

uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem cumprir as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança (MÉSZÁROS, 2005, p. 27).

Sob essa ótica, o autor aponta caminhos que indicam as possibilidades da realização de processos educacionais ou de formação, tanto técnica quanto política no seio do empreendimento, possibilitando aos trabalhadores e trabalhadoras assumirem-se como

sujeitos de suas transformações, buscando condições que tornam realidade a prática do Trabalho Associado, a Autogestão e a Ação Econômica.

A Economia Solidária possui os princípios básicos da Cooperação, Autogestão, da Solidariedade e da Ação Econômica. Porém, a Autogestão é um fundamento que recursivamente dialoga com os demais, isso exige uma aprendizagem, e, nessa perspectiva, também desenvolve as práticas de educação continuada,

trazendo experiências, baseadas nas mais diferentes práticas de reciprocidade, buscando qualidade de vida e de consumo. São modos e vivências que estabelecem as relações de produção no campo da Economia Solidária, que se constituem processos educativo. Esses modos e essas vivências são elementos que carregam em si ações pedagógicas, construídos em espaços socioculturais. Estes espaços são lugares de formação que tomam por base os saberes da comunidade, e estes dialogando com novos saberes geram o conhecimento. Estas práticas estão presentes nas Organizações ou Cooperativas que atuam dentro dos princípios da Economia Solidária com fundamentos na Autogestão (NASCIMENTO, 2011 p. 06).

As lutas pela busca de gestão mais democrática nos locais de trabalho demonstram que essas lutas têm surgido até em organizações heterogestionárias, mesmo nos locais onde há submissão ao trabalho assalariado e ao capital, em um movimento de cogestão dos trabalhadores e trabalhadoras, com participação nos lucros, e, paulatinamente, vão assumindo formas radicais de organização mais democráticas nos EES. Apesar disso, a visão hegemônica que impera é a forma capitalista de trabalho, em um Estado, também submisso ao capital, e que, na maioria das vezes, a forma como estão articuladas as políticas públicas, em geral são a expressão do capitalismo. Daí a necessidade de estudar, problematizar e compreender as experiências de autogestão, pois,

as experiências históricas de Autogestão revelam que, no embate contra a exploração e a degradação do trabalho, não é suficiente que os trabalhadores apropriem-se dos meios de produção. Essas práticas indicam haver a necessidade de articulação dos saberes do trabalho fragmentados pelo capital e de apropriação dos instrumentos teóricos metodológicos que lhes permitem compreender os sentidos de trabalho e prosseguir na construção de uma nova cultura de trabalho e uma sociedade de novo tipo (TIRIBA; FISCHER, 2009, p.7).

Não basta a apropriação dos meios de produção, pois também é necessária também a apropriação dos saberes do Trabalho Associado, e são estes, somados aos saberes teóricos metodológicos que tornam possível aos trabalhadores e trabalhadoras compreenderem o sentido do Trabalho Associado. É um aprendizado que não acontece apenas de maneira formal, nos bancos escolares, mas também acontece nos espaços de trabalho. Daí a

importância dessas experiências, que, se não são revolucionárias, são transformadoras do paradigma do emprego para o paradigma do Trabalho Associado.

Como bem apontam Tiriba e Fischer (2009), a produção associada ganha relevância à medida que os sujeitos, ao tentarem subverter a lógica do capital, ao invés de controlar e dificultar o acesso do conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras aos segredos do processo produtivo promovem a articulação dos diferentes saberes dos trabalhadores e trabalhadoras. Nessa articulação, o grande aliado no processo é o Trabalho Associado, porque é, ao mesmo tempo, meio e fim educativo, enquanto a o trabalho via emprego, na lógica capitalista, hierarquiza os saberes, separa, fragmenta e prepara o trabalhador e a trabalhadora para se submeterem ao capital. Já, a pedagogia da produção associada, pela experiência do Trabalho Associado, vai além dessas conjunturas alienadoras, permitindo uma produção consciente e livremente associada. Por isso, as experiências históricas da Economia Solidária e do Trabalho Associado, inspiradas nos princípios da pedagogia da Autogestão, têm apontado alternativas para a construção de um novo modo de trabalho, voltadas a uma educação para além do capital.

### **3.3 Movimentos sociais e processos emancipatórios pela Educação**

A classe trabalhadora, no Brasil, tem realizado inúmeras manifestações que se apresentam em forma de lutas organizadas e expressam as demandas de determinados grupos que tiveram seus direitos amealhados e até mesmo violados. Essas lutas têm se traduzido em Movimentos Sociais que demonstram a insatisfação social, econômica, educacional ou política, muitas vezes impostas pelo governo ou pela sociedade capitalista.

Os Movimentos Sociais passaram a se intensificar no Brasil a partir da década de 1970. Naquela época, as lutas travadas por esses movimentos estavam mais relacionadas à resistência e à oposição ao regime militar e ao autoritarismo estatal vigente. Assim, discorremos, aqui, brevemente, sobre o contexto dos Movimentos Sociais no Brasil e como essas manifestações sociais têm se configurado em seu caráter pedagógico e educativo, pois,

a educação não se resume à educação escolar, realizada na escola propriamente dita. Há aprendizagens e produção de saberes em outros espaços, aqui denominados de educação não formal. Portanto, trabalha-se com uma concepção ampla de educação. Um dos exemplos de outros espaços educativos é a participação social em movimentos e ações coletivas, o que gera aprendizagens e saberes (GOHN, 2012, p. 1).

Outro elemento importante de aproximação entre educação e os movimentos sociais é a cidadania. Falamos, aqui, da cidadania que está ligada ao princípio de liberdade, participação e organização política, identidade cultural, informação e comunicação, que assegura os direitos de se expressar e exercer o papel de cidadãos conscientes e livres para o exercício da cidadania. Uma cidadania emancipada que se contrapõe à tutelada pela elite, como afirma Demo (1995, p. 67):

cidadania emancipada: é cidadania organizada, que emancipa via as competências, humanas possuidoras dos ideais democráticos, que faz o sujeito negar-se como objeto. Excluem-se, portanto, os pensamentos e as práticas de uma cidadania tutelada que é cultivada pela elite. Essa mantém a população atrelada aos seus próprios projetos políticos e econômicos. Tem a características de clientelismo subserviência e a concessão. Cidadania assistida concebida com base no neoliberalismo, possui características com o populismo e o protecionismo, calcado na dependência, impõe a emancipação mais também contribui para a marginalização social.

A concepção de cidadania emancipada trazida por Demo (1995) vai ao encontro da concepção de cidadania coletiva, conforme defende Gohn (2012, p. 20):

a cidadania coletiva luta por interesses coletivos e de naturezas diversas, é algo que não se aprende somente com os livros, mas com a convivência, na vida social e pública. É no convívio do dia-a-dia que exercitamos a nossa cidadania, através das relações que estabelecemos com os outros, com a coisa pública e o próprio meio ambiente. A cidadania coletiva deve ser perpassada por temáticas como a solidariedade, a democracia, os direitos humanos, a ecologia e a ética.

Com base nos saberes das próprias vivências, compreendendo as práticas de como se organizar e participar para garantir os direitos violados ou negados é que os movimentos sociais foram se fortalecendo em toda a sua dimensão, sendo capazes de se contrapor à lógica da estrutura da sociedade capitalista. E temos que aprender com os Movimentos Sociais “para analisar esses saberes dos movimentos, deve-se buscar as redes de articulações que os movimentos estabelecem na prática cotidiana e indagar sobre a conjuntura política, econômica, sociocultural do país quando essas articulações ocorrem (GOHN, 2011, p. 334).

Assim, a relação entre movimentos sociais e educação existe a partir das ações práticas de movimentos grupais, com base numa *práxis*. Desse modo, os movimentos pela educação abrangem questões tanto de escolas quanto de gênero, etnia, nacionalidade, direitos culturais e, entre outros, são considerados fontes de conhecimento, entendidos como um espaço para gerar aprendizagem política para o exercício da participação na sociedade.

No Brasil, essa relação foi sendo construída a partir do final dos anos 1970 e na década de 1980, quando foram criadas algumas organizações e entidades científicas, entre as quais:

Associação Nacional de Pós-Graduação Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa (ANPED), a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) e as Conferências Brasileiras de Educação (CBEs), realizadas bianualmente para discutir e debater os problemas socioeconômicos e políticos e a destacar os movimentos sociais envolvidos (GOHN, 2011, p. 334).

Destaca-se ainda, na relação entre movimentos sociais e educação, a entrada de novos atores: as comunidades nas periferias dos centros urbanos, que, com suas demandas, passaram a requerer ações do Poder Público para atendimento das necessidades coletivas.

Ainda nos anos 1980, a relação entre educação e esses movimentos se acentuaram com atividades no âmbito da Educação Popular, nas lutas pelas “Diretas Já”, e, em 1988, na organização de propostas para a Assembleia Nacional Constituinte. A partir dos anos 1990, novas concepções de educação e trabalho passaram a permear os movimentos sociais, dentre as quais: Pedagogia Progressista; Libertadora, Libertária, Crítico-Social e dos Conteúdos.

Segundo Saviani (1999), a Pedagogia Progressista consiste na tendência de fazer uma análise crítica da realidade social que sustenta, implicitamente, as finalidades sociopolíticas da Educação. Essas concepções progressistas criticam a educação hegemônica e, ao mesmo tempo, propõem mudanças que vão buscar o processo de transformação social. O movimento progressista se manifestou em três tendências:

Libertadora, mais conhecida como pedagogia de Paulo Freire; a Libertária, que reúne os defensores da Autogestão Pedagógica. Essas duas tendências tem em comum o anti-autoritarismo, a valorização de experiência vivida como base na relação educativa e a ideia da Autogestão pedagógica e valorização grupal de aprendizagem (participação em discussões, assembleias, votações etc.). A Crítico-Social dos Conteúdos que, diferentemente das anteriores, acentua na primazia dos conteúdos no seu confronto com a realidade social (LIBÂNEO, 1992, p. 11).

Para Paulo Freire (1987), a educação teria que ter o caráter libertador e não domesticador e alienador como o modelo tradicional da educação. Seria uma *práxis* educativa capaz de libertar o ser humano de toda situação de opressão, à qual se encontra sujeito, através da libertação de sua consciência, tornando-o um sujeito crítico e reflexivo capaz de transformar sua realidade e inserir-se na sociedade de forma efetiva.

Desse modo, o foco central da Pedagogia Libertadora de Freire travou batalha acirrada contra todas as formas de dominação, exploração e opressão da classe trabalhadora oprimida. A proposta da pedagogia freireana se embasa na busca da conscientização dos sujeitos sobre suas reais situações. Também busca problematizar junto à classe trabalhadora, no trabalho, na produção, seja no trabalho assalariado ou no Trabalho Associado, formas de os trabalhadores e trabalhadoras compreenderem as contradições que os levam às condições de exploração e dominação pela classe opressora, e, juntos, construir as condições objetivas materiais, econômicas e sociais para superar essa situação.

Fazendo uma leitura da história recente do país, é possível afirmar que a transição do regime militar para a redemocratização nos anos de 1980, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, permitiu a organização de vários Movimentos Sociais. Esses Movimentos Sociais foram dando sua contribuição para o surgimento de outros movimentos e outras formas mais democráticas e menos autoritárias de organização social, mesmo dentro do sistema capitalista hegemônico.

Na década de 1990, segundo Ghon (2011), novos atores entraram em cena. As Ongs, o Terceiro Setor e entidades afins passam a fazer parte do cenário político, social e educacional. Políticas Públicas relacionadas às questões de cidadania e da participação passaram a ser discutidas. No campo educacional, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) foi aprovada, e a escola assumiu uma nova concepção e nova relação com a comunidade. Essa nova postura orienta para a liberdade do sujeito, para a comunicação intercultural, pressupondo um trabalho conjunto entre pais, professores, gestores, funcionários, representantes de organização de associações de bairros em torno da escola.

No espaço da educação não formal consolidaram-se as estratégias dos Movimentos Sociais. Esse foi um momento muito rico para a sociedade brasileira, principalmente para a classe trabalhadora. Ali ocorrem muitas aprendizagens tanto para o grupo quanto para o coletivo de indivíduos, por exemplo da

aprendizagem prática, Aprendizagem teórica, Aprendizagem técnica instrumental como funcionam os órgãos governamentais, a burocracia, seus trâmites e papéis, quais as leis que regulamentam as questões em que atuam etc. (GOHN, 2011, p. 352-353).

Nas ações coletivas forjam-se saberes e aprendizagens emancipatórios. Os Movimentos Sociais são expressões da sociedade civil, organizados em diversos grupos que lutam para conquistar espaços, para reproduzir as vivências coletivas. Esse conjunto de aprendizagens está materializado na realidade e nas experiências de cada movimento,

comprometido com o projeto de uma nova cidadania, baseado nos princípios da solidariedade e ajuda mútua.

Segundo Caldart (2002, p. 18),

há uma necessidade de pensarmos o Movimento Social também como uma das matrizes pedagógicas fundamentais na reflexão de um projeto educativo que se contraponha aos processos de exclusão social e que ajude a reconstruir a perspectiva histórica e a utopia coletiva de uma sociedade justa e trabalho para todos.

Ainda sob esse olhar para os movimentos sociais, Sguarezi, Dutton e Chavier (2018, p.133) afirmam:

a Educação Popular contra-hegemônica gestada pelos movimentos sociais tem procurado ser uma alternativa epistemológica para a emancipação dos trabalhadores, dessa forma os processos pedagógicos coletivos e autogestionários estão dando respostas positivas aos desafios da modernidade.

A Educação Popular apresenta-se como uma possibilidade para homens e mulheres esperançosos que almejam alcançar formas mais dignas de trabalho e produção, tornando-se uma concepção educacional que objetiva a dignidade humana, a cidadania, a concretização de uma sociedade justa, a formação do sujeito preocupado e engajado com seu contexto histórico.

Em seus estudos, Vieitez e Dal Ri (2001, p. 116) demonstram que

há uma complementaridade entre a formação cotidiana nas relações de trabalho e as estratégias de lutas dos movimentos sociais. Afirmam também que as experiências do Trabalho Associado articuladas aos movimentos sociais têm atuação limitada pelas condições dos mercados e por condicionantes técnicos. Um desses condicionantes é o uso de máquinas e técnicas de organização da produção que carregam consigo interesses, valores e objetivos capitalistas provenientes do meio social no qual foram concebidos. Esclarecem ainda, que os trabalhadores em suas lutas estão em busca de adequação sociotécnica dos maquinários aos processos produtivos na tentativa de organizar o trabalho de forma condizente com a Autogestão e a desmercantilização.

### **3.4 Da alienação provocada no processo de trabalho assalariado às dimensões educativas e libertárias do Trabalho Associado**

Trazemos aqui algumas reflexões e problematizações acerca da educação e sua relação com o trabalho, e também os princípios educativos existentes no contexto de produção do trabalho assalariado e do Trabalho Associado. Segundo Frigotto (2002), a afirmação do trabalho emancipado pressupõe afirmá-lo como valor de uso, princípio educativo e criador, ou seja, o trabalho é o caminho para a construção da identidade, e o ser

humano constrói essa identidade pelo trabalho. Essa identidade vai ser construída sob influência tanto do trabalho assalariado via emprego quanto pelo Trabalho Associado, pois, ambas as práticas, conforme ensina o autor, comportam princípios educativos: uma voltada para a alienação e a outra voltada para a emancipação.

Segundo Saviani (2008), a educação é fruto do trabalho humano. A compreensão da natureza da educação passa pela compreensão da própria natureza humana, pois, diferente dos animais que apenas necessitam adaptarem-se a sua condição natural, os homens constroem diariamente a sua existência. Para tanto, necessitam extrair da natureza recursos naturais para transformá-los em fonte de recursos necessários para suprir suas condições materiais de vida.

Diante da necessidade de manter suas condições de vida, os sujeitos sociais também constroem sua cultura, e é esta que define os valores sociais, os comportamentos, a linguagem e outros. O trabalho, além de um valor social, propicia as condições para que os sujeitos possam manter a sua própria natureza, tornando-se, assim, um princípio científico-educativo, à medida que assume a especificidade de trabalho pedagógico. Por trabalho pedagógico compreende-se o ato de ensinar e aprender simultaneamente.

A educação, por ser um “fenômeno próprio dos seres humanos, significa afirmar que ela é, ao mesmo tempo, uma exigência do e para o processo de trabalho, bem como é, ela própria, um processo de trabalho” (SAVIANI, 2008, p.12). A educação nasce das relações estabelecidas entre os sujeitos sociais, em um intercâmbio entre eles e a própria natureza, e, na mesma proporção em que ela, a educação, prepara os sujeitos para o trabalho, torna-se a ação criadora da realidade do próprio sujeito social e das suas relações socioprodutivas.

A educação a serviço do capital pressupõe um ensino que trabalhe com o processo formativo unilateral do ser social. Já a Educação que esteja a serviço da classe trabalhadora, em uma dinâmica do trabalho como prática de liberdade, pressupõe um ensino imbricado ao processo formativo.

A divisão do trabalho, ou propriedade privada, tornou-nos obtusos e unilaterais. A divisão cria unilateralidade e, sob o signo da unilateralidade, justamente, se reúnem todas as determinações negativas, assim como sob o signo oposto, o da omnilateralidade (obviamente, muito menos frequente, dado que essa não é ainda coisa deste mundo), reúnem-se todas as perspectivas positivas da pessoa. A omnilateralidade é, portanto, a chegada histórica do homem a uma totalidade de capacidades produtivas e, ao mesmo tempo, uma totalidade de capacidades de consumo e prazeres, em que se deve considerar, sobretudo, o gozo daqueles bens espirituais, além dos materiais, e dos quais o trabalhador tem estado excluído em consequência da divisão do trabalho (MANACORDA, 2007, p. 89).

Se o homem produz a materialidade da vida por meio do trabalho, e na nossa sociedade capitalista por meio do trabalho alienado (assalariado), isso significa que precisamos buscar novas formas de trabalho que possam se contrapor à lógica do capital. Uma das alternativas para a superação do trabalho alienado é o Trabalho Associado que se constitui materialmente como embrionário e busca condições, a partir de experiências como da ASCAPAN, produzir práticas de resistência ao capital. Isso exige do conjunto de trabalhadores e trabalhadoras envolvidos uma reflexão permanente sobre sua prática, o que se constitui numa práxis que levará a uma prática mais consciente dos processos de exploração. Lentamente, essa práxis deixará de ser embrionária para ser emancipatória.

Para Vásquez (2001, p. 222), “a práxis é a ação material objetiva, pela qual o sujeito intervém conscientemente no mundo social”. Essa afirmação dialoga com a posição de Freire (1987), em que a concepção de práxis social libertadora tem como tarefa histórica a libertação dos oprimidos e dos seus opressores, a superação da contradição oprimidos e opressores, ou seja, o resgate da humanização. É pela comunicação entre os sujeitos, pelo ato de pensar, refletir sobre sua realidade com os outros, junto com os outros que ocorre o diálogo, que tira os trabalhadores e trabalhadoras da passividade e os eleva à categoria de sujeitos históricos.

Só a educação não é redentora desse processo alienante, mas têm um papel fundamental para a transformação do sujeito e da sociedade. O ato de educar está presente nos diversos contextos sociais e se configura como uma dimensão cultural do trabalho. Tanto o trabalho alienado quanto o trabalho associado comporta um princípio educativo: um para alienação, outro para a autonomia, diz Frigotto:

o trabalho assume duas dimensões distintas e sempre articuladas. A primeira compreende o trabalho como mundo da necessidade. Nela o trabalho está subordinado às necessidades indispensáveis do ser humano, considerado em sua condição de ser histórico-natural que precisa produzir os meios da manutenção de sua vida biológica e social. A segunda dimensão compreende o mundo da liberdade, nela está contido o princípio educativo do trabalho (FRIGOTTO, 2012).

Nesta seção procuramos trazer um diálogo referente às práticas emancipatórias do Trabalho Associado e da Autogestão e a sua interface com a Educação Popular. Inserimos, também, os desafios dos/as Catadores/as de materiais recicláveis e o protagonismo desses sujeitos nos processos de construção de suas experiências autogestionárias e emancipatórias. A seguir vamos tratar dos caminhos metodológicos da pesquisa.

## 4 MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia adotada compreende, em seu desenvolvimento, tipo de estudo, local de estudo, população e amostra, coleta de dados, análise de dados e aspectos éticos.

No que se refere aos aspectos éticos, a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), sob o Parecer número 2.575.678 e está nacionalmente cadastrada sob o Protocolo de CAAEE n. 81913317.0.0000.5166 (ANEXO D), respeitando os preceitos éticos contidos na Resolução nº 510/2016 e a Norma Operacional 001/2013 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) (BRASIL, 2012). Além disso, também utilizamos os pressupostos da Educação Popular e da Economia Solidária que comportam uma prática que supera a visão fragmentada entre sujeito e objeto. Nas relações de produção da pesquisa procuramos um tecer juntos, um fazer juntos e, por que não dizer, também uma experiência concreta do inédito viável<sup>11</sup> freireano.

A pesquisa foi realizada no município de Cáceres, cidade do Sudoeste de Mato Grosso, localizada às margens do rio Paraguai, a, aproximadamente, 200 quilômetros da capital Cuiabá, com população estimada de 93.882 habitantes (IBGE, 2018). A pesquisa de campo ocorreu no período de abril a setembro de 2018, após aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

A investigação embasou-se na perspectiva da Pedagogia Crítica Libertadora fundamentada por Paulo Freire, com enfoque na pesquisa qualitativa, com base em um estudo descritivo exploratório e com suporte da pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental, que, de forma transversal, dialogou com o método de estudo de caso. Para contemplar o objetivo geral da pesquisa — analisar os limites e possibilidades do processo de organização do Trabalho Associado vivenciados pelos sócios da Associação Cacerense de Catadoras e Catadores de Materiais Recicláveis do Pantanal (ASCAPAN), localizada no município de Cáceres-MT, Brasil — e por entender que as relações sociais e de trabalho ocorrem por meio da dialogicidade na concretude do movimento da realidade social, no qual o sujeito é capaz de compreender, intervir e transformar o meio em que vive, é que

---

<sup>11</sup> O ‘inédito-viável’ é, na realidade, uma coisa que era inédita, ainda não claramente conhecida e vivida, mas quando se torna um ‘percebido destacado’ pelos que pensam utopicamente, o problema não é mais um sonho, ele pode tornar-se realidade (FREIRE, 1987, p. 67).

escolhemos a perspectiva da Pedagogia Crítica Libertadora fundamentada por Paulo Freire (1973).

Inicialmente, a pesquisa contemplou Catadores/as de materiais recicláveis que atuavam no lixão e depois buscaram se organizar de forma associativa na Associação de Catadores de Materiais Recicláveis do Pantanal (ASCAPAN). O universo da pesquisa compreendeu 100% dos sócios da ASCAPAN. Os sujeitos da pesquisa foram seis trabalhadores homens, sujeitos da pesquisa, pois, a única mulher que configurava como sócia havia se desligado da associação. Os entrevistados são identificados, aqui, pelos números 1, 2, 3, 4, 5, 6. Como todos os sócios, sujeitos da pesquisa, eram do sexo masculino, ao nos referirmos aos sujeitos da pesquisa utilizamos o termo Catador. E para não incorrer em equívocos da linguagem sexista, aos nos referirmos genericamente a essa categoria de trabalhadores/as utilizamos o termo Catadores/as.

A metodologia criada por Freire possibilita ao pesquisador e aos participantes da pesquisa analisarem o contexto socio-histórico em que estão inseridos, e, a partir de sua leitura de mundo, produzir conhecimento crítico-científico. Nesse sentido, os sujeitos da ação, ao problematizarem a sua realidade histórica, se inserem em um processo de busca pelo conhecimento, reconhecendo-se como seres inacabados e em um intenso processo de transformação ao longo da vida, o que lhes permite pensar e repensar a relação entre a teoria e a prática.

Como ferramentas foram utilizadas a observação sistemática e a roda de conversa, suportada por um roteiro de observação durante o processo de criação da ASCAPAN. Também foram utilizados formulários de pesquisa, um para caracterizar o empreendimento e o outro para produzir o perfil socioeconômico dos Catadores com a entrevista semiestruturada e, posteriormente, para fechar a análise, foi utilizada a Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2016).

O estudo transversal indica que a pesquisa se realiza em determinado período de tempo, sendo previstos o momento inicial e final determinados pela hipótese, justificativa e objetivo do pesquisador e não no delineamento do estudo (HULLEY *et al.*, 2015). A pesquisa qualitativa aplica-se a associações de fenômenos que são compreendidos e não podem ser mensurados, porém, evidenciam os comportamentos vivenciados, os significados, os motivos, as aspirações, as crenças, os valores e as atitudes. Fenômenos estes que pertencem à subsistência social, pois, o ser humano não se evidencia somente

pelo seu comportamento, mas por suas reflexões, atitudes e experiências compartilhadas (DESLANDES; GOMES; MINAYO, 2009, p. 21).

O Estudo de Caso objetiva estudar as características de um grupo ou fenômeno, de forma particular. Caracteriza-se como “uma investigação empírica que pesquisa um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto, especialmente, quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos” (YIN, 2010). O estudo de caso, como estratégia de pesquisa, caracteriza-se pelo interesse em casos individuais e não pelos métodos de investigação, podendo ser de abordagem quantitativa ou qualitativa (YIN, 2010, p. 07). Partindo desse pressuposto utilizamos o estudo de caso para coletar as informações necessárias relacionadas a esta pesquisa.

Por sua vez, a pesquisa documental contribui para o processo da investigação, com documentos contemporâneos ou históricos e as informações que extraímos deles nos possibilitam fazer a pesquisa de acordo com objeto a ser investigado. Esses documentos, são, geralmente, fontes primárias de informações, como relatórios, cartas, reportagens, documentos oficiais e outros. Um dos principais objetivos da análise de documentos é apresentar o conteúdo de forma sistemática e original (GIL, 2002; SOUZA; KANTORSKI; LUIS, 2011). Nesta investigação, a pesquisa documental foi utilizada para analisar: documentos constitutivos da Associação, atas de fundação, das assembleias e reuniões ampliadas, estatuto social e outros documentos referentes ao processo de implantação do Programa Cáceres Recicla, produzidos pelo município de Cáceres (Lei nº 2.367/2013, que regulamenta o Programa Cáceres Recicla) e a documentação produzida pelo Ministério Público Estadual (MPE) referente à questão.

Como a pesquisa documental é constituída de documentos que podem ser reorganizados em conformidade com os objetivos da pesquisa (GIL, 2010), também foram utilizados vários documentos disponibilizados pela Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis – INCUBEES, que muito contribuiu ao disponibilizar seu acervo de relatórios e demais documentos produzidos durante o processo de incubação.

A pesquisa de campo tem o propósito de obter informações mais próximas da realidade. Inicialmente, a pesquisa de campo estava prevista para ser realizada junto a três empreendimentos que atuavam no Programa Cáceres Recicla: Cooperativa Cidade Limpa, (COOPERLIMP), Cooperativa Mista do Desenvolvimento de Cáceres (COOMDEC) e a Associação de Catadoras e Catadores de Materiais Recicláveis do Pantanal (ASCAPAN).

Porém, conforme explicado nas considerações iniciais, as duas cooperativas não mostraram interesse em participar da pesquisa. A COOMDEC se recusou a participar, e a COOPERLIMP acabou encerrando suas atividades antes da pesquisa de campo, o que também justifica o recorte de o estudo restringir-se à ASCAPAN.

No período em que ocorreu a coleta de dados, a ASCAPAN era composta por seis associados. Participaram do estudo associados que atendiam aos critérios de inclusão e exclusão. Inclusão: Catadores associados que aceitaram participar das entrevistas, responderam os questionários, permitiram ser observados nas atividades de coleta, reuniões realizadas e participaram das rodas de conversa. Não houve excluídos, sendo assim a pesquisa compreendeu 100% dos associados.

Para caracterizar o empreendimento e levantar o perfil socioeconômico dos Catadores envolvidos na pesquisa, utilizamos a aplicação de formulários, entrevistas semiestruturadas, além de recursos da observação sistemática e rodas de conversa, e ainda a análise documental. Os associados foram entrevistados no local de trabalho, no barracão da ASCAPAN, durante o horário de expediente, nos momentos em que estavam disponíveis para participar do estudo. Realizamos a leitura e a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE - ANEXO C), após explicar a finalidade da pesquisa.

Para fazer o diagnóstico da realidade empírica foram aplicados dois formulários de pesquisa. Um para caracterizar o empreendimento, e o outro para compor o perfil socioeconômico dos Catadores com a entrevista semiestruturada. Essa atividade ocorreu durante o mês julho de 2018. Os formulários de pesquisa foram desenvolvidos com base nos documentos do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES, 2009) e nos Formulários do Programa da Incubadora de Organizações Coletivas Solidárias e Sustentáveis (IOCASS, 2013).

O formulário consiste em uma coleção de questões formuladas e anotadas por um entrevistador, numa situação face a face com o entrevistado. As perguntas devem ser ordenadas, das mais simples às mais complexas; vale lembrar que as perguntas devem referir-se a uma ideia capaz de possibilitar uma única interpretação, sempre respeitado o nível de conhecimento do informante (GERHARDT; RAMOS, 2009).

Os formulários desenvolvidos com base na proposta do SIES/IOCCAS foram aplicados com a intenção de diagnosticar as condições socioeconômicas dos trabalhadores, buscando identificar a renda média mensal, grau de escolaridade, faixa etária, sexo, quanto tempo estava naquela atividade, há quanto tempo faziam parte da associação, a jornada de

trabalho, as motivações que os levaram a participar do Empreendimento. Esse questionário foi composto de dezessete questões abertas e de múltiplas escolhas (ANEXO B). O questionário aplicado para caracterizar o Empreendimento Econômico Solidário (EES) continha dez perguntas de múltipla escolha (ANEXO A). As entrevistas foram realizadas com o auxílio de gravador de voz digital para segurança na sistematização das informações coletadas.

A entrevista semiestruturada se converte no colóquio vivo, com propósitos diferentes, mas que podem ser congruentes. Pesquisador e entrevistado buscam conhecimento semelhante para delinear a vivência pessoal e coletiva (TRIVIÑOS, 2001, p. 86). Além disso, foram utilizados os recursos metodológicos, como a observação sistemática, com a finalidade de conhecer o ambiente e acompanhar a rotina de trabalho dos Catadores. A observação sistemática deve ser metódica, para que o instrumento seja irrefutável e válido na investigação científica, pois observar não é apenas utilizar os sentidos, mas abrange todos os procedimentos utilizados na pesquisa, e divide-se em dois aspectos: assistemática e sistemática. A primeira está relacionada aos fenômenos ocasionais, simples e não estruturados, casuais. São aqueles fenômenos que não podem ser reproduzidos em laboratório e o pesquisador não tem o controle da situação. A segunda atende mais aos interesses científicos, por suas características técnicas: planejamento, operações, instrumentos, delimitação, imparcialidade e objetivos definidos. E pode ser realizada de modo direto, aplicando os sentidos, e, indireto, utilizando instrumentos (LÜDKE; ANDRÉ, 1986; RUDIO, 1986, p. 136). No caso desta investigação usamos o modo direto e indireto.

A investigação buscou aproximar-se da realidade pesquisada através da coleta de dados fornecidos pelos sujeitos da pesquisa. A pesquisadora, ao ter conhecimento dos dados coletados, que revelam determinadas dimensões da realidade investigada, procurou analisá-los a partir da base teórica conceitual definida neste estudo. Contudo, é necessário ressaltar que os fenômenos investigados estão em constante processo de transformação, numa permanente construção, sendo assim os resultados expostos nessa elaboração teórica científica referem-se a um período específico em que a coleta de dados ocorreu.

Nesse momento, a observação sistemática se mostrou muito importante, porque a técnica de observação é essencial na coleta de dados. Uma das vantagens dessa técnica é que os acontecimentos são identificados diretamente, sem nenhuma interferência. A desvantagem é que a presença do pesquisador pode ocasionar modificações nas atitudes dos

observados (GIL, 2010; MARCONI; LAKATOS, 2011). A observação sistemática nos ajudou a alcançar os objetivos propostos e, para tanto, foi utilizado o Roteiro de Observação Sistemática (APÊNDICE C), nos processos de formação e de organização do trabalho, observando-se: a presença ou não dos princípios de Cooperação, Autogestão, Solidariedade e Ação Econômica; como ocorreu o processo de aprendizagem para o Trabalho Associado e suas contradições; as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos Catadores nos momentos de produção e as contradições nas relações de produção.

Durante a investigação foram realizadas quatro rodas de conversa. Durante a coleta de dados, realizada mediante a aplicação dos formulários e via processo de observação, foram realizadas três rodas de conversa com os sujeitos da pesquisa. Antes de fechar a pesquisa foi realizada uma quarta roda de conversa. Nessa última etapa, os sujeitos da pesquisa validaram a sistematização dos dados colhidos por essas ferramentas. Os dados coletados foram analisados à luz dos princípios da Economia Solidária: a Cooperação, a Autogestão, a Solidariedade e a Ação Econômica.

Todo o processo de construção da pesquisa iniciou com uma compreensão empírica do mundo, do mundo concreto do Catador dentro do lixão, na rua, no chão da associação ou da cooperativa de Catadores e Catadoras. Problematizar esse fenômeno é importante para esses trabalhadores e trabalhadoras, para a universidade e para a sociedade, dada a riqueza desse processo envolto nas profundas contradições entre o mundo do capital e o mundo do trabalho. Esse processo de problematização exige a articulação entre diferentes conceitos que permeiam o processo de implantação de uma política pública através do Programa Cáceres Recicla. A análise crítica dos dados da pesquisa será trabalhada à luz do referencial teórico da Economia Solidária, do Trabalho Associado e Autogestão, tendo como pano de fundo o processo de implantação da Política Pública orientada pelo Programa Cáceres Recicla. Foi por esse motivo que também utilizamos a roda de conversa.

A roda de conversa é uma metodologia participativa, que prioriza o diálogo em conformidade com os objetivos da pesquisa, e, no transcurso das discussões, podem surgir outros assuntos, mesmo que divergentes, porque uma pessoa estimula a outra a falar, tornando-se admissível a opinião do outro (MÉLLO et al., 2007).

As rodas de conversas contribuíram para sanar dúvidas, esclarecer e ampliar as informações coletadas a partir dos formulários. Durante o percurso da pesquisa realizamos quatro rodas de conversa. Esses momentos tinham a duração de, aproximadamente, duas horas, tendo como foco os diálogos dos Catadores, visando aprofundar a compreensão da

realidade e as possíveis concepções de Trabalho Associado, Autogestão, as trocas de saberes e aprendizagens adquiridas. Nessas rodas de conversa foi possível compreender como os trabalhadores perceberam o processo das formações e como ocorreram as práticas pedagógicas durante o processo de incubação dessa Associação de Catadores, a ASCAPAN.

Outro recurso metodológico utilizado para realizar a investigação foram os diários de campo, em especial quando se tratava dos documentos produzidos pela Incubadora INCUBEES. O diário de campo é um instrumento introspectivo e subjetivo do pesquisador, utilizado para compreender o ambiente da pesquisa. Consequentemente, o diário de campo salienta os acontecimentos em pesquisa do projeto preliminar ao epílogo da pesquisa (MACEDO, 2010; ARAÚJO *et al.*, 2013).

A análise de dados foi realizada considerando-se os objetivos da pesquisa e os elementos apontados pela realidade pesquisada. Procuramos estabelecer uma relação de aproximação e complementaridade entre os dados coletados pelos diversos instrumentos adotados na perspectiva de obter uma compreensão ampla e dialética do fenômeno pesquisado.

Os dados coletados dos formulários foram tabulados no programa *Microsoft Excel*, as entrevistas foram transcritas na íntegra para o programa *Microsoft Word*. Os resultados da pesquisa foram transcritos e analisados pelo programa *software Iramurateq*, e após uma cuidadosa leitura, os conteúdos foram organizados e elencados de acordo com os eixos elaborados e a relevância dos diálogos, utilizando-se a técnica de análise de conteúdo. Essa etapa visou identificar os fundamentos dos conteúdos das falas, cujo aparecimento ou reiteração significassem algo para o objeto pesquisado. Assim, implementamos uma leitura diligente das entrevistas com a finalidade de captar segmentos das falas e das análises que vinham ao encontro do objetivo da pesquisa.

Para exposição de trechos ou recortes das entrevistas dos participantes utilizamos pseudônimos que proporcionaram a distinção das convicções dos entrevistados e também lhe preservaram o anonimato. Para garantir o anonimato, substituímos o nome do entrevistado por um número (Entrevistado: 1, 2, 3, 4, 5 e 6).

A análise de dados foi realizada através do método de Análise de Conteúdo por permitir identificar e interpretar inferências apresentadas através das falas dos participantes e, assim, apresentar deduções específicas sobre a temática estudada. Para a análise dos dados foi realizada a pré-análise, a exploração dos dados e, por fim, a interpretação dos

dados (BARDIN, 2016). Com o uso do programa *software Iramurateq* foi possível elaborar uma figura denominada nuvens de palavras, que ilustra a complexidade dos resultados da pesquisa e as inferências dos conceitos de Economia Solidária, Trabalho Associado e Autogestão. Também mostra a interpretação dos resultados da pesquisa e dos princípios da Economia Solidária: Cooperação, Autogestão, Solidariedade e Ação Econômica.

## **5 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Neste capítulo apresentamos os resultados e discussões do trabalho de investigação realizado junto aos Catadores de materiais recicláveis na cidade de Cáceres, MT, Brasil, à luz dos conceitos utilizados na pesquisa. Retratamos uma experiência de Trabalho Associado e Autogestão ainda embrionária e mostramos os esforços de trabalhadores que atuavam no mundo do trabalho assalariado (precário/lixão/rua) que buscaram se organizar de forma coletiva para a produção, exercitando seus direitos e cidadania. Esse processo envolveu muitos atores, muitos sujeitos e várias instituições, revelando as contradições, os limites e as possibilidades vivenciadas por esses trabalhadores no processo de criação da ASCAPAN.

### **5.1 Percurso histórico da ASCAPAN**

A ASCAPAN, Associação Cacerense dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis do Pantanal, surgiu a partir das iniciativas de uma Política Pública, o Programa Cáceres Recicla, tendo como um de seus objetivos, a organização e a implantação da Coleta Seletiva na cidade de Cáceres-MT. A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) determina a eliminação dos depósitos de lixo a céu aberto, a construção de aterros sanitários, a implantação da coleta seletiva e prioriza a inclusão socioprodutiva dos Catadores de recicláveis. A estratégia mais praticada no Brasil para promover a inclusão socioprodutiva dos Catadores tem sido via organização de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) que passaram a abrigar esses/as trabalhadores e trabalhadoras, os Catadores de materiais recicláveis.

Em geral, os EES vinculados à cadeia produtiva da reciclagem são constituídos como cooperativas e associações. Ainda no sentido da inclusão socioprodutiva, a PNRS alterou a Lei 8.666/1993, que trata dos processos de licitação. A alteração da lei flexibilizou a contratação das cooperativas e associações de Catadores sem a necessidade de licitação (BRASIL, 2010).

No ano de 2016, o município de Cáceres decidiu pela eliminação do lixão, atendendo, assim, à Política Pública Municipal denominada Programa Cáceres Recicla, e a Política Pública Nacional de Resíduos Sólidos, ainda que sob a ação coercitiva do Ministério Público. O município iniciou um processo de organização do Centro Público

Municipal de Triagem com a finalidade de apoiar os Catadores, proporcionando a inclusão socioprodutiva desses/as trabalhadores e trabalhadoras oriundos do lixão. A partir dessas ações, os Catadores, com o apoio da INCUBEES, iniciaram o processo de organização para formar uma associação que, no ano seguinte (2017), viria a ser a ASCAPAN.

O Programa Cáceres Recicla envolveu muitas instituições para a implantação da coleta seletiva no município e promoveu a organização dos Catadores para a criação da ASCAPAN. Dentre as instituições estão: o Poder Público local que tem na Autarquia Águas do Pantanal a representação da Prefeitura Municipal de Cáceres-MT; o Ministério Público Estadual (MPE); a Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) através da Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários (INCUBEES); e empresas, entre as quais a PROGEO.

Respondendo ao Termo de Ajuste de Conduta (TAC) proposto pelo Ministério Público Estadual (MPE), o Poder Público local propôs um acordo com as cooperativas COOPERLIMP, COOMDEC e a ASCAPAN, as quais já existiam no município, e a, aproximadamente, 10 anos trabalhavam com a seleção e comercialização de materiais recicláveis. O acordo estabeleceu as rotas para coletar os materiais recicláveis junto aos grandes geradores que deviam ser seguidas pelas contratadas. O Poder Público local cedeu um caminhão para esses empreendimentos realizarem seus serviços de coleta. Esta estratégia de organização das rotas de coleta na cidade, adotada pelas organizações envolvidas, trouxe resultados positivos e significativos no processo de coletar os materiais recicláveis e entregar às organizações dos Catadores, que criaram ânimo com o processo.

No que se refere à criação e à organização da ASCAPAN, inicialmente um primeiro grupo de Catadores e Catadoras, oriundos do lixão, fizeram a tentativa de criar a associação, mas acabaram desistindo do processo. Contudo, a experiência desses/as trabalhadores e trabalhadoras lançou as bases para que outros Catadores pudessem concretizar esse projeto de criação de uma associação que atuasse sob os princípios da Economia Solidária.

Nesse processo, a Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários (INCUBEES), vinculada ao Núcleo Unemat-UNITRABALHO, em Cáceres, teve papel fundamental para a organização dos Catadores na associação que viria a ser a ASCAPAN.

A INCUBEES atuou realizando ações de aproximação e organização desses trabalhadores e trabalhadoras desde o ano de 2014. Em agosto de 2016, foi implantado o

Projeto: Formação e organização do Trabalho Associado dos/as Catadores e Catadoras de materiais recicláveis de Cáceres, que contribuiu para o fortalecimento da organização associada dos trabalhadores e trabalhadoras que atuavam no lixão, ofertando cursos de formação sobre Trabalho Associado, Economia Solidária, Autogestão e Reciclagem. Esse Projeto de Extensão Universitária foi implantado pela Portaria nº 1761, da Reitoria da Unemat (01/08/2016). Sob a coordenação do professor Laudemir Luiz Zart, a incubadora realizou 22 oficinas, totalizando 66 horas de capacitação e formação para os Catadores (INCUBEES, 2016).

Mediante a desistência do primeiro grupo de Catadores e Catadoras, a INCUBEES iniciou um trabalho para trazer outros Catadores para fazer parte do Projeto. As ações de formação e capacitação aconteceram no Centro Público de Triagem, local onde foram instalados os equipamentos de trabalho para os Catadores e Catadoras oriundos do lixão de Cáceres.

No ano de 2017, com o apoio da Universidade, através das ações da Incubadora, o novo grupo de trabalhadores e trabalhadoras conseguiu se organizar e constituir uma associação, denominada Associação Cacerense dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis do Pantanal (ASCAPAN). Conforme sua Ata de Fundação, a ASCAPAN foi constituída no dia 18 de maio de 2017, tendo seu Estatuto Social registrado no dia 29 de junho de 2017, sob o nº 5169 no Livro A-13 do Cartório do 2º Serviço Notarial e Registral de Cáceres, MT, com a participação de nove Catadores na qualidade de sócios fundadores (ASCAPAN, 2017).

Os encontros para a discussão e construção de seu Estatuto Social e do Regimento Interno aconteceram em reuniões com o coletivo de trabalhadores e trabalhadoras desde o início do ano de 2016 até 2017. Esse processo foi construído com base nos fundamentos da Educação Popular, pois, é diante dessas práticas e atitudes que “A Educação Popular se torna uma alternativa epistemológica para a emancipação dos trabalhadores, tornando-se assim um processo pedagógico coletivo e Autogestionário” (SGUAREZI; DUTTON; CHAVIER, 2018, p. 136).

O Estatuto Social é a certidão de nascimento da entidade e está organizado em 33 artigos. É o documento que dá forma jurídica ao empreendimento, e que, de acordo com a legislação brasileira, é de direito privado. Apresenta os objetivos da associação, quem pode e qual a forma para ser associado, como será a organização administrativa e quais as

instâncias deliberativas e executivas, podendo ainda trazer, de modo constitucional, como será a organização do trabalho (BRASIL, 2002).

Em fevereiro de 2017, “[...] reuniram-se os Catadores juntamente com os bolsistas e estagiários da INCUBEES para elaborar o Regimento Interno da ASCAPAN” (INCUBEES, 2017). O Regimento Interno é a forma escrita das regras a serem praticadas pelos trabalhadores no ambiente de trabalho, construído a partir do Estatuto Social do Empreendimento Econômico Solidário (EES), retratando a organização do Trabalho.

O Regimento Interno da ASCAPAN ficou composto de 35 artigos, retratando a organização e o funcionamento da associação, apresentando uma estratégia de Trabalho Associado e Autogestão.

A construção do Estatuto Social e do Regimento Interno pelo coletivo dos trabalhadores e trabalhadoras se insere na dimensão da “Autogestão que é construída no coletivo, é um princípio da Economia Solidária que pensa a transformação da organização” (FBES, 2013). Assim, essa construção coletiva promoveu o debate entre os Catadores levando-os a discutir a sua realidade, o seu ambiente, compreendendo as contradições e reafirmando as possibilidades e os limites para que se tornassem sujeitos de suas ações como trabalhadores e trabalhadoras, tomando atitudes e decidindo, tanto sobre o planejar quanto sobre o fazer.

A Associação conta, atualmente, com seis associados, todos do sexo masculino. Nos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) a gestão executiva está a cargo de uma diretoria eleita pelo conjunto dos associados. Na ASCAPAN, a diretoria atual é a mesma eleita por ocasião da fundação, em 2017, com um mandato de dois anos, conforme prevê seu Estatuto Social. Por ocasião das visitas durante o percurso da pesquisa, utilizando as técnicas de observação e análise de documentos, constatamos que a diretoria se reúne, ordinariamente, uma vez por mês, realizando reuniões extraordinárias quando a situação o demandar. Assim, vão se construindo, entre os membros do grupo, relações de confiança e trabalho, com base na Autogestão, reafirmando os princípios do Trabalho Associado.

## **5.2 Produção e comercialização**

No contexto de Trabalho Associado, Autogestão, Solidariedade e Ação Econômica, nesta subseção passamos aos relatos da ação produtiva dos Catadores na ASCAPAN. No

trabalho de separação dos materiais, os principais produtos que têm mercado para a comercialização, são: plástico, papelão e papel. A Associação vende, em média, três cargas de materiais recicláveis por mês, totalizando um volume de 23 toneladas, aproximadamente, assim dividido: plástico — seis toneladas; papelão — onze toneladas; livros — três toneladas; e outros materiais — três toneladas.

A observação e a análise documental permitiram perceber que os Catadores possuem saberes técnicos imprescindíveis para desempenhar bem o seu trabalho. Eles conhecem todos os tipos de materiais e utilizam muito esses saberes no seu dia a dia. Percebe-se, ainda, que a troca de saberes é uma constante entre os trabalhadores e trabalhadoras que utilizam essa prática, sempre com o objetivo de melhorar o desempenho da organização e facilitar o cumprimento das tarefas, diminuindo o retrabalho. Essa troca de saberes dialoga com a pedagogia da Autogestão que, quando ocorre, melhora a qualidade de vida dos trabalhadores e trabalhadoras, amplia a renda e ainda promove a autonomia, mesmo que essa esteja restrita ao âmbito interno da associação.

A seguir, apresentamos o Quadro 4 com alguns tipos dos materiais recicláveis que têm mais mercado para comercialização.

#### Quadro 4 - Tipologia de materiais recicláveis

Nome Comum	Produto	Material
Pets	Politereftalato de etileno	Garrafas plásticas, refrigerantes, água mineral, etc.
PP	Polipropileno	Baldes, bacias, frascos de alimentos, etc.
Cobre	Cobre	Eletrônicos, fios de energia, componentes de aparelhos eletrônicos, etc.
Papelão	Papelão	Caixas, embalagens de eletrodomésticos, etc.
Plástico cristal	Plástico cristal	Plásticos transparentes
Plásticos mistos	Plástico	Sacolas de mercado e demais embalagens
Alumínio duro	Alumínio	Blocos de motores, peças de veículos, peças de eletrodomésticos, etc.
Alumínio	Alumínio	Latinhas, utensílios domésticos, etc.
Chumbo	Chumbo	Componentes de bateria, etc.
Ferro	Ferro	Ferro fundido, outros materiais de ferro

Fonte: elaborado pela autora (2018), com base na ABRELPE (2017) e PNRS (2010).

Os Catadores dominam o conhecimento a respeito dos tipos de materiais, sabem como separá-los de acordo com as exigências do mercado. Esse conhecimento técnico traz

vantagens, pois, quanto melhor a separação dos materiais, maior será o ganho da Associação com a venda dos produtos (CHIARIELLO; EID, 2013).

Desses materiais, os mais comercializados pelos Catadores sócios da ASCAPAN são os que constam no quadro a seguir. Nele constam os resíduos por tipo, com os preços de comercialização pagos em quilogramas (kg). Os valores apresentados referem-se ao mês de julho de 2018.

#### **Quadro 5 - Principais materiais comercializados e preços pagos**

<b>Produtos</b>	<b>R\$/kg</b>	<b>Quant. Kg</b>	<b>R\$ ton</b>
Pets	1,5	1500	2.250,00
Papelão	0,3	11.000	3.300,00
Papel (livros, papel branco, revistas)	0,3	1500	450,00
Plásticos mistos (sacolas e demais embalagens)	1,2	3.000	3.600,00
Plástico cristal (plásticos transparentes)	1,2	3.000	3.600,00

Fonte: elaborado pela autora (2018), com base na ABRELPE (2017) e PNRS (2010).

Nota-se que o material que tem mais volume e boa comercialização é o papelão, com 11 toneladas vendidas. Os plásticos ocupam o segundo lugar, sendo plástico misto e o cristal com três toneladas cada. Outro material que tem bom preço (R\$ 1,50/kg) e boa comercialização é o Pet. No entanto, pela observação e relato dos Catadores, a coleta seletiva realizada apenas junto aos grandes fornecedores traz pouco desse material para o Centro de Triagem.

Quanto à forma de organização da triagem do material, observamos as seguintes etapas durante o processo de produção na Associação. Inicialmente, na chegada do material ao barracão é feita a separação entre os produtos comercializáveis e os rejeitos. Rejeitos são resíduos não recicláveis, em geral resíduos orgânicos, como restos de comidas, resíduos de jardim e folhas, e descarte de material de limpeza e higiene, como: papel higiênico, fraldas descartáveis, cotonetes. Considera-se rejeito o material reciclável que não tem mercado. Exemplo disso são o isopor e o vidro.

O vidro aparece com um bom volume na coleta. A Associação possui uma máquina que fragmenta o vidro para torná-lo mais adequado para ser transportado. No entanto, é um produto de difícil comercialização. O baixo valor, muito volume, o peso, as grandes distâncias das indústrias que aproveitam os resíduos de vidro encarecem o frete e são

empecilhos para a reutilização desse material. Diante dessas dificuldades, o vidro acaba se tornando rejeito.

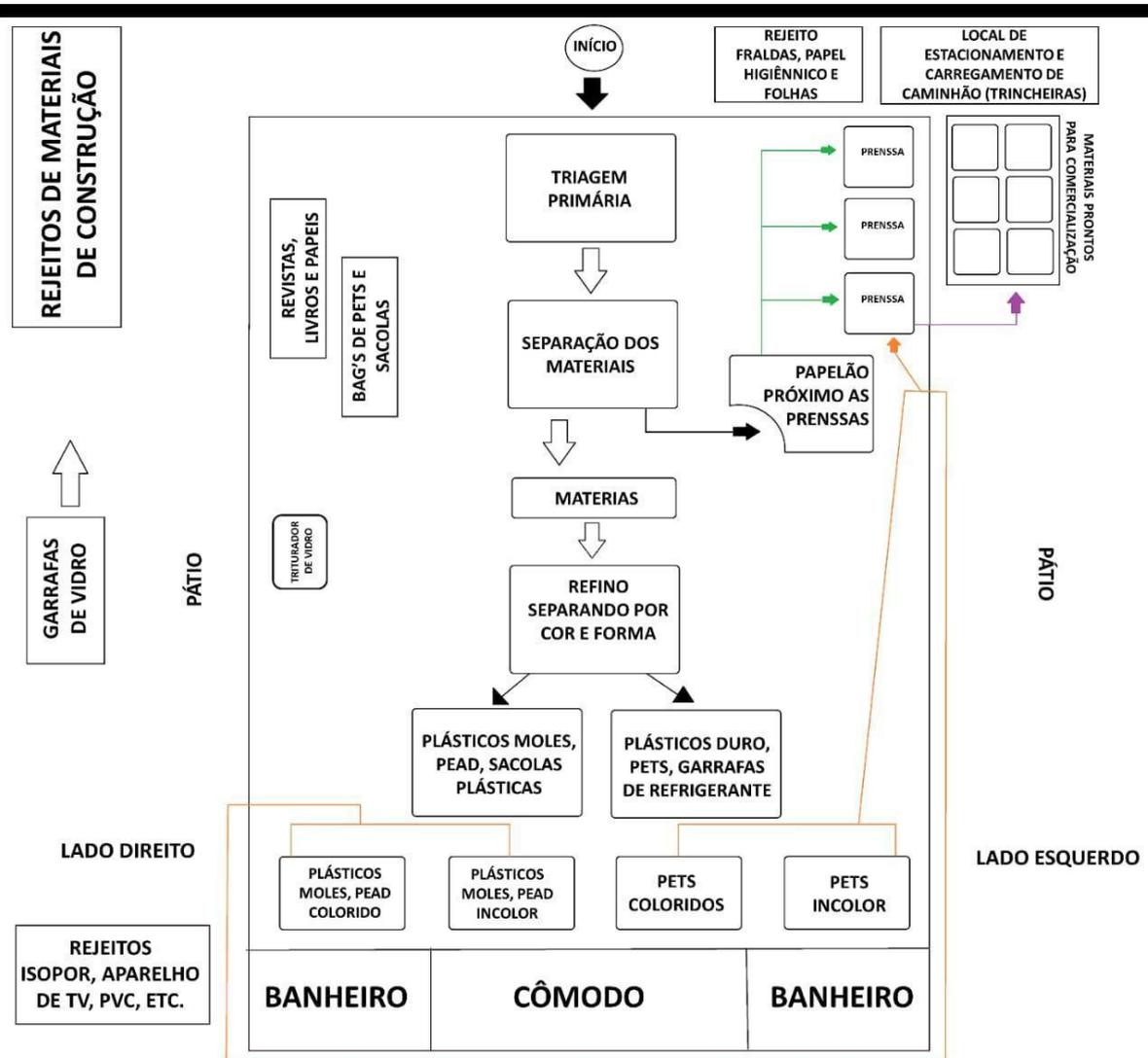
Após o processo de triagem que divide os materiais comercializáveis e não comercializáveis, é feita a separação dos resíduos sólidos. No processo de separação, os Catadores separam os diferentes tipos de papel/papelão por cor, textura, e tipo de material (livros, cadernos, folhas soltas). E os diferentes tipos de plásticos são separados por cor, textura e forma. Posteriormente, esses materiais são acondicionados em *bags* (grandes embalagens em forma de bolsas, em geral de rafia) para depois serem prensados.

A terceira etapa do processo é a prensagem do material separado. A prensagem faz com que o material passe a ter um volume uniforme para facilitar a organização da carga e o transporte, proporcionando ganho no peso e no volume. Em seguida, os fardos são armazenados em local adequado até que se atinja o volume necessário para completar uma carga.

Conforme relata o presidente da ASCAPAN, o barracão do Centro de Triagem que a Associação utiliza é oferecido pela parceria do Poder Público Municipal, através da Autarquia Águas do Pantanal. Além da concessão do uso do barracão de triagem e também no pagamento das despesas de água e energia elétrica (ENTREVISTA Catador1), a infraestrutura física do galpão conta com dois banheiros (masculino e feminino), possui dois quartos, sendo áreas no fundo e na frente. A área na parte da frente é o espaço no qual se realizam as etapas de separação dos materiais recicláveis.

A seguir, apresentamos a Figura 2 com o *layout* do barracão da Associação.

Figura 2 - Layout do barracão da ASCAPAN



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

De forma simples, essa figura apresenta o fluxo de produção e a forma de organização do processo produtivo da ASCAPAN. É importante salientar que é no processo produtivo que se constroem as noções de coletivo entre os Catadores, pois, ao mesmo tempo em que há autonomia no fazer e conhecer as técnicas de trabalho, é necessário estabelecer relações de solidariedade, de ajuda mútua, de compreender o esforço do outro. Nesse fazer, se desenvolvem e se aperfeiçoam os princípios da Autogestão, da Solidariedade e da Cooperação, que, aos poucos, proporcionam condições para a mudança do trabalho precarizado para a forma de Trabalho Associado.

No entanto, observamos que há necessidade de aperfeiçoamento na comercialização. Geralmente, é o comprador que pesa as cargas dos materiais recicláveis enviados pelos Catadores. Quando elas chegam ao destino, ele faz os cálculos e deposita o valor correspondente da carga comprada. Falta infraestrutura no barracão, como uma balança, por exemplo. Essa prática expõe os Catadores a uma situação de vulnerabilidade diante do atravessador, pois precisam confiar na palavra dele sobre o peso de cada carga dos produtos adquiridos.

Durante a pesquisa observamos o fechamento dos valores de produção do mês. Da receita obtida com a venda dos materiais recicláveis foram descontadas as despesas de alugueis de alguns maquinários de produção (prensas) e o restante foi distribuído entre os Catadores. Observamos também que a renda de cada trabalhador associado gira em torno de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos) reais mensais, fruto do Trabalho Associado que o coletivo realiza.

O fomento à geração de trabalho e renda para beneficiar pessoas pobres e marginalizadas é indispensável, porém o sucesso dessas iniciativas implica a capacidade de mobilizar, motivar e envolver as pessoas para a gestão eficiente das atividades coletivas nos grupos informais, associações, cooperativas, empresas autogestionárias, entre outras. Tendo como elemento central o trabalho, a Economia Solidária pretende transformar-se em uma Economia do Trabalho. Para isso, é essencial que a racionalidade técnica sempre esteja a serviço da racionalidade social, fundamentada na cooperação (SINGER. In: VIETTEZ; DAL RI, 2010, p.71).

O Trabalho Associado propicia melhora no ganho dos trabalhadores e trabalhadoras. Se a atividade de Catador fosse exercida individualmente, dificilmente ele conseguiria obter essa renda, pois não teria condições de coletar a mesma quantidade de materiais que é realizada coletivamente pelo grupo. Esse é um indicativo de que o Trabalho Associado traz maior ganho financeiro, o qual incide sobre a melhoria nas condições de vida dos trabalhadores e trabalhadoras.

Quanto às despesas, a Associação e os Catadores arcam com o custo do transporte do material que é vendido e entregue em Cuiabá, custando em torno de R\$ 800,00 (oitocentos reais) cada viagem, e são entregues três cargas por mês. A Associação trabalha com três prensas, sendo que duas pertencem aos compradores de recicláveis<sup>12</sup>. O aluguel

---

<sup>12</sup> Isso gera uma relação de dependência dos Catadores da ASCAPAN. Mas é uma realidade no mundo da coleta seletiva onde esta não está bem organizada, como ocorre em Cáceres-MT. Segundo a PNRS (2010), é obrigação do município de operar a coleta seletiva. E quando essa coleta seletiva é realizada por Catadores/as

desses equipamentos é pago com a entrega de materiais recicláveis para os donos. A Associação possui uma prensa e um elevador adquiridos com recursos próprios. O elevador, no momento, não está funcionando.

Geralmente após a venda do material, no dia seguinte, os Catadores da ASCAPAN se reúnem para dialogar sobre a venda e os valores recebidos, e quanto cada um vai receber. O Presidente trabalha junto com os demais Catadores na separação de materiais recicláveis, atender aos visitantes e realizar palestras. Esse tempo-trabalho fora da separação também é computado como horas trabalhadas. O controle de associados, tanto os que se associam quanto os que deixam a Associação, é registrado em um caderno.

O controle da produção e das vendas também é feito em um caderno. Nesse caderno, anota-se o tipo de material vendido em cada carga. Essas informações servem para o cálculo da renda obtida e para fazer a distribuição igualitária entre os sócios. Essas anotações ficam à disposição dos associados, e esse tipo de práticas dá transparência aos processos de gestão do empreendimento. Práticas que se constituem em processos pedagógicos decorrentes do Trabalho Associado e da Autogestão. A seguir, apresentamos o perfil socioeconômico dos Catadores.

### **5.3 Perfil socioeconômico dos Catadores**

Dados do IPEA (2013), informados no Diagnóstico sobre Catadores de Resíduos Sólidos, realizado em 2011, com base em dados de organizações públicas, empresariais e do próprio MNCR, indicou a existência de 400 a 600 mil Catadoras/as no Brasil. O Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010) constatou a existência de 387.910 pessoas em todo o território brasileiro que se declararam Catadoras e Catadores em sua ocupação principal. Embora os dados do IBGE estejam bem próximos da estimativa do IPEA (2011), esse quantitativo pode estar abaixo do real, devido a alguns motivos.

Um desses motivos diz respeito à própria natureza desse tipo de estudo, marcado pela informalidade, e essa profissão está sujeita às flutuações do ambiente econômico e da demanda por trabalho em outros setores. A divisão regional desse montante de trabalhadores e trabalhadoras aponta que a região Sudeste concentra a maioria desses trabalhadores e trabalhadoras, sendo 161.417 pessoas que declararam praticar essa

---

a estrutura — barracões, prensas, enfim máquinas e equipamentos devem ser disponibilizados para associações e cooperativas sob a forma da lei.

atividade laboral, o que representa 41,6% do total dos Catadores, com a média de idade de 38,9 anos.

A região Nordeste vem em seguida, com 116.528 Catadores, com a média de idade de 38,3 anos. Já o Norte possui o menor contingente, 21.678, com a média de idade de 36,6 anos. Enquanto a região do Centro-Oeste possui 29.359 Catadores, com a média de idade de 40,0 anos. No presente estudo sobre a ASCAPAN e seus associados, a pesquisa demonstrou que a maioria dos Catadores tem mais de 40 anos.

Quanto ao gênero dos 387.910 Catadores do total existente no Brasil, 48,4% são homens e 51,6% são mulheres, assim distribuídos por região: no Sul do país as mulheres correspondem a 34,1%; no Sudeste, 30,9%; no Nordeste, 29,3%; no Centro-Oeste 34,1%; e no Norte, 29,5% são Catadoras. Na ASCAPAN, essa realidade é diferente, pois 100% dos trabalhadores são do sexo masculino. Embora a região do Centro-Oeste tenha um percentual expressivo de mulheres Catadoras, no caso da ASCAPAN, as mulheres ainda não se apresentaram para se tornarem sócias do empreendimento.

Os formulários aplicados para a coleta dos dados dos sócios da ASCAPAN revelaram que os seis Catadores que atuam na entidade são naturais de Cáceres-MT. Os sujeitos que participaram da pesquisa são do sexo masculino, sendo um com a idade entre 20 a 29 anos, quatro entre 40 a 49, e um acima de 60 anos. Ou seja, a maioria tem idade acima dos 40 anos.

No Quadro 6, a seguir, consta o perfil socioeconômico dos Catadores da ASCAPAN. Esses dados foram coletados na pesquisa de campo no período de junho a agosto de 2018.

**Quadro 6 - Perfil dos entrevistados (\*) da ASCAPAN**

Entrevistado	Sexo	Grau de escolaridade	Idade	Há quantos anos atua como Catador	Há quanto tempo está no empreendimento	Jornada de trabalho em horas	Como chegou ao empreendimento	Moradia	Renda
Entrevistado n. 01 <b>Função:</b> Separador inicial de material/serviço	M	E.F. Incompleto	40 a 49	03 meses	03 meses	40	Era servente de pedreiro, e conheceu o local através de um dos sócios da ASCAPAN.	Alugada	Varia de 1.300 a 1.500

de apoio								
Entrevistado n. 02 <b>Função:</b> Separador inicial de material/serviços de apoio	M	E.F. Incompleto	20 a 29	01 mês	01 mês	40	Era autônomo montava tendas e não estava conseguindo emprego e a ASCAPAN é próxima de sua residência.	Própria
Entrevistado n. 03 <b>Função:</b> Presidente/ Separador inicial de material/articulação política	M	E.M. Completo	60 ou +	05 anos	02 anos	40	Saiu do trabalho de marceneiro e não estava conseguindo emprego. Através de um dos sócios, acreditando poder produzir renda de modo associado entrou na ASCAPAN.	Alugada
Entrevistado n. 04 <b>Função:</b> Prensista/ Serviços de apoio.	M	E.F. Incompleto	40 a 49	10 meses	10 meses	40	Saiu do trabalho de seringueiro e, sem conseguir emprego, foi indicado por um conhecido.	Própria
Entrevistado n. 05 <b>Função:</b> <b>Tesoureiro</b> Prensista/ serviços de apoio	M	E.M. Completo	40 a 49	03 anos	02 anos	40	Saiu do trabalho com motosserra em fazendas e não estava conseguindo emprego. Conheceu a ASCAPAN através de um Professor da UNEMAT.	Própria
Entrevistado n. 06 <b>Função:</b> <b>Vice-presidente</b> Separador inicial de material/articulação política	M	E.M. Completo	40 a 49	05 anos	02 anos	40	Trabalhava em supermercado. Visitou o empreendimento, fez formação e participou de reuniões do Programa Cáceres Recicla, tornou-se sócio da ASCAPAN.	Própria

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

(\*) todos os entrevistados são naturais de Cáceres, MT.

Todos os entrevistados informaram que já tiveram outras experiências profissionais: marceneiro, operador de motosserra, servente de pedreiro, montador de tendas e trabalho em supermercados. No entanto, passaram a trabalhar nos serviços de reciclagem em função das dificuldades de se manter no mercado de trabalho, isso os tornou Catadores e Catadoras:

A falta de oportunidades de inserção nesse sistema econômico os conduz à marginalização. O perfil evidenciado é o de falta de escolaridade, o desemprego e a necessidade de complementação da renda familiar. Os trabalhadores buscam na coleta de materiais recicláveis uma fonte de renda que seja capaz de manter suas

famílias. No entanto, a coleta é vista com maus olhos pela sociedade urbana, que constantemente tenta excluir e afastar esses profissionais, transferindo-os para as cidades e para os bairros periféricos dos grandes centros urbanos como forma de maquiagem realidade (MARTINS, *et al.*, 2016, p. 88).

A opção de trabalhar como Catador foi motivada pela falta de trabalho, pela necessidade de sobrevivência. Segundo Dal Ri (2010). à medida que ocorrem e se intensificam as crises que caracterizam o capitalismo neoliberal, uma das consequências desse sistema que privilegia o capital em detrimento do trabalho e dos trabalhadores e trabalhadoras é o fechamento de muitos postos de trabalho.

As populações percebem que os postos de trabalho escasseiam e que os existentes estão sendo precarizados de tal maneira que as condições de vida das pessoas tornam-se crescentemente precárias, instáveis e mesmo miseráveis. Dessa conjuntura decorre o esforço dos trabalhadores para a preservação ou criação de postos de trabalho controlados por eles mesmos (DAL RI, 2010, p. 12).

Esse contexto contribui para que os trabalhadores e trabalhadoras busquem alguma forma de sobrevivência. No Brasil, essa busca pela sobrevivência tem se traduzido num exército de trabalhadores e trabalhadoras sem trabalho formal, em torno de 13 milhões neste primeiro semestre de 2019. Esses trabalhadores e trabalhadoras sem trabalho se apresentam para a sociedade de várias maneiras, se transformam em moradores de rua e vivem das migalhas que a sociedade lhes dispõe, aceitam fazer “bicos”, com remuneração aquém da adequada. Outros se veem obrigados a ir para o ambiente onde a precarização do trabalho impera, aceitando atividades fora de suas áreas de conhecimento ou formação. A mão de obra sem qualificação é a que mais sofre com a exploração de sua força de trabalho. Muitos trabalhadores e trabalhadoras vão para o serviço braçal e para os lixões, tornando-se Catadores nesses espaços a céu aberto, onde inexistente controle de qualquer natureza e a lei que prevalece é a do mais forte. Diante de cenários dessa natureza, surgem formas viáveis de organização para o trabalho. Uma das opções que se apresentam para trazer esses trabalhadores e trabalhadoras de volta para a dignidade do trabalho com reconhecimento social é a sua organização coletiva, como exemplifica a autora a seguir:

No México e no Brasil os dois maiores e talvez mais importantes movimentos sociais da América Latina hoje, o Movimento Zapatista e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra adotaram a forma de cooperativas de Trabalho Associado para organizarem a produção. Desse modo, desde o início do período do capitalismo neoliberal na América Latina, foram constituindo-se e expandindo-se empreendimentos de Trabalho Associado em quantidade e ritmo que há muito não se observava (DAL RI, 2010, p. 11).

Essas formas de Trabalho Associado tem se traduzido na organização de Cooperativas a Associações de Catadores, empreendimentos que têm reconhecimento legal perante a legislação brasileira, Lei 5.764/1971 para as Cooperativas e Lei nº 10.406/2002, para as Associações. São empreendimentos que, pela Ação Econômica, que é uma de suas características, oferecem condições para os trabalhadores e trabalhadoras obterem renda suficiente para sua vida, possibilita o acesso aos programas sociais oferecidos pelas políticas públicas, como acesso à educação, à saúde e à seguridade social.

A formalização da ASCAPAN é o resultado do esforço conjunto de instituições e trabalhadores e trabalhadoras visando oferecer opções de trabalho possam a se contrapor a lógica do capitalismo. Dessa forma, com a aplicação de tecnologias sociais ofertadas pela Economia Solidária, a INCUBEES, o Ministério Público Estadual, o Poder Público Municipal de Cáceres e outras entidades, em comum acordo com os Catadores de recicláveis interessados, têm buscado, ainda que de forma incipiente, organizar um empreendimento que possa oferecer melhores condições de vida para os trabalhadores e trabalhadoras com as práticas da Autogestão, Solidariedade e Cooperação.

No entanto, ao mesmo tempo em que se apresentam as possibilidades, surgem alguns limites no contexto do Estado brasileiro, dentre os quais está o marco jurídico legal, por outro lado, apesar de ser uma tragédia, o desemprego aponta como possibilidade o Trabalho Associado.

No que se refere à distribuição de sobras, até o momento da realização da pesquisa os Catadores da ASCAPAN não adotaram qualquer alteração nas regras de distribuição dos valores obtidos com as vendas dos materiais recicláveis. O Regimento Interno da Associação continuou organizado com base na redação antiga da CLT. O período de descanso remunerado (férias) continuava sendo de trinta dias, os sócios recebiam igualmente após cada venda dos materiais recicláveis. As taxas de manutenção de máquinas e equipamentos e custeio do transporte do material vendido permaneciam sendo divididos igualmente entre todos. Os tempos de formação, refeições e descanso permaneciam sendo computados como jornada de trabalho. Sob esses aspectos, o Empreendimento Solidário pesquisado realiza as práticas de socialização das condições, direitos e ganhos igualmente entre os sócios.

Essa condição demonstrada pela pesquisa indica que, no caso da ASCAPAN, os Catadores exercitam o Trabalho Associado que vai além do conceito de emprego e trabalho

assalariado, superando, em muito, as condições do trabalho precário. Ou seja, esse trabalho, além de impactar a configuração de novas relações sociais e cooperativas também propicia maior qualidade de vida, comida na mesa, casa própria, entre outras necessidades. Dessa forma,

o associativismo é fruto da luta pela sobrevivência e pela melhoria das condições de vida nas comunidades. Todo o patrimônio de uma associação é constituído pelos associados ou membros, logo, a associação não possui fins lucrativos. Nas comunidades a participação, a solidariedade, a cooperação em torno de objetivos comuns têm sido fundamentais para assegurar melhores condições de vida. Essa prática, mais do que uma forma de organização, é uma construção e uma conquista social (AMARAL, 2012, p. 2).

Quanto à pergunta: Como chegaram ao empreendimento? os Catadores que participaram da pesquisa afirmaram ter conhecido o empreendimento através de outros Catadores e professores da UNEMAT que atuavam na INCUBEES e que desenvolviam atividades de formação/mobilização na ASCAPAN.

No que se refere à moradia, constatamos que a maioria dos Catadores da ASCAPAN (67%) possui residência própria. Esse dado da pesquisa corrobora uma investigação realizada com 20 Catadores no Rio de Janeiro, em que a maioria (79,0%) tinha residência própria (PORTO *et al.*, 2004).

Outra realidade comum entre os Catadores é a baixa escolaridade. Na ASCAPAN, a pesquisa mostra que três Catadores têm Ensino Médio completo, e três, o Ensino Fundamental incompleto. Dados do IPEA (2013) apontam que 20,5% dos Catadores, tanto homens quanto mulheres, são analfabetos. A baixa escolaridade dos Catadores foi levantada em pesquisas anteriores, realizada por Silva (2002) e Magera (2003), que correlacionaram escolaridade e trabalho.

Na comparação dos dados sobre o grau de escolaridade dos associados da ASCAPAN, com os dados dos demais Catadores em nível nacional, sistematizados pelo IPEA (2013), constatamos que na Associação investigada a situação é levemente melhor, não apresentando pessoas analfabetas.

As pesquisas ainda demonstram ser a escolaridade um fator que contribui para que os sujeitos consigam trabalho no mercado formal com carteira profissional assinada. Contudo, a baixa escolaridade não tem sido impedimento para que os Catadores possam ser protagonistas no processo de ensinar/aprender e ressignificar o mundo do trabalho. Essas práticas de ensino/aprendizagem têm acontecido nas práticas coletivas de trabalho na Associação, na luta junto aos movimentos sociais, por exemplo no MNCR, pois é no

aprender-fazer-fazendo Freireano, no dia a dia da cooperativa que os trabalhadores e trabalhadoras vão resolvendo seus problemas. O aprendizado ocorre nas diversas situações vivenciadas pelos Catadores, na lida diária, no seio do Empreendimento Econômico Solidário (EES), como por exemplo: aprender a realizar cálculos sobre medidas e peso do material, tipologia do material, a sistematização de suas histórias em relatos de experiência, a escrita coletiva das regras de convivência na associação, a aprendizagem diária sobre os malefícios que o lixo provoca no solo, na água e no meio ambiente. São experiências e vivências que se produzem no fazer coletivo do Trabalho Associado, na experiência da Autogestão. Nesse sentido, Autogestão significa a retomada do controle do processo de trabalho, do produto do trabalho, de si e da civilização humana (NOVAES, 2008, p. 13).

Ainda segundo Singer (1998), a experiência do Trabalho Associado e da Autogestão não propicia apenas a aquisição ou reelaboração de novos conhecimentos, mas traz consigo os princípios da solidariedade, da igualdade de condições, fortalecendo a participação política e lapidando o entendimento crítico da realidade que os cerca a partir das vivências do trabalho.

Ao voltar nosso olhar para a renda dos Catadores de recicláveis, a pesquisa traz informações bastante positivas. Segundo o IPEA (2013), os dados do censo demográfico do IBGE (2010) indicavam que a renda média era em torno de R\$ 571,56 para os Catadores enquanto que o salário mínimo da época era de R\$ 510,00 (IPEA, 2013; SOARES, 2014). Segundo essa pesquisa, a renda média dos Catadores superava o valor do salário mínimo em 11%. A região Sudeste apresentava a maior rentabilidade média, R\$ 629,89, para os trabalhadores envolvidos com a coleta e reciclagem em 2010. Nas demais regiões, apenas a Nordeste apresentou uma renda média abaixo do valor do salário mínimo de 2010 (IPEA, 2013).

Considerando que o valor do salário mínimo, em 2018, era de R\$ 957,80, a pesquisa aponta que os Catadores associados da ASCAPAN obtêm ganho em torno de R\$ 1.500,00. Dessa forma, segundo esses dados, a renda dos Catadores associados da ASCAPAN fica acima do salário mínimo em torno de 39,40%. Esse valor é mais expressivo que a média nacional e a média regional, se tomarmos por base o ganho dos cooperados Coopertan<sup>13</sup>, de 2016, que,

---

<sup>13</sup> COOPERTAN – Cooperativa de Produção de Material Reciclável de Tangará da Serra, MT. Cidade do Sudoeste mato-grossense com, aproximadamente, 100 mil habitantes. Considerada uma referência em gestão de resíduos sólidos/coleta seletiva com inclusão socioproductiva de Catadores/as, devido a vários fatores, mas

através da coleta seletiva hoje (outubro/2016) garante a inclusão socioproductiva de 40 Catadores, sócios da cooperativa e mais dois empregados, sendo um motorista e um auxiliar administrativo. A renda média de cada trabalhador está em torno de R\$ 1.250,00 (um mil e duzentos e cinquenta reais) (SGUAREZI *et al.*, 2016, p. 22).

Quanto à organização do trabalho na ASCAPAN, a partir de seu Regimento Interno, da norma escrita e da observação, nota-se que o trabalho é desenvolvido de forma coletiva, seguindo o modelo de organização baseado nos princípios democrático, solidário e sustentável. Espaço este em que as estratégias adotadas são definidas por um processo decisório que valoriza o consenso do grupo de Catadores. Essa prática pode ser conceituada como Autogestão, pois “supera a sujeição do trabalho ao capital e passa a ser uma alternativa concreta dos trabalhadores alcançarem a sua autonomia” (SGUAREZI *et al.*, 2017, p. 14).

Fica evidente que nessa experiência embrionária na ASCAPAN está havendo um esforço dos trabalhadores para compreender esse processo de Trabalho, Autogestão, Cooperação e Solidariedade. Nesse sentido, foi constatado que os Catadores parecem ter, cada um, uma função definida, mas a observação diária demonstrou que todos os Catadores têm o direito de aprender e a liberdade de trabalhar em qualquer frente, ou seja, diante da necessidade, cada um desempenha a atividade que precisa ser realizada no momento. Se, de um lado, isso pode ser visto como desorganização, de outro demonstra o coletivo da equipe, de aprendizado na resolução dos problemas que desafiam os trabalhadores e trabalhadoras a aprender novos conjuntos de atividades. Isso pôde ser observado na chegada dos materiais da coleta seletiva, em que todos assumiam a mesma função, ajudando-se na descarga do caminhão, e também no momento de fazer a limpeza e organizar o ambiente. Embora os Entrevistados 4 e 5 tivessem a função de prensistas, foi possível observar que outros Catadores estavam experimentando essa função, aprendendo essa atividade através da ajuda mútua.

Da mesma forma, os Entrevistados 1, 2, 3 e 6 se apresentaram como separadores de materiais, mas na prática, no exercício da função, ficou constatada a solidariedade e liberdade de ação de acordo com a demanda do grupo. Embora essa organização do trabalho tenha semelhança com a divisão taylorista do trabalho, uma observação

aprofundada torna possível compreender que nessa relação de Trabalho Associado está presente o diálogo, a Cooperação e a Solidariedade, que traz para esse grupo de trabalhadores e trabalhadoras a apropriação da mão de obra, dos meios de produção e dos processos decisórios ainda que incipiente.

Quanto ao tempo em que esses trabalhadores atuavam na atividade da reciclagem, identificou-se que o Catador n. 05 trabalhava há dois anos na associação e exercia a profissão de Catador há três anos, tendo trabalhado um ano individualmente. O Catador n. 03 e o Catador n. 06 já trabalhavam há cinco anos na atividade de reciclagem e estavam há dois anos associados à ASCAPAN. Os demais Catadores trabalhavam há menos de um ano na associação: o Catador n. 01, três meses, o Catador n. 2, um mês, e o Catador n. 04, dez meses. Nessa composição do grupo de associados percebe-se uma mescla entre trabalhadores com experiência em reciclagem, com mais tempo de trabalho, e outros que estão iniciando nessa profissão, o que favorece uma troca de experiências e conhecimentos importante entre esses sujeitos associados. Esse foi o perfil encontrado na ASCAPAN, no entanto, estudos demonstram que há poucas informações quanto ao perfil dos Catadores:

algumas lacunas no conhecimento sobre o tema investigado foram identificadas. Há uma intensa necessidade de inclusão de informações sobre os Catadores de materiais recicláveis nos sistemas nacionais de informação. Identifica-se uma escassez de dados estatísticos em nível nacional nos países latino-americanos, que explicitem o número real de trabalhadores envolvidos com a reciclagem informal, seu perfil sociodemográfico e suas condições de trabalho, com potencial para direcionar políticas públicas voltadas para essa população. Os Catadores, embora cada vez mais presentes nos ambientes urbanos, permanecem fora das estatísticas, fato que leva ao desconhecimento e à segregação dessa categoria laboral (GALON; MARZIALE, 2016, p. 190).

Portanto, é preciso avançar na coleta de dados sobre Catadores para podermos refletir sobre e melhorar as políticas públicas que tratam desse assunto, no sentido de conhecer melhor os aspectos socioeconômicos dos Catadores e ampliar a compreensão sobre a participação deles no espaço em que estão inseridos.

Visando ouvir os sujeitos da pesquisa, dirimir dúvidas sobre a organização do Trabalho Associado e os limites e possibilidades da Autogestão, foram realizadas as rodas de conversa, sendo priorizado o ouvir e motivando a participação de todos, no intuito de conhecer seus anseios e perspectivas no que se refere ao Trabalho Associado e à Autogestão.

#### 5.4 O processo de organização do Trabalho Associado vivenciado pelos sócios da ASCAPAN

No decorrer da pesquisa de campo, sempre priorizamos abrir espaço para o diálogo com os Catadores. Por estarmos atuando como voluntária no processo de incubação foi fácil abrir esse canal de comunicação com os Catadores, sendo possível perceber que os sujeitos da pesquisa sentiram-se bem à vontade e falaram com bastante autonomia sobre suas experiências na ASCAPAN. Buscamos compreender melhor as contradições em relação ao Trabalho Associado praticado na Associação em oposição ao trabalho assalariado que esses trabalhadores e trabalhadoras vivenciaram ao longo de suas vidas.

Segundo eles, no início da ASCAPAN, em 2017, os Catadores tinham que fazer rodízio para executar as atividades de coleta e separação dos materiais: alguns deles ficavam na Associação para fazer a separação dos materiais e os outros faziam a coleta na rua. Para isso, obedeciam aos critérios acordados entre Autarquias Águas do Pantanal, a Cooperativa Cidade Limpa (COOPERLIMP) e a Cooperativa Mista do Desenvolvimento de Cáceres (COOMDEC).

Foi estabelecido entre a ASCAPAN e as outras cooperativas e organizado um revezamento para realizar a coleta diária durante a semana nas ruas da cidade. Além desse rodízio por rotas preestabelecidas, eles também coletavam resíduos sólidos em locais específicos — os grandes geradores (indústria, comércio, supermercado e lojas) — como consta na Política Municipal de Resíduos Sólidos, em seu Art. 18:

os grandes geradores de resíduos sólidos, especiais públicos ou privados (hospitais, igrejas, quartéis, comércios, estádios e demais estabelecimentos) deverão implantar em cada uma de suas instalações o quadro efetivo referente ao espaço na qual será destinado corretamente e adequado os resíduos produzidos, ou encaminhá-los diretamente as cooperativas ou associações de materiais recicláveis existente no município. Seguindo os roteiros porta a porta na área atendida pela coleta seletiva regular no município, postos de coleta solidária estabelecidos nas bacias de captação de resíduos, setorização da coleta seletiva a partir da ação de grupos de coletas e dos pontos dos pequenos volumes com uso a eles cedidos (CÁCERES, 2013).

Essa é a determinação da Política Municipal de Resíduos Sólidos em Cáceres. Contudo, para haver maior retorno para a sociedade, a prefeitura deveria contratar os Catadores da ASCAPAN e das outras cooperativas para realizar a coleta porta a porta. No entanto, essa determinação da Política Pública Municipal não estava sendo cumprida pelo

Governo Municipal. Sob este aspecto, a Prefeitura apenas emprestou um caminhão para que os Catadores da ASCAPAN pudessem realizar a coleta na cidade.

Em 2018, a organização da coleta sofreu mudanças. Os Catadores não mais saíram para a coleta de rua. Esse trabalho passou a ser realizado pela Autarquia Águas do Pantanal, e o material era entregue à ASCAPAN, a qual fazia o trabalho de triagem, seleção e separação do material no barracão da Associação.

Esses são alguns dos aspectos do Trabalho Associado praticado pelos trabalhadores da ASCAPAN, a partir dos quais percebemos a dimensão da politecnia que ocorre através da ajuda mútua e pelo revezamento ao realizar as atividades dentro do barracão da Associação e que se estende ao campo político, e embora os Catadores não conheçam o conceito de politecnia, a prática desse conceito está explicitada em suas ações diárias quando realizam suas atividades em grupo.

A politecnia é um conceito que propõe a fusão entre o trabalho intelectual e o trabalho manual, permitindo aos trabalhadores o domínio sobre os diversos conhecimentos acerca do processo de trabalho e sua gestão. Em sua etimologia, a politecnia se remete à aplicação de múltiplas técnicas, fundadas não apenas no empirismo, mas também na constituição científica, no questionamento não apenas do conteúdo técnico, mas dos objetivos econômicos, sociais e pessoais do processo produtivo (EID; CHIARIELLO, 2013, p. 92).

Mesmo que esses trabalhadores e trabalhadoras não tenham se apropriado desse conceito de forma completa, percebe-se por parte deles uma busca pela superação da prática taylorista do trabalho. Existe um esforço no sentido da Solidariedade e da Cooperação no sentido de romper as barreiras da hierarquia tradicional das empresas capitalistas, pois,

a Autogestão é o espaço no qual o controle da empresa e as decisões são exercidos pelos trabalhadores. Ela exige um esforço adicional dos trabalhadores, pois além de cumprir as tarefas do cargo que lhes compete, cada um deles precisa também se preocupar com os problemas administrativos (SGUAREZI e BORGES, 2012, p. 4).

O conceito de Autogestão se articula com o conceito de politecnia quando os trabalhadores e trabalhadoras buscam se organizar para realizar as tarefas que envolvem o processo do trabalho manual. Isto é, quando realizam a separação, armazenamento e venda dos materiais recicláveis, decidindo questões referentes à contabilidade, entrada ou saída de sócios, valor das taxas e dos custos, pesquisa de parceiros comerciais, organização de estratégias de venda dos materiais recicláveis, a organização do conjunto de regras coletivas no ambiente de trabalho, o registro de cada venda e do percentual destinado a

cada um dos sócios, realização de assembleias e reuniões para tomada de decisões coletivas. Dessa forma, interligam a Autogestão com a Politecnia, relacionando o trabalho manual com o trabalho intelectual, colocando em prática os conhecimentos para gerir o processo, aplicar as técnicas de trabalho, ensinar uns aos outros como realizar determinada função, ao realizar pesquisas sobre os materiais recicláveis para entender qual seu valor, quais os benefícios e malefícios que podem causar na natureza.

Outro aspecto relevante é a construção da compreensão no campo político, trazendo como exemplo, aqui, o esforço da ASCAPAN em caminhar junto com a COOMDEC e com a COOPERLIMP. E ainda, a construção dos processos de relacionamento e tratativas com o Poder Público, Ministério Público, Incubadora, pesquisadores, estagiários, junto ao MNCR, a participação nas audiências públicas e também quando participam de eventos onde narram suas experiências de Trabalho Associado, ainda que embrionário. São compreensões da riqueza de saberes que podem ser percebidos nessas

novas organizações cooperadas que exercitam o Trabalho Associado, implantaram ao mesmo tempo uma linha política junto a nova concepção de trabalho que realizam, tendo por objetivo elaborar e planejar uma articulação com os movimentos sociais que envolve a classe trabalhadora com as comunidades mais próximas (DAL RI, 2010, p. 12).

A experiência da organização do Trabalho Associado na ASCAPAN, embora embrionária, mostra o esforço desses trabalhadores e trabalhadoras para compreender e, ao mesmo tempo, se apropriar de novas relações de produção e novas relações de trabalho. Na ASCAPAN não existe a figura do patrão, ou seja, não existe a ação do comprador da força de trabalho dos Catadores. O que existe é a venda do que resultou do trabalho desenvolvido por esses trabalhadores e trabalhadoras e a sua apropriação coletiva.

Embora essas organizações tenham que produzir excedente econômico para ser aplicado em seu desenvolvimento, um aspecto inovador é que elas não visam à acumulação de capital, mas, sim, à produção e à reprodução da comunidade de trabalho. A dimensão mais importante dessa comunidade é a extinção do trabalho assalariado e a sua substituição pelo Trabalho Associado. Do ponto de vista endógeno, a prática do Trabalho Associado desdobra-se em várias instâncias, dentre as quais se destacam: a política equitativa de distribuição de rendimentos; a organização diferenciada do processo de trabalho; e a gestão coletiva e democrática ou autogestionária do empreendimento (DAL RI, 2010, p. 12).

Apesar de os Catadores ainda colocarem em prática a sua força de trabalho por meio da força física aliada ao desempenho intelectual e social, eles só transformam esse potencial de força de trabalho em Trabalho Associado ao trabalharem no coletivo, na

prática da Autogestão. Isto porque se movem para praticar uma nova configuração da organicidade do trabalho que seja oposto ao trabalho assalariado, que parta da ação coletiva com a objetividade de criar e manter as condições igualitárias entre todos os sócios da associação. Isso sem que haja uma relação hierárquica de competição entre os trabalhadores e trabalhadoras, o que é comum nos ambientes das empresas e empreendimentos capitalistas.

É preciso mudar a forma de pensar, de agir, de produzir, de tratar o outro. “A Autogestão procura a reinvenção do humano pelo seu reencontro com o coletivo, com o outro. Assim, ela promove o reencantamento do humano. Simultaneamente, busca ressignificar o trabalho e o sentido da vida, não apenas no trabalho” (SGUAREZI *et al.*, 2017, p. 42). O problema de um é o problema de todos. Entendido isso, necessariamente esses trabalhadores e trabalhadoras precisam dialogar em rede, dialogar com o MNCR, com o Estado, em relação às Políticas Públicas, e depois voltar para o empreendimento no qual tudo se inicia.

Não é que não existam regras ou funções diferentes para serem realizadas dentro da ASCAPAN, porém, as regras que existem foram acordadas livremente entre todos os Catadores sócios dentro de princípios que o Trabalho Associado requer. Isso é Autogestão. Todos eles aprendem todas as funções que existem dentro desse espaço; eles conhecem todo o processo de trabalho. Isso é politecnia.

A experiência do Trabalho Associado ainda é uma tentativa embrionária que os Catadores estão aprendendo a praticar e vivenciar, e muitos dos seus aprendizados são decorrentes das suas experiências empíricas. Eles foram criados em uma sociedade em que o trabalho assalariado é predominante, praticado por eles durante anos das suas vidas, e agora estão vivenciando um processo de trabalho totalmente diferente do vivido até então. Portanto, eles estão se fazendo e se refazendo durante esse processo. “Mulheres e homens, seres históricossociais, nos tornamos capazes de comparar, de valorar, de intervir, de escolher, de decidir, de romper, por tudo isso, nós fizemos seres éticos. Só somos porque estamos sendo. Estar sendo é a condição, entre nós, para ser” (FREIRE, 1998, p. 14).

É nesse contexto de construção da própria experiência do Trabalho Associado que os trabalhadores e trabalhadoras vão aprendendo, se organizando, e tomando consciência da necessidade de construir sua autonomia. Os Catadores exercem a sua autonomia ao buscar meios para realizar novas tentativas visando se libertarem, no sentido de se apropriarem do

seu tempo de trabalho, conexo ao tempo da vida; ao construírem novas relações socioculturais com base no Trabalho Associado; ao tentarem praticar uma nova concepção de trabalho que os conduza a modificar a sua visão de mundo, tendo como centralidade ser humano e conviver com dignidade com os outros sujeitos sociais. Assim, eles podem elaborar condições reais de romper com a desesperança e a concepção do fatalismo que é promovido pelo sistema capitalista.

Aos poucos, percebemos que esse conjunto de trabalhadores e trabalhadoras antes invisibilizados agora têm consciência de que emprego é diferente de trabalho. Principalmente o Trabalho Associado. Segundo Sguarezi e Borges (2010, p. 2), citando Lazzareschi (2007, p. 7-8),

Trabalhar significa criar utilidades para a satisfação das necessidades humanas [...]. Trabalhar é uma atividade exclusivamente humana por ser consciente, deliberada, com o propósito explícito de gerar resultados que possibilitem a satisfação não só relativas à sobrevivência – alimentação, vestuário, abrigo, e manutenção da vida – mas também de necessidades sociais, culturais, artísticas, espirituais, psíquicas, que distinguem o homem dos outros animais. Só é possível ser realizada porque somos dotados de inteligência, iniciativa, espírito crítico, criatividade, que se desenvolvem ao longo de seu processo e, por isso, o trabalho deve permitir a realização plena da natureza humana.

*A realização plena da natureza humana* não acontece no processo de exploração capital *versus* trabalho. Ela só é possível dentro de experiências do Trabalho Associado que vai garantir essa realização pela autonomia dos trabalhadores e trabalhadoras.

Nessa dinâmica de novos acontecimentos em suas histórias de vida, esses trabalhadores e trabalhadoras retomam para si o exercício de pensar sobre o trabalho; retomam para si a possibilidade de se reconhecerem no fazer do dia a dia; percebem a realização no trabalho quando partilham entre si os resultados do que fazem subjetiva\coletivamente.

Na prática de convivência dentro da Associação é estimulado um “ensinar a pensar certo”, que se comprova no testemunho da prática social. Isso se inicia no processo de Trabalho Associado embrionário e produção da vida, de forma a se tornarem cada vez mais conscientes da disputa entre capital e trabalho. Tornam-se trabalhadores e trabalhadoras mais críticos-reflexivos sobre como intervêm no mundo, saindo do estado da “curiosidade ingênua”<sup>14</sup> para a “curiosidade epistemológica”. Ao valorizar as experiências, os

---

<sup>14</sup> A curiosidade ingênua de que resulta indiscutivelmente um saber, não importa que metodicamente ‘desrigoroso’, é a que caracteriza o senso comum. O saber de pura experiência feita. Na verdade, a

aprendizados no coletivo, eles começam a perguntar sobre o que é esse novo trabalho; começam a ler, a participar de cursos sobre Economia Solidária e Autogestão; buscam informações sobre os materiais que vendem, e o que esses materiais causam na natureza, o valor que podem eles podem ter, como podem ser armazenados, etc. Aprendem, além do respeito ao outro, o respeito à natureza. Tomam consciência da importância do seu trabalho para a sociedade e para a preservação da natureza.

No processo de construção de experiência de vida, a qual, para esse conjunto de trabalhadores e trabalhadoras, é inovadora, o Trabalho Associado apresenta diversas dimensões para os Catadores: formativa, política, sociocultural, econômica, ideológica e ambiental. E essa concepção de Trabalho Associado também influencia as inúmeras relações sociais que os Catadores e Catadoras estabelecem entre si, com a sociedade e com a natureza.

Novas relações de produção e de trabalho e, conseqüentemente, novas relações sociais, conduzem os Catadores e Catadoras a dialogar com a comunidade e com os movimentos sociais. No estatuto, em seu eixo três, trata desse diálogo:

Organização própria dos/as Catadores; b) ação dos Catadores/as organizados com a comunidade; c) ação política dos/as Catadores: I Apoiar as ações do Fórum Estadual Lixo e Cidadania do Mato Grosso para o fortalecimento dos Fóruns Municipais e Regionais, Fórum Nacional Lixo e Cidadania e do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis [...] (ASCAPAN, 2017, p. 03).

Esse diálogo é importante porque implantar a Coleta Seletiva, construir relações mais solidárias e sustentáveis exige essa dialogicidade com a sociedade civil e com o Estado, principalmente na esfera local. É fundamental que o poder local assuma responsabilidade pelos custos, pela organização, pela operação da coleta seletiva nem que para isso delegue essas atividades às associações e cooperativas de Catadores.

Dentro da cooperativa, a rotina diária de trabalho dos Catadores envolve a limpeza do galpão (todos os Catadores), separação dos materiais, triagem dos materiais, separar os rejeitos, separar os materiais por cor e forma, geralmente pela demanda do mercado. Posteriormente, eles fazem a prensagem do material e, finalmente, antes da comercialização a armazenam.

---

curiosidade ingênua que, "desarmada", está associada ao saber do senso comum, é a mesma curiosidade que, criticizando-se, aproximando-se de forma cada vez mais metodicamente rigorosa ao objeto cognoscível se torna curiosidade epistemológica (FREIRE, 2000, p. 48).

Na observação durante a pesquisa pôde-se inferir que a carga horária que eles trabalham é de 44 horas semanais: entram às 07h da manhã e trabalham até às 11h, então fazem um intervalo para almoçar e depois retornam às atividades às 13h, encerrando a jornada às 17h. Isso acontece de segunda-feira a sexta-feira. Aos sábados o expediente vai até às 12h. Além de trabalharem a mesma quantidade de horas, aprendem a usar as mesmas técnicas, os mesmos maquinários e ferramentas/equipamentos de trabalho. Para além disso, partilham decisões administrativas e fazem a gestão do próprio trabalho.

Os elementos componentes do processo de trabalho são: 1) a atividade adequada a um fim, isto é o próprio trabalho; 2) a matéria a que se aplica o trabalho, o objeto de trabalho; 3) os meios de trabalho, o instrumental de trabalho (MARX, 2013, p. 3).

Como nos explica Marx, existem três elementos que compõem o processo de trabalho: o primeiro é a criação de produtos ou objetos para sanar uma necessidade individual-coletiva; o segundo, é a vez da matéria-prima que servirá para se produzir algo; o terceiro elemento é obter as ferramentas necessárias para realizar o trabalho. Na experiência da ASCAPAN, os trabalhadores participam de todo o processo do trabalho e se apropriam, de forma igualitária, dos resultados. No que se refere às diferentes atividades, ao coletar, selecionar, classificar, separar e armazenar o material reciclável, eles estão fazendo isso para sanar uma necessidade específica, para um uso particular, no sentido de que servirá para determinado fim, o qual poderá ser utilizado e usufruído por outra pessoa.

E todo esse processo do Trabalho Associado em desenvolvimento na associação, é pensado coletivamente, é organizado, planejado e possui objetivos bem definidos pelos Catadores. Os meios de trabalho (o que possibilita que o trabalhador realize o seu trabalho sobre o objeto de seu trabalho) utilizados pelos Catadores, como as prensas, os bags e a própria água ajudam a produzir um produto comercializável. Antes eles prensavam o papelão sem molhá-lo com água, mas descobriram que ao ser molhado, esse material, pesa mais e facilita o processo da prensagem.

Ao realizar a separação, classificação e estocagem do material reciclável encerra-se o processo de trabalho dos Catadores naquele momento, pois eles já produziram um produto<sup>15</sup> que servirá para sanar uma necessidade específica. O Trabalho Associado

---

<sup>15</sup> No processo de trabalho, a atividade do homem opera uma transformação, subordinada a um determinado fim, no objeto sobre o qual atua por meio do instrumental de trabalho. O processo extingue-se ao se concluir o produto. O produto é um valor de uso, um material da natureza adaptado às necessidades humanas através da mudança de forma (MARX, 2013, p. 3).

incorporado a esse produto é o resultado mais importante desse processo de trabalho porque foi realizado de forma coletiva, desde o planejamento até a execução final e a apropriação desse resultado. Dessa forma, ele vai agregar qualidade e valor ao produto, vai possibilitar que esses trabalhadores e trabalhadoras, ao participarem de todos esses processos, se reencontrem com o sentido do trabalho.

Além das coisas que permitem ao trabalho aplicar-se a seu objeto e servem de qualquer modo para conduzir a atividade, consideramos meios de trabalho em sentido lato todas as condições materiais seja como forem necessárias à realização do processo de trabalho. Elas não participam diretamente do processo, mas este fica sem elas total ou parcialmente impossibilitado de concretizar-se (MARX, 2013, p. 4).

Essa crítica de Marx está relacionada ao estranhamento das relações no trabalho na firma capitalista. No caso da ASCAPAN, os materiais que os Catadores reciclam já sofrem a ação do trabalho de outros trabalhadores e trabalhadoras, pois a garrafa, a sacola, as caixas de papelão antes de se tornarem materiais recicláveis foram o resultado do trabalho de alguém; foram criados para sanar uma necessidade externa de outrem e para ser útil. Eles já integravam valores de uso<sup>16</sup> e valores de troca. Contudo, esses materiais em seu descarte derradeiro (jogados no lixo), como se esses valores não fossem mais utilizados por ninguém, são reavaliados e redirecionados ao serem tratados pelos Catadores de materiais recicláveis. Claro, eles já não valerão o mesmo preço de quando se manifestavam na forma de mercadorias específicas a serem comercializadas no mercado; o que ficou deles é o seu sentido de se tornarem matéria para produzir ou se transformar em outras coisas (compor ou contribuir para a produção de novas mercadorias).

Os materiais recicláveis, ao se tornarem matéria para produzir novas mercadorias ou utilizados para sanar uma necessidade, farão parte de um novo processo de trabalho. Nessa dinâmica, será redefinido, de acordo com inúmeras circunstâncias de tempo, lugar, condições, o valor de troca desses materiais recicláveis.

---

<sup>16</sup> A mercadoria é algo que satisfaz uma carência, uma necessidade ou um desejo humano. É algo externo a nós, de que tomamos posse e transformamos em nosso. Começamos com o conceito singular de mercadoria e estabelecemos seu caráter duplo: ela tem um valor de uso e um valor de troca. Os valores de troca são uma representação de algo. De quê? Uma representação de valor, diz Marx. E valor é tempo de trabalho socialmente necessário. Mas o valor não significa nada, se não voltar a se conectar com o valor de uso. O valor de uso é socialmente necessário para o valor. A mercadoria, um conceito singular, tem dois aspectos. Mas não podemos dividir a mercadoria ao meio e dizer que uma parte é o valor de troca e a outra é o valor de uso. Não, a mercadoria é uma unidade. Mas dentro dessa unidade há um aspecto dual, e esse aspecto dual nos permite definir algo chamado valor - outro conceito unitário - como tempo de trabalho socialmente necessário, e é a este último que o valor de uso de uma mercadoria serve de suporte. Mas, para ter valor, a mercadoria tem de ser útil. Essa relação entre valor e valor de uso suscita todo tipo de questão sobre a oferta e a demanda (HARVEY, 2013, p. 127).

O trabalho vivo<sup>17</sup> tem de apoderar-se dessas coisas, de arrancá-las de sua inércia, de transformá-las de valores-de-uso possíveis em valores-de-uso reais e efetivos. O trabalho, com sua chama, delas se apropria, como se fossem partes do seu organismo, e de acordo com a finalidade que o move lhes empresta vida para cumprirem suas funções; elas são consumidas, mas com um propósito que as torna elementos constitutivos de novos valores-de-uso, de novos produtos que podem servir ao consumo individual como meios de subsistência ou a novo processo de trabalho como meios de produção (MARX, 2013, p. 4).

A jornada de trabalho é igual entre eles (atividades políticas e de atividade de gestão externa na ASCAPAN), um exemplo disso, é que o vice-presidente ou o presidente costumam sair para as reuniões, as quais são consideradas horas e dias trabalhados. A distribuição da jornada de trabalho é feita entre eles, para que flua o trabalho quase diariamente, como organizar-se melhor na triagem inicial, na prensagem e comercialização. As condições de trabalho dos Catadores apresentam diversas dificuldades e exigem que eles se organizem para melhorar tais condições, mesmo que tenham de lutar por políticas públicas, o que também exige mobilização fora da associação, em um campo de disputa capitalista que não dialoga com a lógica da Autogestão. Apesar de os trabalhadores e trabalhadoras serem os donos dos meios de produção, eles ainda não têm a sua disposição todos os meios de trabalho, todo o ferramental necessário para desenvolver o processo produtivo. Na verdade, ainda não se apropriaram dos meios de produção.

Pela observação no campo da pesquisa foi possível perceber que os trabalhadores da ASCAPAN, ainda que avancem na conquista da Autogestão, enfrentam muitos limites. Por exemplo, não usam equipamentos de segurança para o trabalho, os denominados EPIs (equipamento de proteção individual), compostos por: luva, botas, máscara de proteção, protetor auricular, barrigueira de peso, óculos de proteção e capacetes. Os Catadores usam calça, alguns usam bota, outros usam chinelos e camiseta para trabalhar. Eles não usam os EPIs porque não querem comprá-los, mas pela falta de condições financeiras, e então

---

<sup>17</sup> O trabalho vivo tem de apoderar-se dessas coisas e despertá-las do mundo dos mortos, convertê-las de valores de uso apenas possíveis em valores de uso reais e efetivos. Uma vez tocadas pelo fogo do trabalho [e aqui Marx volta a enfatizar a centralidade do trabalho como processo], apropriadas como partes do corpo do trabalho, animadas pelas funções que, por seu conceito e vocação, exercem no processo laboral, elas [as máquinas] serão, sim, consumidas, porém segundo um propósito, como elementos constitutivos de novos valores de uso, de novos produtos, aptos a ingressar na esfera do consumo individual como meios de subsistência ou em um novo processo de trabalho, como meios de produção. Portanto, é o contato com o trabalho vivo que ressuscita o valor do trabalho morto, cristalizado nos produtos passados. Isso aponta uma distinção vital entre o consumo produtivo e o individual. Consumo produtivo é o trabalho passado que é consumido num processo de trabalho presente para produzir um valor de inteiramente novo; consumo individual é o que é consumido pelas pessoas ao reproduzir a si mesmas. O trabalho morto é ressuscitado e incorporado no valor da nova mercadoria por meio do trabalho vivo (HARVEY, 2013, p. 106, 121).

tentam fazer o melhor que podem com o que possuem — o próprio corpo e as suas condições limitadas.

Há Catadores que não vão para casa almoçar. Alguns trazem sua marmita e ficam no galpão da associação no horário de almoço. Isso revela as condições de exploração vivida pelos Catadores mesmo antes de integrarem o quadro de sócios da ASCAPAN. Eles formaram esses hábitos antes da entrada na associação, com o que foram aprendendo no ambiente e nas condições com as quais se adequavam para trabalhar nas empresas.

E isso acontece por que a residência deles é distante, ou a bicicleta está com defeito (seu único meio de transporte), às vezes necessitam da carona para chegar à associação, e na cidade não existe transporte público para todos os bairros. Esse é um dos serviços públicos que os trabalhadores necessitam que funcione, mas não têm acesso, e quando têm acesso esse serviço público apresenta diversas dificuldades.

A categoria de Catadores de materiais recicláveis ainda encontra muitas dificuldades de acesso a bens sociais: saneamento básico, moradia, alimentação, educação, etc. O Estado tem sido ausente no que se refere a criar políticas públicas que atendam esse contingente de trabalhadores e trabalhadoras, e quando cria não cumpre.

O trabalho do Catador e Catadora contribui inclusive para a melhoria das condições de saúde pública, pois o serviço que prestam ajuda a diminuir o lixo nas vias públicas, o que implica o combate a doenças. E na mesma medida em que fazem isso, por necessidade e por vivenciarem condições precárias, acabam por se expor à contaminação de doenças.

Em consequência dos estereótipos criados em torno da profissão, os Catadores são vítimas constantes da exclusão social, o que amplifica as iniquidades sociais e de saúde a que estão submetidos. Devido a essas iniquidades sociais e à forma como elas influenciam a saúde dos trabalhadores, os determinantes sociais de saúde têm voltado a ser o foco principal de debates quando se trata de políticas que visam ao estabelecimento da equidade. As políticas sociais e de saúde voltadas especificamente para as populações mais carentes, em especial para os Catadores de resíduos sólidos, ainda são muito frágeis e não levam em consideração as realidades de vida e o dia a dia desse grupo populacional (PEREIRA; FERREIRA *et al.*, 2016, p. 154).

No banheiro da associação investigada não há chuveiro, há somente água na pia e um vaso sanitário. Sendo assim, esses trabalhadores e trabalhadoras não conseguem fazer uma higienização adequada para aliviar o calor e a sujeira decorrente do trabalho que executam.

Conforme (PISTRAK, 2006, p. 53),

o sistema capitalista ao infligir o processo de precarização das condições de trabalho aos trabalhadores, prejudica também a sua saúde e os ensina a não cuidarem da higienização\organização. Mas, é possível que os trabalhadores organizados de forma coletiva consigam construir novos hábitos coletivos de higienização, planejamento e organização para 'salvaguardar a sua saúde'.

Esse é um ponto que pode ser debatido pelos Catadores para estabelecerem algumas alternativas para essa questão. Porém, isso não isenta o Estado de criar políticas públicas específicas para esse grupo de trabalhadores e trabalhadoras. Poderia ser um programa em que os próprios agentes de saúde pudessem ir às associações dos Catadores para marcar ou realizar vacinações contra alguns tipos de doenças, distribuir cartilhas informativas, fazer ações a cada três meses para agendar e realizar exames básicos, com o objetivo de avaliar a saúde desses trabalhadores e trabalhadoras.

Mesmo havendo cadeiras no local, os Catadores, por estarem cansados, na maioria das vezes acabam deitando em cima dos *begs* para tirar um cochilo. Na associação não há uma cafeteira ou bebedouro, os próprios Catadores levam o seu café e garrafas com água. Mesmo com essas dificuldades, eles compartilham essas pequenas coisas uns com os outros, tendo por objetivo ajudar o companheiro.

Eles não produzem e nem confeccionam nenhum material com os materiais recicláveis. Não existe um processo de agregação de valor além da reciclagem. As condições ainda são precárias. Os meios de trabalho, todo o ferramental necessário ainda é restrito, portanto, eles ainda estão lutando por uma estrutura fixa para trabalhar, lutando por maquinário, espaço físico e melhoria das condições no ambiente de trabalho.

Enquanto donos dos meios de produção, o principal problema é a falta de um barracão próprio, da estrutura física. “Nesse sentido, a terra é ainda um meio universal de trabalho, pois fornece o local ao trabalhador e proporciona ao processo que ele desenvolve o campo de operação (*field of employment*)” (MARX, 2013, p. 6). Nesse caso, a terra representa a propriedade. Porém, os Catadores não possuem um terreno que pertença à ASCAPAN, de forma coletiva, para estabelecerem um local fixo para sua atividade laboral. E isso tem provocado muitas preocupações nos Catadores, porque eles estão sofrendo pressões da Autarquia Águas do Pantanal para saírem do local que ocupam atualmente.

Estruturar a associação, fortalecer as relações de Trabalho Associado entre os sócios, ter o próprio espaço físico para a ASCAPAN, conseguir criar ações de comercialização dos materiais para compradores que paguem nas datas acordadas, é a prioridade dos Catadores no momento. Sem a estrutura de base para o desenvolvimento da

ASCAPAN, ela corre um sério risco de não progredir e fechar as portas, pois, a Autogestão está da porta para dentro da associação, a Autogestão enfrenta a hegemonia do mercado e esse pode ser um fator determinante na continuidade ou não das ações da ASCAPAN.

Observa-se que dentro da associação esses trabalhadores já avançaram em relação à importância do Trabalho Associado. Mas sem as efetivas condições, sem a aplicação da política pública da coleta seletiva na sua íntegra o grupo corre riscos. Sem produção, sem a coleta seletiva operando não há Ação Econômica, como propõem os princípios da Economia Solidária, e o processo não se sustenta. O grupo participante da pesquisa desenvolveu e aprimorou habilidades, aprendizagens, entre as quais: o ato de saber ouvir, falar, dialogar, aprender e desenvolver conhecimentos que fortalecem a relação entre o coletivo, considerando o respeito e a valorização do outro. E o Trabalhador n 2 assim se manifesta em relação ao Trabalho Associado:

Trabalho Associado é experiência nova, aqui tem trabalho mais não é ‘ralado’, separar materiais cansa, mais pelo menos todos trabalham alegre, não vê o dono rondando os empregados, porque não tem somente um dono. Trabalho assalariado tem um patrão que não deixa a pessoa trabalhar alegre, o emprego na rua é de soar a camisa, trabalhei antes montando antenas de parabólica, tendas, trabalho duro.

O Catador acima se refere à dureza do trabalho individual de “trabalhar montando antenas”, como “ralado”, ou seja, muito difícil, porque ele quando vivenciou essa condição ainda estava completamente imerso na concepção do trabalho assalariado. Ele tinha que concorrer com os outros trabalhadores e trabalhadoras que estavam na mesma situação que a dele. Mostra claramente que esses trabalhadores compreenderam a espoliação nas relações de capital e trabalho.

Ele ganhava muito pouco apesar de trabalhar mais de 44 horas semanais, se ficasse doente não teria qualquer recurso financeiro, ele continuava tendo só a sua força de trabalho para conseguir montar tendas, para daí comprar as coisas básicas em casa, roupas, calçado, pagar a moradia ou comprar remédio quando precisasse. Quantas angústias que um trabalhador e trabalhadora que exerce essa atividade de (trabalho individual) não passa diariamente, quando se vê sozinho nesse contexto? À medida que precisa enfrentar os outros colegas de profissão como concorrentes. O Catador n° 2 logo após definir o que é o trabalho ralado (trabalho alienado), ele define como é alegre o ato de compartilhar o trabalho coletivo (associado) com os Catadores sócios da ASCAPAN. Ele mostra uma relação de identidade, de pertencimento a esse coletivo, em condições igualitárias, tendo os

mesmos direitos, deveres e responsabilidades. O Trabalho Associado também exige dos Catadores um grande dispêndio de energia física\intelectual, porém, esse trabalho é considerado justo porque todos eles fazem todas as atividades se alternando entre elas, e repartem os frutos obtidos em partes iguais entre todos. Isso reforça a cooperação e não a competição entre trabalhadores e trabalhadoras.

As regras no Empreendimento Econômico Solidário (EES) da ASCAPAN não são impostas; são dialogadas e acordadas entre os Catadores. Isso não acontece em uma empresa capitalista, o patrão é quem define as regras, o planejamento, as condições de trabalho, a jornada de trabalho e o ritmo de como se deve trabalhar. Assim, o trabalho se torne uma obrigação, não há realização no trabalho assalariado, no trabalho alienado.

De acordo com Manacorda (2007, p. 56-57), ao tratar da negatividade do trabalho, ao citar Marx Manacorda diz que o trabalho alienado é determinado historicamente, e apesar dele ser a manifestação da vida, ela, na mesma dinâmica, significa a expropriação da vida. Isto porque o trabalho é o instrumento vital que o sujeito usa para produzir a sua existência, mas quando o trabalho se torna genérico na sua dimensão de assalariamento ele só serve para a produção de capital e de desumanização. O trabalho, em sua dimensão negativa, é a essência subjetiva da propriedade privada, na mesma relação em que os trabalhadores e trabalhadoras que a praticam o veem como propriedade alheia, pois ele necessita ser vendido para o patrão.

Na condição descrita pela economia política, o trabalho, enquanto exatamente princípio da economia política, é a essência subjetiva da propriedade privada e está frente ao trabalhador como propriedade alheia, a ele estranha, é prejudicial e nociva; ainda mais, sua própria realização aparece como privação do operário, pois, na medida em que a economia política oculta a alienação que está na essência do trabalho, a própria relação da propriedade privada contém o produzir-se da atividade humana como trabalho e, portanto, como uma atividade humana completamente estranha a si mesma, completamente estranha ao homem e à natureza e, assim, à consciência e à vida (MANACORDA, 2007, p.58).

Esse estranhamento produzido pelo trabalho assalariado se manifesta no condicionamento dos trabalhadores e trabalhadoras à exploração capitalista, fazendo-os perder o controle sobre o seu tempo, e não se reconhecerem no fruto do que produzem; fazendo-os estabelecer relações sociais motivadas pelo lugar que ocupam no mercado e pensar que não existe a possibilidade de existir outro sistema econômico. “É importante,

sobretudo, destacar que o produzir da atividade humana como trabalho (alienado) é um resultado histórico, devido à divisão originária do trabalho” (MANACORDA, 2007, p. 59).

E sobre esse tema, os autores Sguarezi e Borges (2010, p.3) complementam citando Marx (1979, p. 56): “a divisão do trabalho só se torna efetivamente divisão do trabalho a partir do momento em que se opera uma divisão do trabalho material e intelectual”.

O trabalho assalariado\alienado dentro da empresa acontece com base na solidariedade do quanto deve ser produzido, cada trabalhador ou trabalhadora precisa fazer somente a sua parte no processo de trabalho e não precisa compreender ou saber como funciona todo o processo de produção. O Entrevistado n. 5, fala sobre a sua experiência com o trabalho assalariado: “cobranças por produção e muitas regras”. Já o Entrevistado n. 6, ao relatar a sua experiência com o trabalho assalariado, diz que “a pessoa fica bitolada no salário que ganha, é vigiado, preso nas cobranças para ser colaborador do patrão e com isso tem que acatar as ordens para fazer tudo”.

Ao falar sobre o trabalho assalariado, esses trabalhadores denunciam a exploração, o sistema que os fez prisioneiros, e ainda tenta fazê-los, para que ficassem dependentes do salário que lhes permitia, mês a mês, custear somente a manutenção básica de suas vidas, e como esse sistema tentou condicioná-los a pensar somente na sobrevivência, fazendo-os acreditar que eles não deveriam ter o direito de controlar o seu tempo de trabalho ou se organizarem para resistir ao capital. É o que enfatiza a fala do Entrevistado n. 4 sobre trabalho assalariado: “Trabalhei como seringueiro muitos anos, sei bem o que é trabalho assalariado, trabalho dominado pelo patrão, exploração total”.

A exploração desse tipo de trabalho alienado se junta à falta de liberdade e autonomia dos trabalhadores e trabalhadoras. Esses trabalhadores e trabalhadoras, ao mesmo tempo em que reconhecem a exploração do trabalho assalariado, reforçam que o Trabalho Associado na ASCAPAN é produtivo e lhes possibilita vivenciarem e praticarem ações coletivas geradoras de liberdade, autonomia e satisfação com o que fazem.

Assim, nesse percurso, apresentamos no Quadro 7, a seguir, via roda de conversa que foi realizada, a concepção de Trabalho Associado e assalariado na visão dos Catadores da ASCAPAN.

### Quadro 7 - A visão que os Catadores da ASCAPAN têm sobre Trabalho Associado

Entrevistado n. 01	É bom. É melhor do que o trabalho da rua. Trabalho Associado: todo mundo trabalha junto, <b>um ajudando o outro</b> , o trabalho aqui é divertido. Um escuta o outro, fazemos reunião direto, ainda mais quando sai carga, tudo esclarecido e marcado no caderno. Trabalho Assalariado: nunca trabalhou para ninguém de carteira assinada, sempre foi (auxiliar de pedreiro) mas não trabalhava alegre que nem aqui, no serviço de auxiliar de pedreiro o pedreiro nunca me ajudou a fazer massa. Cada um tinha sua função e pronto.
Entrevistado n. 02	Mexia com o trabalho de seringa antes, depois que entrei aqui, as coisas mudaram, para mim foi uma graduação a mais, é <b>uma experiência nova de poder trabalhar em coletivo</b> . Trabalho Associado: <b>experiência nova</b> , aqui tem trabalho mais não é “ralado”, separar materiais cansa, mais pelo menos todos trabalham alegre, <b>não vê o dono rondando os empregados, porque não tem somente um dono</b> . Trabalho assalariado: tem um patrão que não deixa a pessoa trabalhar alegre, o emprego na rua catando é de soar a camisa, trabalhei antes montando antenas de parabólica, tendas, trabalho duro.
Entrevistado n. 03	<b>É um grupo que reúne distribui tarefa, organiza, executa, conclui e faz a carga e o resultado é a renda dividido entre os sócios. O Trabalho Associado é a força de trabalho em coletivo</b> , se fizermos um trabalho isolado temos um efeito, mas somos em seis, temos maior velocidade, <b>a relação é familiar não temos concorrência entre si</b> , não temos tormentos um com outro. Trabalho Associado: feita a venda independentemente da quantidade de material <b>no final o valor do dinheiro é dividido entre os sócios</b> , também <b>não corre o risco de ser mandado embora</b> , exceto por motivo grave também <b>não precisa esperar o mês para receber</b> . Trabalho assalariado: <b>tem que esperar trinta dias para receber</b> , a pessoa fica no comodismo ditado pelo patrão.
Entrevistado n. 04	<b>Um ajudando o próximo na coletividade</b> e no final todos tem um resultado. Trabalho Associado: aqui é melhor, <b>ninguém manda em ninguém</b> , aqui sabemos o que fazer. <b>Trabalho assalariado: trabalhei como seringueiro muitos anos, sei bem o que é trabalho assalariado, trabalho dominado pelo patrão exploração total</b> .
Entrevistado n. 05	Lembrou da reportagem de uma Catadora que foi exibido na televisão, que trabalhava o dia inteiro para ganhar 30 reais ao final do dia, se ela pensasse bem entraria numa associação, igual a nossa, porque a renda de um trabalho em coletivo é bem maior do que trabalhar sozinha, mas essa Catadora não tem noção de trabalhar em associação talvez porque tem regras, horário para serem cumpridas”. <b>O Trabalho Associado é união entre os sócios</b> . O Trabalho Associado: a vantagem é o <b>empenho do grupo em coletivo, não tem patrão e sim sócios</b> . Trabalho assalariado: na rua é exploração, <b>cobranças por produção e muitas regras</b> .
Entrevistado n. 06	É o cooperativismo, <b>todo mundo coopera com o serviço</b> , eu coopero com os cooperados e os cooperados cooperam formando uma cooperativa. Trabalho Associado: <b>é trabalho livre, com base em diálogo</b> . Trabalho assalariado: é ruim. A pessoa fica <b>bitolada no salário</b> que ganha, é <b>vigiada</b> , presa nas cobranças para ser <b>colaborador do patrão</b> e tem que <b>acatar as ordens</b> .

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

O Trabalho Associado compreendido e praticado pelos Catadores da ASCAPAN é traduzido pela cooperação mútua, pela solidariedade entre eles, pelo diálogo coletivo, pela transparência na gestão dos recursos financeiros, do que é comprado ou vendido para formar o valor que cada um deles recebe, pela participação político-crítica e reflexiva. Segundo o Catador n. 2, não tem a figura do patrão, “não vê o dono rondando os empregados”. Eles compartilham os frutos que resultam do trabalho coletivo. Não precisam esperar o mês acabar para receberem um salário, como se todas as necessidades de manutenção da vida tivessem que obedecer a esse prazo de validade. Esse também é um indício para que consolidem a sua autonomia de coletivo de trabalhadores e trabalhadoras livremente associados.

O Entrevistado n.6 diz o seguinte sobre o Trabalho Associado: “é trabalho livre, com base em diálogo”, e o Entrevistado n. 4 complementa essa definição: “o Trabalho Associado é a força de trabalho em coletivo, a relação aqui é familiar, não temos concorrência entre si”, e depois o Entrevistado n.5 complementa esse diálogo, explicando que “o Trabalho Associado é união”. O empreendimento econômico solidário gera novas práticas de Trabalho Associado, novas relações de trabalho, o que orienta os trabalhadores coletivamente organizados para superarem a hierarquização que ocorre nas empresas capitalistas. Como a ASCAPAN segue os princípios da Economia Solidária, todos os associados são efetivamente donos da produção, das decisões e dos resultados obtidos com o processo de trabalho. E, na fala do entrevistado 3,

é um grupo que reúne, distribui tarefa, organiza, executa, conclui e faz a carga e o resultado é a renda dividido entre os sócios. O Trabalho Associado é a força de trabalho em coletivo, se fizermos um trabalho isolado temos um efeito mais como somos em seis, temos maior velocidade, a relação aqui é familiar não temos concorrência entre si, não temos tormentos um com outro.

Essa fala mostra como a consciência do trabalho coletivo está sendo forjada na associação investigada. As concepções dos Catadores em relação ao Trabalho Associado estão relacionadas diretamente à Economia Solidária, pois a principal definição que eles destacaram foi o trabalho coletivo, a ajuda mútua, e que todos eles são os donos do empreendimento solidário, portanto, dos resultados que obtêm no processo de trabalho, e, por isso, compartilham igualmente.

Eles construíram práticas de diálogos coletivos (processo de decisão\Autogestão), formativos à medida que aprendem todo o processo de trabalho, as técnicas, e ao realizarem

todas as funções que existem na associação constroem novas relações solidárias entre os sócios, as suas famílias e a comunidade. Além disso, estão compreendendo e, aos poucos, pensando e buscando alternativas para se fortalecerem no campo político junto ao próprio movimento dos Catadores e dos outros movimentos sociais com os quais se solidarizam.

Economia Solidária como práxis pedagógica é uma variedade de práticas de solidariedade, ajuda mútua, reciprocidade, cuja vivência é indispensável para que os agentes possam aprender o que deles se espera e o que devem esperar dos outros (GADOTTI, 2009, p. 36-37 *apud* SINGER, 2002, p. 22).

A partir do exposto, os Catadores, em seus relatos, expressam que estão se apropriando de conceitos fundamentais para desenvolver ações de intervenção na realidade cada vez mais consciente e de forma crítica. Os Catadores, ao praticarem o Trabalho Associado se apropriaram dos meios de produção, do próprio trabalho, do processo de trabalho, do produto que fazem, do próprio tempo da vida que os faz construir ações de resistência à lógica do capital, e da divisão do trabalho imposta por ele. E o Entrevistado n. 1 assim se expressa: “o Trabalho Associado: todo mundo trabalha junto, um ajudando o outro, o trabalho aqui é divertido, um, escuta o outro, fazemos reunião direto, ainda mais quando sai carga, tudo esclarecido e marcado no caderno”.

É importante explicitar que esses trabalhadores estão se apropriando, estão aprendendo no processo de tomada de decisão coletiva. A “escuta ao outro” e o controle interno (o debate sobre as vendas, para quem se vende e qual será o valor, as regras de convivência no trabalho e para ser sócio) permitem transparência, geram confiança e consolidam o empreendimento solidário da ASCAPAN. Isso mostra que existe uma capacidade de aprendizagem nesse processo. Existe uma construção de saberes nessa experiência.

A construção de saberes por meio das experiências autogestionárias vivenciadas na Economia Solidária constitui eminentemente um processo educativo, pois estabelece formas de aprendizado decorrentes de relações sociais em mobilizações políticas e interações no âmbito produtivo. Esses elementos carregam em si atos pedagógicos, construídos em espaços dialógicos, que se estabelecem por meio das diferenças individuais e dos sonhos coletivos, caracterizados por demandas particularmente locais. Articulado a esses saberes, tem-se, fundamentalmente, o conhecimento gerado pelas demandas formativas, direcionado à organização econômica do empreendimento solidário (SGUAREZI *et al.*, 2017, p. 31).

Esse é um processo de transição paradigmática do mundo do capital para o mundo do trabalho. É um processo lento e gradual, mas comporta um ato pedagógico. Essas relações estabelecidas pela democracia dentro do grupo social fazem com que os

participantes passem a ter autonomia no trabalho. Observamos que eles mesmos realizam suas próprias formações entre si, trocando saberes e conhecimentos, pois o conhecimento envolve todo o processo de Autogestão do grupo, no qual as decisões são construídas de forma coletiva e democrática.

Assim, todos os envolvidos possuem os mesmos direitos, respeitam as posições de cada um e, geralmente, após o diálogo em torno de um problema, em torno de um assunto, a decisão é coletiva e consensual. E isso dialoga necessariamente com o conceito e a prática da Autogestão. No próximo subitem aprofundamos o diálogo em torno desse conceito.

Aos poucos, os Catadores de materiais recicláveis estão se apropriando da sua realidade histórica como trabalhadores e trabalhadoras que têm a necessidade de se organizarem em coletivos associados para que se tornem mais fortes e unidos. Eles já fazem a leitura crítica sobre o que é ser assalariado, como foram explorados nos momentos em que estiveram nessa condição.

E mesmo quando eles ainda desejavam estar em situação de assalariados, porque eram obrigados a vender a sua força de trabalho, eles não conseguiram um trabalho, e vivenciaram inúmeras dificuldades e acabaram tendo que exercer a atividade atual. Se eles tivessem ficados isolados, sem trabalhar nessa perspectiva do Trabalho Associado, ainda que embrionário, talvez estivessem vivenciando situações cada vez mais desumanizadoras, de precarização da saúde, da vida, à mercê de inúmeras necessidades decorrentes da manutenção básica de sua existência.

## **5.5 A concepção de Autogestão para os Catadores da ASCAPAN**

Para Mothé (2009), a Autogestão refere-se ao exercício de práticas participativas no trabalho, e tais práticas se caracterizam pela natureza democrática, propiciando a autonomia do grupo em relação às atividades realizadas. O termo Autogestão, na Economia Solidária é aplicado de forma mais ampla, vai além da ideia de gestão dos empreendimentos, pois agrega o ideal de horizontalidade em todas as atividades do coletivo. As diferentes formas de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) têm como fundamento buscar a autonomia dos trabalhadores e trabalhadoras, garantir-lhes direitos básicos de cidadão, visando à melhoria da qualidade de vida, estabelecendo e construindo sempre o bem viver.

Segundo Osório (2017), o bem viver pode ser definido em duas dimensões: sustentabilidade social e ambiental. Ele pode se tornar um modo de vida, que oportuniza

poder ser, valorizando o diferente, respeitando a natureza e o outro com a sua cultura, além de ter excelência em viver comunitariamente. As duas dimensões são princípios presentes nas associações, cooperativa que praticam a Economia Solidaria e Autogestão. E, sendo assim, elas fazem parte da ASCAPAN.

Essa nova forma de conviver em uma sociedade comunitária exige dos sujeitos que produzam de forma coletiva-sustentável e participem dos movimentos políticos organizados. Os sócios da ASCAPAN estão se apropriando desse produzir coletivamente por meio do Trabalho Associado, e buscam participar da vida política, dialogando e reivindicando do Estado melhores condições (um local para ter a sede da ASCAPAN como propriedade coletiva, os equipamentos de segurança para realizar o trabalho e maquinaria). Itens que, apesar de não estarem escritos literalmente na lei municipal de resíduos sólidos de Cáceres, são elementos necessários para que os trabalhadores desenvolvam sua atividade. Portanto, lutar pela implantação da política pública municipal de resíduos sólidos que promova a inclusão socioprodutiva desses trabalhadores e trabalhadoras é uma pauta prioritária.

As deficiências e as falhas na gestão da Política Pública exigem capacidade de organização política dos Catadores. Dessa forma, eles pensam e se organizam para buscar alternativas, sejam elas junto ao Poder Público Municipal, ou se organizando com outros coletivos de trabalhadores e trabalhadoras para que possam obter as condições que ainda fazem parte da estrutura de base para a Associação. Mas o bem viver para os Catadores não é somente expresso em condições físicas de trabalho, ou da criação de Políticas Públicas pelo Estado que contemplem as suas demandas enquanto grupo social organizado; ele se refere a que todos os sócios possam ter melhores condições de vida.

Apesar do esforço desses trabalhadores e trabalhadoras esse bem viver, que é institucionalizado pelo Estado, traz em sua composição a racionalidade neoliberal<sup>18</sup>.

O *Bem Viver* seria uma inovação política institucional necessária para a preservação do capitalismo e do Estado a partir captura das relações de força locais e em acordo com as diretrizes internacionais em torno do desenvolvimento sustentável (OZÓRIO, 2017, p.61).

---

<sup>18</sup> “Por racionalidade neoliberal entende-se, a partir de Foucault (2008), uma maneira de interpretação, em termos econômicos, de campos não econômicos” (OZÓRIO, 2017, p.61).

O bem viver pode ser concebido como uma alternativa possível-transitória dentro desse contexto do capitalismo neoliberal, para tentar uma articulação ampla e comunicativa entre os movimentos sociais. Nessa dimensão, pode tornar-se um novo-já conhecido\vivido. O bem viver só pode ser praticado dentro desse contexto contemporâneo, marcado pelas relações de poder, as relações políticas produtivistas que promovem reformas no campo das políticas públicas, ideológicas e sociais plurinacionais. A Autogestão dentro dos empreendimentos econômicos solidários precisam extrapolar seus muros e necessitam dialogar sobre as múltiplas dimensões do que é o Bem Viver e resgatar sua essência. E a Economia Solidária tenta resgatar a gênese dos princípios do cooperativismo.

Em sua adequação à realidade brasileira, o Bem Viver torna-se a tradução do princípio guarani tekó porã, que significa "boa maneira de se viver. Também no Brasil, o Bem Viver tornou-se um banco de dados de práticas alternativas organizado pela ABONG (Associação Brasileira de ONGs) que tem como objetivo dar visibilidade a essas práticas e possibilitar, "sobretudo, que [elas] se tornem políticas públicas". O Bem Viver, muito mais do que um modo de vida, seja kichwa, aymará ou guarani, mobiliza e centraliza alternativas políticas em benefício da democracia representativa. As conexões com a sociedade civil fortalecem o Estado e um governo amparados por uma verdade sustentável e global. As diversas conexões de organizações e a presença de instituições religiosas, demonstram que não há nada de novo no Bem Viver. Trata-se de um dos efeitos contemporâneos de uma racionalidade viciada na centralização política e que tem no Estado sua principal categoria de entendimento (OZÓRIO, 2017, p.74).

A dimensão de bem viver, que interessa aos trabalhadores e trabalhadoras, é a que foge da racionalidade instrumental. É aquela que dá vida e sentido ao diálogo, diálogo com e entre os movimentos sociais (associações, ONGS, cooperativas, sindicatos, etc.) e o Estado, que, de fato, gere um banco de dados (divulgação, fóruns, seminários, eventos, feiras) sobre as diversas práticas que foram e estão sendo construídas, com a finalidade de obter justiça social e sustentabilidade. No entanto, para além desse mecanismo, é necessário que os movimentos sociais se apropriem dessa concepção no sentido de organização e luta política da própria vida enquanto classe trabalhadora. Uma concepção de mundo em que o sujeito seja o centro, em que as práticas econômicas sejam distribuídas igualmente em todos os resultados e que o ato político seja participativo para a sociedade justa. E os empreendimentos econômicos solidários, como é o caso da ASCAPAN, estão buscando praticar esse bem viver para humanização e horizontalidade de suas relações. E a Autogestão tem papel fundamental nessa situação, porque é um pensar e decidir coletivo, em que todos se corresponsabilizam pelo que produzem no local que ocupam.

Segundo Mészáros (2005, 81), a Autogestão praticada pelos trabalhadores livremente associados exerce uma função essencial no processo social, pois ela é progressiva e potencializadora de mudanças na configuração das relações de trabalho e sociais. Os principais termos usados pelos Catadores para definir a Autogestão foram: coletivo, grupo, processo, relatos de experiência, organizar, decisões coletivas, auto-organização sem diferença de igualdade, os mesmos objetivos, fazer o mesmo serviço que os outros, fazer o rodízio nos serviços, liberdade, concessão do que é melhor para o grupo, auto-organização da rotina do trabalho em coletivo e tudo o que acontece é resolvido através da consciência do grupo.

A seguir apresentam-se os elementos encontrados nas falas dos sujeitos participantes da pesquisa, que denotam essa relação entre trabalho e Autogestão.

#### **Quadro 8 - O que os Catadores da ASCAPAN entendem por Autogestão**

Entrevistado n. 01	Nunca tinha ouvido falar. Deve ser trabalho coletivo! É o que nós fazemos aqui?
Entrevistado n. 02	Não soube responder.
Entrevistado n. 03	<b>Liberdade</b> de tomar as <b>decisões em coletivo</b> .
Entrevistado n 04	Sempre escuto pelos outros Catadores em falar sobre isso, mais é o <b>trabalho com união</b> .
Entrevistado n.05	É a <b>auto-organização da rotina do trabalho</b> em coletivo, estamos em poucos mais damos conta a ideia era aumentar o grupo, <b>estamos em processo</b> , já vimos muitos <b>relatos de experiência</b> que demora quatro a cinco anos para um empreendimento se estruturar, o processo é demorado. A demora de receber a renda é um dos desafios e tudo o que acontece é resolvido através da <b>consciência do grupo</b> , precisamos se organizar diariamente em todas as tarefas para <b>não termos conflitos</b> .
Entrevistado n. 06	Auto-organização do grupo em si, <b>sem diferença de igualdade</b> formando um <b>conjunto de trabalho coletivo com os mesmos objetivos</b> .

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Os Entrevistados 1 e 2 ainda estão em processo de aprendizagem: “[...] estamos em processo”. Essa afirmação mostra que essa é uma experiência em construção, uma experiência sobre o que é Empreendimento Econômico Solidário (EES), Trabalho Associado e Autogestão. Mas à medida que a experiência vai avançando, e que esses trabalhadores e trabalhadoras vão interagindo e compartilhando vivências, saberes e conhecimentos do Trabalho Associado com os outros companheiros Catadores, que já estão na ASCAPAN desde sua fundação, eles começarão a problematizar, refletir e a internalizar

essas concepções na prática do cotidiano. Vai ocorrendo um aprendizado que leva à apropriação crítico-consciente dos objetivos, necessidades e resultados que geram com as suas ações. Como escreveu Freire (1998, p. 44):

a educação autêntica se faz de A com E, em uma relação dialógica, problematizadora, proponente de reflexões, de intervenção consciente mediatizados pelo **mundo**, em que desafia aos coparticipantes desse processo a construir novas, diferentes ou semelhantes visões sobre **ele**. ‘Visões impregnadas de anseios, de dúvidas, de esperanças ou desesperanças que implicam temas significativos’.

No período em que realizamos esta pesquisa com esses trabalhadores, foi possível perceber que eles têm dificuldades para compreender e falar sobre o conceito. Apesar de ainda não terem se apropriado desses saberes teóricos, é possível perceber em suas respostas que muito do conceito já foi incorporado na prática desses Catadores. Isso mostra duas questões importantes. A primeira: a necessidade de continuar o processo de formação e capacitação técnica, por um lado, e, por outro, mostra que o Trabalho Associado e a Autogestão também são estratégias pedagógicas, ou seja, comporta um ato educativo porque nessas práticas eles ensinam e aprendem uns com os outros.

Os Entrevistados 1 e 2 mostraram desconhecimento do conceito, mas, em certa medida, estão realizando ações conscientes no que se refere aos objetivos, às necessidades do grupo no sentido de melhorar as condições de trabalho e buscar resultados que possam trazer melhorias e mais qualidade de vida. Observamos que, conforme esses trabalhadores se apropriam desses conceitos junto com os seus companheiros, eles vivenciam um novo estágio de consciência individual e coletiva, mas que ainda é embrionário.

A realidade desse grupo de trabalhadores precisa aperfeiçoar-se na apropriação dessa consciência revolucionária exigida pela gênese da Autogestão. Apesar dos avanços internos da Autogestão na ASCAPAN, os trabalhadores ainda precisam de mais qualificação e mais formação, tanto política quanto técnica. Formação política e qualificação técnica que precisam acontecer em meio ao processo produtivo que ocorre no “fazer fazendo” Freirano. E não basta praticar a Autogestão interna na ASCAPAN, ou seja, da porta para dentro do empreendimento. É necessário extrapolar os muros do Empreendimento para fazer com a sociedade. O Poder Público e os parceiros percebam esse estado das coisas — que há uma prática diferente. Nesse contexto, é fundamental que o Poder Público local, através da Autarquia Águas do Pantanal, assumam o compromisso político para consolidar a coleta seletiva com a inclusão socioprodutiva desses Catadores,

envolvendo a sociedade de forma participativa, sob pena de que essa iniciativa fracasse. Portanto, para o êxito do Programa Cáceres Recicla não basta esse processo de formação e qualificação dos trabalhadores. É fundamental que o Poder Público local tome a decisão política de implantar a coleta seletiva em 100% da área urbana com a inclusão socioprodutiva dos Catadores de Materiais Recicláveis. E essa não é uma decisão, tampouco uma tarefa fácil.

Outros agentes públicos, como o Ministério Público Estadual (MPE), o Ministério Público do Trabalho (MPT), CEFAPRO, a própria INCUBEESS, por meio de seus representantes, precisam rever o seu papel nesse processo de implantação da Política Pública proposta pelo Programa Cáceres Recicla. Assim, precisam dialogar, ouvir e aprender mais com os Catadores, pois a PNRS, na qual está ancorado o Programa Cáceres Recicla, propõe a participação desses trabalhadores na construção da política, e incluir a sociedade nesse diálogo. As dificuldades de implementação da PNRS 2010 são muitas. Quando se fala sobre a inclusão socioprodutiva de Catadores/as se amplia ainda mais.

As dificuldades de consolidação do empreendimento, em que pesem os esforços dispensados, deixaram os Catadores que viviam à mercê de sua atividade de coleta de resíduos em situação idêntica à anterior ao fechamento do lixão [...] Porém, para a Organização das Nações Unidas (ONU), a reciclagem é considerada uma das Pobreza e exclusão social alternativas mais importantes para a geração de trabalho e renda [...] O protagonismo inicial na formação da cooperativa não teve continuidade diante de tantas dificuldades enfrentadas e da pressão pela dupla jornada de trabalhadora e mãe dona de casa. Contudo, mudanças constituem um novo processo e resultam de ações continuadas de educação para a prática da liberdade. Merecem destaque os apoios que as cooperativas vêm recebendo de organizações da sociedade civil e de órgãos da administração pública, especialmente do projeto das redes de cooperativas do Sudeste e Norte-Oeste da Bahia, que pode contribuir para a sua consolidação na região. É necessário, contudo, que a iniciativa não sofra solução de continuidade no futuro próximo, quando decorridos os prazos do projeto. Se a coleta seletiva é a “bola da vez”, como afirma um associado à Cooperfítz, espera-se que o envolvimento do Poder Público municipal e da sociedade civil assegure um empreendimento duradouro e promova a efetiva inclusão social dos Catadores e Catadoras de materiais recicláveis da cidade de Juazeiro (SANT’ANNA; CARVALHO, 2018, p.114-115).

É preciso aprender com Juazeiro. Com os/as Catadore/as. É fundamental a dialogicidade com todos e todas. Nesse sentido, também é fundamental que instituições privadas (PROGEO), principalmente grandes fornecedores assumam sua responsabilidade no que tange à logística reversa, conforme determina a PNRS (PNRS, Art. 33).

Nas falas dos sujeitos participantes da pesquisa aparecem as intenções quanto à responsabilidade de mudarem juntos as suas condições de existência, a forma de lerem o mundo, de participarem dele, as suas relações de trabalho, nas suas relações de convivência social e de diálogo. O Entrevistado 5 disse que eles não têm “**conflitos**”, isso não significa que eles não discordem entre si nos momentos em que se reúnem para decidir sobre algo, mas que eles, através do diálogo, são capazes de negociar uns com os outros, de fazer desse exercício de humanidade um campo aberto para que possam construir alternativas coletivas.

Os demais entrevistados demonstraram que a Autogestão e a auto-organização diária do grupo de trabalho definiram objetivos e metas para fortalecer a união entre os sócios. Assim, ninguém manda em ninguém, mas todos cooperam entre si de maneira organizada, intencional, pedagógica, politizada e dialógica. “A Autogestão pressupõe o conhecimento partilhado e a atividade social desempenhada por todos” (MANDEL, 1988, p. 126).

A participação efetiva de todos os associados nas atividades é Autogestão na prática e fomenta a construção de uma consciência coletiva que vincula o trabalho a todas as dimensões da vida social organizada. É o reconhecimento e compreensão de que estão em um processo de construção não apenas enquanto conjunto de trabalho, mas também como grupo sociocultural que, à medida que se organiza, avança na politização. Essas atitudes e intenções são possíveis de serem observadas pelas respostas de alguns associados (Entrevistados 3, 4, 5 e 6). Com a criação da ASCAPAN, eles estabeleceram objetivos em comum sobre a união dos Catadores, melhoraram processos de gestão, ampliaram a renda com o aumento da produção, coletando mais materiais recicláveis. Juntos reivindicam a efetiva implantação da Política Pública pelo Poder Público local que contribui para a preservação do meio ambiente Cacerense, criam práticas de fortalecimento, aumentam o coletivo de trabalhadores participantes da Associação, vinculam sua luta ao Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) e inserem-se no Movimento da Economia Solidária.

Os princípios do Trabalho Associado são fortalecidos no desenvolvimento e aprimoramento do ato de ouvir o outro, de conviver com o outro, de aprender com outro e, principalmente, de respeitar o outro. Nas falas dos Catadores está explícito o processo de tomadas de decisão presentes no cotidiano da ASCAPAN, conforme podemos constatar no Quadro 9.

### Quadro 9 - Os processos de tomada de decisão no empreendimento

Entrevistado n.01	A <b>decisão</b> é tomada em <b>coletivo</b> .
Entrevistado n. 02	A decisão tomada <b>em conjunto</b> . Todos fazem <b>o mesmo serviço</b> , aceitamos <b>fazer rodízios um com o outro</b> .
Entrevistado n. 03	Qualquer tomada de decisão é <b>discutida entre o grupo</b> , aí chega num <b>consenso</b> do que é <b>melhor para o grupo</b> .
Entrevistado n. 04	Toda decisão é discutida com o grupo, por exemplo, se vamos vender uma carga tem que ser uma <b>decisão unânime</b> .
Entrevistado n.05	Todos decidem em grupo, reunião rápida, venho com uma ideia e passo para o grupo, não chego impondo, escuto o grupo, exemplos que tal organizar esta parte do galpão, depois de <b>conversarmos</b> , organizamos, <b>tudo com base em conversa</b> . Hoje temos mais espaços, daí a importância do grupo para tomar <b>decisões certas</b> . Mandamos uma carga de plásticos são decisões tomadas em grupos. Tomamos decisão para quem vender o material de livros e revistas. O presidente teve uns contatos com uns compradores lá no evento dos Catadores em Brasília. Tivemos a decisão de estar fazendo um caixa, para juntar um dinheiro, para comprar algo para associação. Outra decisão foi se vamos juntar o dinheiro, para pagar o aluguel quando saírem do galpão alugado pelas Autarquias na hora ou não, aí o grupo decidiu ir juntando.
Entrevistado n. 06	As decisões tomadas são em grupo. Exemplos: tem um comprador de reciclagem em Cuiabá e um no Paraná, aí <b>reunimos para discutir</b> para quem vender os materiais. Cada um fala, dando ideias. O grupo <b>tomou a decisão</b> de vender os livros e revistas sem tirar a capa, tomamos <b>prejuízo</b> são decisões desse tipo que <b>apreendem</b> .

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

O diálogo coletivo é uma das dimensões da Autogestão. É por meio dele que os Catadores associados debatem sobre as técnicas de trabalho, sobre o processo do trabalho desde coletar o material, separar, organizar, armazenar e beneficiar, até o ato de vender e para quem; como e o que ensinar para os recém-associados; como será a rotina diária de trabalho, a importância de relatar as suas experiências com o Trabalho Associado, compartilhar as informações sobre cursos de capacitação que a INCUBEES-UNEMAT e outras Instituições oferecem; definir as pautas de luta, regras de convivência e outros aspectos da organicidade da vida coletiva no ambiente de trabalho.

O diálogo é este encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu. Se é dizendo a palavra com que, “pronunciando” o mundo, os homens o transformam, o diálogo se impõe como caminho pelo qual os homens ganham significação enquanto homens. Por isto, o diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e

humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes (FREIRE, 1987, p.42).

Como explica Freire (1987), o diálogo surge das nossas experiências de vida, a partir do que aprendemos e como aprendemos a ler sobre o mundo. E à medida que se pratica uma educação como prática de liberdade, o diálogo é um instrumento fundamental para identificarmos criticamente os conteúdos pautados na realidade histórica e social. É isso o que fazem os Catadores, eles reúnem elementos em comum que vivenciam para dialogar, refletir, problematizar sua realidade e decidem juntos.

Os Catadores, diariamente, enfrentam situações limites dentro do empreendimento. Uma dessas experiências aconteceu quando receberam a informação, via Autarquia Águas do Pantanal, que os Catadores teriam que procurar outro local para desempenhar suas atividades. Quase uma ordem de despejo, um flagrante desrespeito à Política Pública instituída, pois a Autarquia é a responsável pelo aluguel do barracão e informou que não mais pagaria esse aluguel<sup>19</sup>. Segundo o Entrevistado n 05, a partir desse ofício recebido, os Catadores se reuniram para decidir que decisões tomar e o que era melhor para o grupo.

O grupo de Catadores decidiu procurar o Ministério Público Estadual (MPE) da Comarca de Cáceres e averiguar seus direitos. Também foi decidido pelo grupo a criação de um fundo financeiro, com a finalidade de custear o aluguel de um barracão, caso precisassem sair do local onde estavam instalados. Essas atitudes tomadas pelo coletivo corroboram a fala do Entrevistado n 4 que disse: “toda decisão é discutida com o grupo, por exemplo, se vamos vender uma carga tem que ser uma decisão unânime”.

Essas decisões, ainda que de forma simples, são anotadas em um caderno e ficam à disposição dos associados para consulta caso surja alguma dúvida ou precise informar com precisão a algum órgão ou movimento social do qual participem em esfera municipal, estadual e federal sobre o que foi decidido pela Associação. Participar das discussões e decisões do coletivo, ao qual se está associado, educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura (SINGER, 2002, p. 21).

---

<sup>19</sup>A Autarquia Águas do Pantanal por conta do Programa Cáceres Recicla é responsável pela gestão dos resíduos sólidos no município de Cáceres. Foi feito um acordo de responsabilidade de pagar o aluguel, energia, água do barracão para a ASCAPAN. Porém, os sócios não atentaram para o período estipulado no contrato, pois assumiram a Associação após o acordo feito com o primeiro grupo de Catadores oriundos do lixão que atuavam na ASCAPAN.

No próximo subitem discorreremos sobre as dimensões pedagógicas contidas no Trabalho Associado dos Catadores da ASCAPAN, que também estão vinculadas ao processo de Autogestão.

### **5.6 As práticas pedagógicas, desenvolvidas pelos Catadores no âmbito da ASCAPAN**

A educação conecta-se ao processo da Autogestão porque engloba todas as práticas de ensino e aprendizagem produzidas pelos sujeitos sociais em todas as etapas do processo histórico. Em um Empreendimento Econômico Solidário, por ser um espaço de convivência social e produção através do Trabalho Associado, também ocorrem práticas pedagógicas. E, nesse caso, pressupõe-se que os educadores sejam homens e mulheres que, dotados de uma visão de mundo emancipatória, de um processo formativo, motivados pela necessidade de produzir suas condições materiais de vida, com base na humanização, cooperação e solidariedade, se tornem, na mesma medida, educadores/as sociais, aprendizes e construtores de relações de produção para além do capital.

O Estatuto Social da ASCAPAN, em seu objetivo geral, apresenta três eixos pedagógicos: a) organização própria dos/as Catadores/as ; b) ação dos/as Catadores/as organizados com a comunidade; c) ação política dos/as Catadores/as (ESTATUTO SOCIAL, Art. 2º).

O item *a* deste artigo enfoca a própria organização dos Catadores por meio do Trabalho Associado, e reside nessa perspectiva uma dimensão pedagógica. Tanto o Trabalho Associado quanto o trabalho assalariado comportam o princípio educativo, ambos trazem em sua fundamentação o ato de ensinar e aprender, de aprender e de ensinar.

Na concepção de Mészáros, a “educação continuada, como constituinte necessário dos princípios reguladores de uma sociedade para além do capital, é inseparável da prática significativa da Autogestão” (MÉSZÁROS, 2005, p.86). Ou seja, uma sociedade para além do capital já está sendo gestada no próprio interior da sociedade capitalista. E um desses embriões são as experiências dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) que tem por objetivo e princípio o Trabalho Associado que se contrapõe ao trabalho assalariado, e no seu cotidiano procura desenvolver uma educação como prática da liberdade, uma educação que extrapola as práticas efetivadas no processo de escolarização formal.

Isto porque os conteúdos dessas práticas referem-se às necessidades dos sujeitos, às demandas do trabalho e não às imposições do capital que tem na escola tradicional uma

aliada no processo de dominação e exploração dos trabalhadores e trabalhadoras, visto ser uma escola que forma para o exercício subalterno do emprego. Por outro lado, as práticas pedagógicas no mundo do Trabalho Associado visam à Autogestão do empreendimento, mas avançam no processo da organização política, transformando as relações sociais pautadas em princípios da humanização. E, como já mencionado, o ato trabalho não é só colocar em prática a força física ou intelectual, mais usar ambas ao mesmo tempo conexas ao campo social.

Há falas que chamam a atenção: “a decisão tomada em conjunto. Todos fazem o mesmo serviço, aceitamos fazer rodízios um com o outro”. Ainda que os próprios Catadores não compreendam o conceito, observamos, aqui, a prática da politecnicidade. O processo de rotatividade das atividades oportuniza a todos o aprendizado de todo o processo de trabalho, e isso implica a aprendizagem do manuseio das máquinas que os trabalhadores possuem, as diversas técnicas de tratamento dos materiais recicláveis, o aprendizado sobre os tipos dos materiais, os resíduos, o conhecimento dos malefícios que o lixo descartado incorretamente pode provocar ao solo, à água e às pessoas; o aprendizado de suas capacidades físicas, do exercício de sua intelectualidade a cada novo conhecimento que aprendem, a construção das relações ético-políticas emancipatórias.

Quando os Catadores praticam o Trabalho Associado, na mesma medida eles vão vivenciando inúmeras situações que lhes possibilitem ter múltiplas formações, no campo ideológico, ético, artístico, físico, intelectual, político, educativo, entre outros. Por essa razão, o trabalho que eles desenvolvem relaciona diferentes áreas e dimensões educativas. Com base em Marx, Frigotto (2012, p. 277), afirma: “a educação politécnica resulta, assim, no plano contraditório da necessidade do desenvolvimento das forças produtivas das relações capitalistas de produção e da luta consciente da necessidade de romper com os limites intrínsecos e insanáveis destas mesmas relações”.

Os Catadores ainda estão em processo de compreensão e apropriação dessas conexões entre trabalho, educação e formação humana, mas observa-se que já são capazes de fazer as suas primeiras interconexões entre esses elementos. Por exemplo, quando dizem que estão ensinando aos novos associados a trabalhar com materiais recicláveis, a usar o maquinário, a respeitar as regras de convivência, a identificar os tipos e os danos que pode causar cada material, em todas essas ações eles estão trabalhando, exercendo a sua capacidade física, intelectual, política, cultural e ética. Quando participam da luta junto o

Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) pelo reconhecimento da categoria e por políticas públicas que atendam suas demandas, eles estão problematizando as relações capitalistas de produção e propondo uma alternativa.

Em nossa realidade histórica, diz Frigotto (2012, p. 279), “a educação politécnica traduz os interesses da classe trabalhadora na crítica à fragmentação dos conhecimentos, à separação entre educação geral e específica, entre técnica e política, e à divisão entre trabalho manual e intelectual”. A afirmação dos trabalhadores: “aceitamos fazer rodízios”, é uma indicação de que os Catadores na ASCAPAN não são somente multifuncionais, mas possuem capacidades potencializadoras que lhes proporcionam vivenciar trabalhos correlatos, com níveis de complexidade que varia de um para o outro.

Além dessa variação de complexidade nas atividades que os Catadores realizam, eles mesmos definem os conteúdos programáticos de seu próprio ato educativo coletivo, que é pautado na dinâmica da vida. Pode-se afirmar que um/a Catador/a, ao contar a sua história, está fazendo, promovendo um ato artístico. Ou não? À medida que esses trabalhadores/as relatam suas histórias de vida, à medida que usam as expressões corporais para explicar, que utilizam termos usados pelo grupo para nomear para o mundo o que produzem com suas mãos, com o suor do seu trabalho, estão partilhando seus saberes, sua arte, seus valores, a arte e os valores do Trabalho Associado. Ao compartilharem suas experiências também compartilham a esperança em um mundo melhor.

A politecnia está ligada à formação integral do sujeito social, tem como questão central superar a fragmentação do processo de trabalho, a mera instrumentalização técnica dissociada do conhecimento. Nessa perspectiva, o trabalho politécnico se potencializa no Trabalho Associado, que igualmente potencializa o desenvolvimento multiprofissional e humano do Catador.

O processo de Autogestão, vinculado ao princípio da politecnia, também incide na gestão do processo educativo que ocorre à medida que os Catadores concretizam o Trabalho Associado. Os Catadores conseguiram eliminar as relações hierárquicas do trabalho assalariado, eles combatem a fragmentação do processo produtivo no trabalho, atribuem valor ao seu próprio trabalho, compartilham de forma igualitária os resultados da produção, compartilham os seus conhecimentos e saberes uns com os outros. São práticas de resistência ao capital, ainda que existam dificuldades para exercitá-las, por ser um processo incipiente, mas que contém o germe de um processo de autonomia.

Retomando o Estatuto Social da ASCAPAN, os itens *b* e *c* estão assim redigidos: b) ação dos(as) Catadores/as organizados com a comunidade; c) ação política dos/as Catadores/as (ESTATUTO SOCIAL, Art. 2º). A aproximação dos Catadores com a comunidade, em certo aspecto é porque estão organizados em um empreendimento que se relaciona com a comunidade através do trabalho que desenvolvem, por outro, a relação estabelecida com a Incubadora nas atividades de incubação e os cursos oferecidos. Essa aproximação da Universidade Pública com os Empreendimentos Econômicos Solidários contribui para fortalecer a resistência desses coletivos de trabalhadores e trabalhadoras que podem contar com uma assistência técnica e formação pedagógica via processo de incubação, que sozinhos, principalmente no início de suas atividades, não teriam condições de acessar se não fosse ofertada na forma de extensão universitária.

Ainda sobre esse diálogo com a comunidade, podemos ler Paulo Freire quando, diz:

O diálogo com as massas não é concessão, nem presente, nem muito menos uma tática a ser usada, como a ‘sloganização’ o é, para dominar. O diálogo, como encontro dos homens para a ‘pronúncia’ do mundo, é uma condição fundamental para a sua real humanização (FREIRE, 1998, p. 70).

O ato pedagógico problematizante de uma educação libertadora, ofertada pela lógica da Educação Popular, contribui para definir o caminho da revolução das massas populares. E estar ao lado delas, promovendo a confiança, o exercício da *praxis* de transformação, coloca os educadores em contraposição ao poder do opressor do modo de produção capitalista. E os Catadores de materiais recicláveis, como coletivo organizado, fazem parte dessas massas que caminham para a transformação em uma situação concreta de organização do Trabalho Associado.

Uma das tarefas da Universidade é possibilitar uma leitura crítico-reflexiva sobre o novo contexto econômico que tem se consolidado com a perspectiva da Economia Solidária, embora essas iniciativas ainda sejam embrionárias dentro dessas instituições. Na contemporaneidade, em que os altos índices de desemprego<sup>20</sup> são a realidade de milhões de trabalhadores e trabalhadoras, em que a cada ano há diminuição dos postos de trabalhos formais, em que aumentam os danos sobre a natureza, em que acontece um consumismo

---

<sup>20</sup>A taxa de desocupação ficou em 12,4% no trimestre fechado em fevereiro, acima dos 11,6% registrados no período encerrado em novembro pela pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD CONTÍNUA). O aumento representou a entrada de 892 mil pessoas na população desocupada, totalizando 13,1 milhões de trabalhadores nessa condição. Já a taxa de subutilização da força de trabalho ficou em 24,6%, somando 27,9 milhões de pessoas (IBGE, 2019).

desenfreado, em que se produz em largas escalas devido aos recursos tecnológicos, em que se abre espaço para condições de trabalho cada vez mais precarizadas, é necessário que coletivamente busquemos novas formas de produzir e trabalhar. Como ressalta Tiriba (2001, p. 327):

Nesse novo tempo de trabalho, em que a ‘produção não pode parar’, é preciso conquistar espaços e momentos educativos que contemplem o amplo leque de conhecimentos que são necessários, tanto para a produção em si, como para fortalecer as relações de convivência, de forma coerente com os objetivos do associativismo.

Essas novas formas de produzir e trabalhar, ligadas ao associativismo, não deixam de ser um ato educativo, de compartilhamento de experiências de vida que se apresentam no contexto da ASCAPAN. Isto porque não se trata apenas de produzir coisas diferentes; trata-se, nesses ‘momentos educativos’, de pensar e desenvolver relações de produção e relações sociais pautadas na lógica da humanização, da solidariedade e da cooperação.

Conquistar os ‘momentos educativos’ e promover os espaços de formação para o Trabalho Associado implica proporcionar e promover formações fora do ambiente institucionalizado para a Educação, entre os quais: escolas, instituições técnicas ou universidade. Embora seja importante que os trabalhadores e trabalhadoras pensem e se organizem para que a Educação Popular ocupe esses espaços institucionais, é no próprio ambiente de trabalho, em sindicatos, ONGS, associações ou cooperativas autogestionárias que vão surgindo os espaços mais enriquecedores para o desenvolvimento de práticas pedagógicas populares.

É no cotidiano do Trabalho Associado, é na luta por direitos e políticas públicas mais justas que os trabalhadores e trabalhadoras aprendem e avançam. Esses espaços refletem a organização de trabalhadores e trabalhadoras associados, que vivenciam e conhecem bem as pautas dos oprimidos. E à medida que esses trabalhadores e trabalhadoras examinam e refletem sobre a sua realidade histórica, eles instauram, nesse momento, uma das dimensões do processo educativo, que é a investigação das situações-problema. Identificar o problema leva à reflexão, à compreensão mais próxima da realidade, e, posteriormente, à análise do problema. Juntos, os trabalhadores e trabalhadoras podem planejar a ação no sentido de buscar soluções que atendam suas demandas, nunca sem luta porque o capital não entrega nada de graça. O exercício coletivo, a luta para resolverem juntos o problema leva ao segundo passo. “O segundo passo, é o momento em que,

transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação” (FREIRE, 1998, p.21).

Com a ação desenvolvida pela INCUBEES/UNEMAT de proporcionar a formação aos Catadores da ASCAPAN, abriu-se para esses trabalhadores a possibilidade de, com base nisso, problematizarem a sua situação histórica e concreta a partir do seu ambiente de trabalho. Além disso, a Universidade cumpre, ao mesmo tempo, o seu papel de contribuir para o processo de transformação social.

O projeto de formação dos Catadores da ASCAPAN iniciou em 2016, por meio do eixo Economia Solidária, que foi proposto pela INCUBEES. Havia dois coordenadores responsáveis por essa formação: um coordenador geral e uma coordenadora pedagógica. Também fizeram parte da equipe pedagógica 10 voluntários professores, estudantes e dois bolsistas.

Esses sujeitos, desde o início do projeto, procuraram, com o exercício da sua prática pedagógica e política, superar a ingenuidade própria dos alienados. Eles não esperaram que a elite opressora ofertasse um programa educativo formatado como se fosse uma receita. Eles propuseram um projeto pedagógico para trabalhar com um recorte das massas populares, nesse caso, os Catadores, tendo por finalidade alcançar uma educação libertadora e a organização para o Trabalho Associado.

O coordenador geral do projeto, em parceria com os representantes de outros eixos do programa Cáceres Recicla — Educação Ambiental, Economia Solidária e Gestão Pública — procuraram entrar em contato com os Catadores da ASCAPAN no segundo semestre de 2016, para lhes propor que participassem de diversos cursos de formação sobre Economia Solidária, Trabalho Associado, Sustentabilidade e Autogestão. Os Catadores aceitaram o convite para participar desse processo formativo, pois já tinham interesse de se organizar coletivamente.

Inicialmente, cinco desses Catadores começaram a frequentar os cursos de formação que aconteciam no Centro Público de Triagem, que era o ambiente de trabalho desses trabalhadores. Seguindo uma lógica Freiriana, foi definido que as oficinas do projeto seriam oferecidas no Centro Público Municipal de Triagem, pois isso facilitaria a participação dos Catadores, porque eles não precisariam se deslocar para a universidade, e a educação para o Trabalho Associado não pode ser uma ‘educação bancária’, ela será mais produtiva no

lôcus de trabalho, o que facilita a aprendizagem e também facilita para o educador que pode trabalhar respeitando a realidade dos trabalhadores envolvidos no processo.

Além disso, os conteúdos trabalhados nesse contexto tinham relação direta com o espaço de trabalho dos Catadores, as suas atividades e relações político-sociais. Os proponentes dessa formação já conheciam o contexto vivido pelos Catadores, as dificuldades que eles estavam enfrentando para se organizar em coletivo e contribuir para a efetivação da Política Municipal de Resíduos Sólidos devido a entraves do Poder Público em Cáceres. Educar, nesse espaço, também era uma forma de melhor compreender a realidade de exclusão desses trabalhadores.

A investigação temática se faz, assim, um esforço comum de consciência da realidade e de autoconsciência. que a inscreve como ponto de partida do processo educativo, ou da ação cultural de caráter libertador. Daí a investigação da temática como ponto de partida do processo educativo, como ponto de partida de sua dialogicidade. Daí também o imperativo de dever ser conscientizadora a metodologia desta investigação (FREIRE, 1998, p.54).

O levantamento de temas geradores pode ser feito pelos próprios Catadores, à medida que vão se organizando para sistematizar o conhecimento dentro de seu próprio grupo de estudos, para construir novas problematizações, aprendizagens e conhecimentos.

A produção associada é consolidada na produção coletiva dos saberes, na colaboração entre iguais para enfrentamento de problemas comuns aqueles que pertencem a determinado contexto. A possibilidade de inventar/reinventar soluções particulares para problemas específicos caracteriza a aplicabilidade prática de potenciais inerentemente vinculados à educação em seu sentido criativo. Criação esta, intrinsecamente demarcada pelos espaços de interação na tessitura dinâmica e inacabada das relações humanas (BORGES, 2014, p. 129).

A produção dos saberes relatada pelos Catadores durante o processo educativo do qual participaram referia-se ao seu cotidiano, às suas atividades na ASCAPAN, às suas referências de história de vida, aos tipos de trabalhos que já haviam vivenciado, aos problemas com a organização do trabalho, comercialização, problemas com a inércia da política pública e possíveis alternativas, à configuração familiar, à parceria com outros Empreendimentos Econômicos Solidários, entre outros.

Os cursos aconteciam duas vezes na semana, tendo uma carga horária de três horas diárias. Essa formação teve a duração de seis meses e foi finalizada no ano de 2017, sendo proporcionados 38 cursos aos Catadores, totalizando uma carga horária de 114 horas. Porém, ao final desse processo formativo somente três Catadores permaneceram na Associação. O curso teve por objetivo central realizar estudos e a aprendizagem dos

Catadores, partindo dos fundamentos da Economia Solidária, de forma a promover a participação em espaços políticos e na organização do Trabalho Associado Autogestionário na coleta seletiva de resíduos sólidos em Cáceres-MT.

A primeira etapa da formação teve como foco trabalhar uma base conceitual sobre a Economia Solidária, Trabalho Associado e Políticas Públicas (Política Municipal de Resíduos Sólidos e a PNRS). Quando ocorreu essa primeira fase das formações ofertadas aos Catadores, eles ainda não haviam legalizado a Associação. Isso gerou percalços para o exercício da sua autonomia, inclusive no campo financeiro. Pelo fato de a ASCAPAN não ser legalizada, ela dependia da ASCAVAG - Associação dos Catadores e Catadores de Materiais Recicláveis de Várzea Grande para vender os seus materiais, dado que não podia emitir nota fiscal.

O processo ocorria da seguinte forma: a ASCAPAN coletava os materiais, selecionava e enviava esses materiais para a ASCAVAG na cidade de Várzea Grande-MT, sob os cuidados de uma sócia da associação receptora. Essa sócia da ASCAVAG também era a formadora e mobilizadora do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). Assim que a ASCAVAG conseguia comercializar e vender esses materiais, repassava os valores correspondentes para a ASCAPAN.

Essa parceria entre Catadores também evidencia a solidariedade entre os Empreendimentos Econômicos Solidários, e se constitui um dos primeiros aprendizados para que não haja a concorrência dentro das relações internas de trabalho. Também é uma forma embrionária de organização da comercialização em rede entre as associações ou cooperativas<sup>21</sup>. Essas ações junto à ASCAVAG propiciaram ambiente para que esse pequeno coletivo de trabalhadores e trabalhadoras pudesse perceber que é possível criar uma grande rede de base econômica, sustentável e social igualitária.

A segunda etapa da formação para os Catadores centrou os estudos na formação técnica (gestão do empreendimento solidário, planejamento da contabilidade, processo de

---

<sup>21</sup>A Rede CATAMATO é o resultado da aproximação e articulação da COOPERTAN com outros empreendimentos constituídos por Catadores, com os representantes do MNCR, no estado de Mato Grosso e do apoio das Incubadoras Universitárias Arca Multincubadora, pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e a IOCASS pela UNEMAT, além das parcerias com Votorantim-Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), através do Programa Redes e da FBB, e do Programa Cataforte II – Logística Solidária. Ela foi criada no dia 18 de julho de 2012, envolvendo inicialmente três empreendimentos: a COOPERTAN, a Associação dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis de Várzea Grande (ASCAVAG) e a Cooperativa Chapadense de Materiais Recicláveis (COOPCHAMAR) (MARTINS, 2016, p.122).

seleção dos materiais, armazenamento dos materiais), pois era preciso compreender essa nova forma de organização do trabalho, alterando a condição de Catadores isolados como indivíduos para trabalhador coletivamente organizado na ASCAPAN. Apesar do cunho técnico, nesse momento a formação não deixou de ser política. Porque ao trabalhar conteúdos como: gestão do empreendimento solidário, planejamento da contabilidade, processo de seleção dos materiais, armazenamento dos materiais, não se deixa de problematizar, por exemplo, a gestão do empreendimento solidário, em que podem ser trabalhadas as contradições entre capital e trabalho; e planejamento da contabilidade — se há diferença entre o uso dela em uma empresa capitalista e um empreendimento solidário.

O aporte contábil de uma empresa capitalista conta com um capital de giro para cobrir qualquer eventualidade financeira ou para investir em compra de materiais, maquinaria ou ainda contratar novos empregados para cumprir uma demanda. Além disso, geralmente existe um sistema interno da empresa para fazer o controle do estoque, das vendas, das dívidas e dos gastos em geral. Também é comum ter um plano anual com ações definidas para promover a expansão da empresa e um controle para fazer a logística de entrega das mercadorias vendidas. No caso dos empreendimentos solidários, eles não têm estoque permanente de materiais recicláveis, como não visam ao lucro e à concorrência, e acabam por fazer algumas estratégias de venda dos produtos para determinados parceiros comerciais. Outra questão dos empreendimentos solidários é que eles têm dificuldades em ter parceiros comerciais fixos e que paguem em datas fixas.

No caso da ASCAPAN, que é uma cooperativa ou associação de trabalhadores e trabalhadoras, dificilmente ela terá capital de giro para cumprir uma dívida eventual, ou comprar maquinários. Muitas dessas Instituições não têm sequer uma estrutura física própria ou meio de transporte que facilite a entrega de seus produtos. É importante a instituição de Políticas Públicas para implantar a Coleta Seletiva, pois isso contribui para a educação ambiental e a construção do processo de conscientização da sociedade. Para realizar o armazenamento dos materiais, os Catadores têm dificuldade em relação à falta de estrutura física dentro da associação, de máquinas — elevador, prensas, esteiras, equipamentos de proteção, entre outros.

A formação associa tanto os conhecimentos técnicos quanto os políticos, e tem a finalidade de desenvolver as potencialidades das pessoas para gerar uma ambiência favorável para a organização, cultural e educacional (CADERNO PEDAGÓGICO, 2013).

No decorrer do tempo, houve uma modificação na composição do quadro de Catadores que passaram pelo processo de formação. Ocorreu uma alta rotatividade<sup>22</sup> de Catadores até chegar à criação da ASCAPAN, e alguns Catadores, no decorrer desse percurso de formação da associação, acabaram desistindo, diante de tantos desafios. Existem vários motivos que impedem esses trabalhadores e trabalhadoras de adentrar em uma associação ou em uma cooperativa e continuar no lixão, ou catando individualmente na rua.

Entre os obstáculos vivenciados, destacam-se a escassez dos municípios que desenvolvem uma coleta seletiva bem organizada; a precariedade da infraestrutura (defasagem dos instrumentos de trabalho, espaço de trabalho obsoleto); a falta de capital de giro; a elevada rotatividade de Catadores (descontinuidade do trabalho coletivo); problemas de relacionamento entre os membros; falta de capacitação voltada para o empreendedorismo e a Autogestão; falta de proteção social (direitos trabalhistas, proteção à saúde no trabalho); falta de suporte por parte dos órgãos municipais; o desconhecimento, discriminação ou desvalorização do trabalho por parte da sociedade; e as dificuldades de criação de parcerias colaborativas ou de articulação com geradores fixos de material reciclável (GALON; MARZIALE, 2016, p.182).

Esses desafios se apresentam como limites que englobavam dificuldades financeiras, familiares, locomoção, resistência por parte de algumas instituições em apoiar a iniciativa do grupo de Catadores. Falta de compromisso da Prefeitura com a implantação ou organização da Coleta Seletiva, e a omissão da Autarquia Municipal do sentido de prover a infraestrutura para a Associação desenvolver suas atividades.

Alguns desses desafios podem ser classificados como limitantes. São ações de encaminhamento que não dependem da organização ou proatividade dos Catadores. Assim, ao invés de a Política Pública ser uma possibilidade para a emancipação dos Catadores ou fortalecimento do empreendimento, acaba por se tornar um limite. Problemas ou dificuldades pessoais e familiares são desafios, mas não são fatores limitantes.

Esses desafios resultaram em um processo intenso de mudanças no grupo de sócios da ASCAPAN em sua etapa inicial. A INCUBEESS teve papel importante como responsável para auxiliar a articulação junto aos Catadores e Catadoras do lixão com a

---

<sup>22</sup> Observou-se que existe grande rotatividade de pessoas nas cooperativas, pois muitas encontram outros trabalhos e deixam a associação, principalmente os homens. Esta rotatividade ocorre por diferentes motivos, sobretudo os referentes à precariedade do trabalho: algumas pessoas voltam para suas cidades de origem (geralmente no Nordeste do Brasil), enquanto outras encontram trabalho com carteira assinada, em empresas de serviços de limpeza ou no comércio, ou ainda como cozinheiras. No caso dos homens, a maior parte foi trabalhar no setor da construção civil. Outras pessoas deixam a cooperativa diante do baixo rendimento financeiro, somado ao trabalho pesado, que acaba afetando a saúde das trabalhadoras (CHERFEM1, 2016, p.56).

ASCAPAN, conseguindo organizar essa nova composição do grupo de Catadores e Catadoras que, na atualidade, forma e dirige a associação.

Esse grupo de Catadores que, atualmente, está à frente da gestão da Associação, começou a participar do processo de formação com a discussão do Estatuto da Associação e a construção da logomarca do empreendimento, e o planejamento e a organização do trabalho permearam essas discussões e formações. O registro do Estatuto no cartório e os encaminhamentos para a retirada do CNPJ da Associação são resultados dessa construção coletiva, ou seja, diante dos desafios surgem limites, mas também possibilidades.

Para a inserção dos Catadores no mercado da comercialização dos materiais recicláveis foi realizado um levantamento prévio de quais poderiam ser as indústrias ou parceiros comerciais que comprariam o seu produto. Em todo esse trabalho, os sócios da ASCAPAN contaram com o auxílio e o apoio dos bolsistas da INCUBEES/UNEMAT. Mais uma vez esses trabalhadores tiveram a oportunidade de abrir um novo campo de possibilidades que lhes era favorável, que não se reduzia apenas à questão financeira, mas trazia possibilidades para que pudessem melhorar suas condições materiais de vida, e suas relações ético-políticas.

Se uma ação livre somente o é na medida em que o homem transforma seu mundo e a si mesmo, se uma condição positiva para a liberdade é o despertar das possibilidades criadoras humanas, se a luta por uma sociedade livre não o é a menos que, através dela, seja criado um sempre maior grau de liberdade individual, se há de reconhecer ao processo revolucionário o seu caráter eminentemente pedagógico (FREIRE, 1998, p. 56).

Embora seja não revolucionário, esse processo tem muito valor enquanto ato pedagógico.

O próximo passo foi se aproximar e participar do Movimento Nacional dos Catadores (MNCR) que resultou em experiências enriquecedoras para eles. Exemplo disso foi a participação dos associados da ASCAPAN na ExpoCatadores<sup>23</sup>, que aconteceu em

---

<sup>23</sup>A ExpoCatadores é um evento realizado na temática de resíduos sólidos urbanos e educação ambiental do Brasil. Um importante veículo de disseminação de conhecimentos, exposição de projetos sociais, iniciativas empresariais e tecnologias que visam fortalecer a presença qualificada dos Catadores de materiais recicláveis na cadeia da reciclagem. Voltada para todos os profissionais e interessados pela reciclagem, a ExpoCatadores tem como público principal as cooperativas e associações de Catadores de materiais recicláveis. A ExpoCatadores tem os seguintes objetivos: Promover a mobilização, articulação e integração dos Catadores de materiais recicláveis, com vistas ao seu fortalecimento produtivo, econômico e social; Divulgar novas tecnologias voltadas a fortalecer e qualificar a participação dos Catadores de materiais recicláveis na cadeia da reciclagem; Promover a integração dos atores envolvidos na implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010), e; Divulgar experiências exitosas de coleta seletiva, reciclagem, logística reversa e outras relacionadas a cadeia da reciclagem.

Brasília. Nesse evento, foi possível conhecer experiências de outros empreendimentos de Catadores, e através do diálogo com outros Catadores perceber as realidades vivenciadas e também o aprendizado sobre comercialização. Também participaram de um evento municipal que reuniu representantes do MNCR e três empreendimentos de Catadores: a Associação ASCAVAG (Várzea Grande, MT) e a COOPERTAN – Cooperativa de Produção de Material Reciclável de Tangará da Serra (Tangará da Serra, MT). A Coopertan é o empreendimento âncora para a fundação da Rede CATAMATO. Todos esses empreendimentos desenvolvem suas atividades dentro dos princípios da Economia Solidária, em que as práticas de Trabalho Associado, Cooperação e Solidariedade se juntam à Ação Econômica, fazendo com que sejam experiências exitosas na coleta seletiva e seleção de materiais recicláveis nos territórios onde atuam.

O encontro desses empreendimentos aconteceu no II Workshop de Articulação Institucional e Planejamento do Projeto Cáceres Recicla, realizado pela INCUBEES/UNEMAT em parceria com Autarquia Águas do Pantanal e Ministério Público Estadual no ano de 2018. Como resultado desse II Workshop podemos citar: o fortalecimento do diálogo entre os empreendimentos, Poder Público e parceiros, compartilhamento de experiências, e o fortalecimento da Rede CATAMATO. As informações compartilhadas contribuem para organizar o trabalho, melhorar os processos de comercialização, identificar parceiros comerciais, identificar dificuldades comuns e as possíveis soluções, compreender como ocorre a relação entre empreendimentos e Poder Público e políticas públicas. O estreitamento das relações são atos pedagógicos nos quais está presente a troca de saberes, tanto técnicos quanto políticos.

A seguir, apresentamos o quadro que sintetiza as falas dos sujeitos participantes da pesquisa, que denotam a relação da ASCAPAN com os movimentos sociais e o processo de formação no ano da pesquisa.

#### **Quadro 10 - Envolvimento com Movimentos Sociais e formação**

Entrevistado n. 01	<b>Não participa de movimento social</b> e não participou de nenhuma formação.
Entrevistado n. 02	<b>Não participa de movimento social</b> e não participou de nenhuma formação.
Entrevistado n. 03	Participa do Movimento Nacional do Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR); Fez <b> cursos de Extensão em Economia Solidária e reciclagem:</b>

	<p>formação dos Catadores e Catadoras de Cáceres, realizada pelo <b>Núcleo UNEMAT – UNITRABALHO</b>. Em anos anteriores fez cursos de <b>Cooperativismo</b> pelo Centro de Referência Social (CRAS); <b>Participou em Brasília da VIII edição da Expo Catadores</b> representando a ASCAPAN e o MNCR.</p>
Entrevistado n. 04	<b>Não participa de Movimento social.</b> Teve formação mais na área da extração da seringa.
Entrevistado n. 05	<p>Participa do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR); <b>Fez cursos de Extensão em Economia Solidária e reciclagem:</b> formação dos Catadores e Catadoras de Cáceres, realizada pelo Núcleo UNEMAT – UNITRABALHO. Participou na escolha de delegados para representar os Catadores da ASCAPAN junto ao MNCR na região de Cáceres e Comodoro.</p>
Entrevistado n. 06	<p><b>Participa do Movimento Nacional do Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR);</b> <b>Fez cursos de Extensão em Economia Solidária e reciclagem:</b> formação dos Catadores e Catadoras de Cáceres, realizada pelo Núcleo UNEMAT – UNITRABALHO. Participou em Brasília da VIII edição da ExpoCatadores representando a ASCAPAN e o MNCR.</p>

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Em relação à fala do Entrevistado n. 01, sobre a “[...] experiência de ser Catador”, de acordo com Nascimento (2011), as pessoas atribuem sentidos ao vivido ou realizado, assim, de forma abrangente é fundamental que transformem suas vivências pregressas e atuais em experiências formadoras.

Constatamos que os Entrevistados n. 01, 02 e 04 afirmam não ter participado de movimentos sociais. Naquele momento, contribuía para o movimento social que envolve a categoria de Catador, o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), pois o empreendimento do qual fazem parte está ligado a esse Movimento. Esses sócios estavam há pouco tempo na Associação, razão pela qual ainda estavam em processo de formação para a compreensão dos processos políticos que envolviam o Trabalho Associado e as ligações com as pautas sociais pelas quais se mobilizavam. Esses entrevistados não tiveram oportunidade de participar do processo de formação dos Catadores que foi oferecido pela INCUBEES/UNEMAT.

Por outro lado, os Entrevistados n. 03, 05 e 06 participam do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) e também participaram das formações na

área de Economia Solidária e reciclagem. Nessas formações, foram desenvolvidos os conteúdos: Identidade dos/as Catadores/as; Organização política dos/as Catadores/as como movimento social (MNCR); Catadores e políticas públicas; Direitos Humanos: Evolução histórica e conceito de direitos humanos; o que é economia: Economia capitalista e Economia Solidária, valores e práticas da Economia Solidária, Trabalho Associado e Autogestão; cooperativismo solidário, histórico e princípio da organização da cooperativa, trabalho cooperado; organização do trabalho dos Catadores e Catadoras, processo de organização; técnicas administrativas, organização e gestão de pessoas, liderança e trabalho em equipe; saúde e segurança do trabalho, saúde do Catador e doenças ocupacionais e planejamento e construção coletiva (INCUBEESS, UNEMAT 2015).

Foi possível observar que esses trabalhadores têm facilidade para aprender, principalmente quando o diálogo ocorre de Catador para Catador<sup>24</sup>, quando a informação chega por um membro do MNCR parece ter mais força.

O Cosme e Damião II manteve o método original, um Catador ou Catadora e um estudante trabalhando em conjunto, viabilizando aos Catadores a oportunidade de imergir na universidade e atribuir significado ao seu trabalho por meio do aperfeiçoamento acadêmico. Aos universitários, por sua vez, o projeto proporcionou a chance de conhecer outras realidades e pôr em prática os conhecimentos teóricos, transpondo os muros da universidade (IPEA, 2016, p. 312).

Pelas falas dos Catadores já retratadas neste estudo científico, ficou evidenciado que os Catadores, com a formação que tiveram, conseguiram se apropriar dos conceitos de Trabalho Associado, Autogestão, Economia Solidária, trabalho assalariado e Políticas Públicas sobre os resíduos sólidos. É um apropriar-se que não fica apenas no campo do discurso, mas na efetividade da prática nos espaços sociais que eles ocupam.

Seja na associação, na universidade ou em eventos, o Trabalho Associado como um princípio científico educativo garante a esses trabalhadores não apenas o pão de cada dia, mas também um conjunto de valores éticos e sociais que os ajudam no ato de participar ativamente na sociedade.

A solidariedade é exigente, é compromissada, é histórica, é inserida politicamente, é conscientizadora. Ela é exigente porque não cede nada a alguém que não tenha compromisso e se insira para supera limites da passividade e da

---

<sup>24</sup> Método fundamentado na Educação Libertadora em Paulo Freire. “De Catador para Catador”, compõe uma das estratégias do movimento para realizar formação de base, dentro de cooperativas e associações, dos encontros e seminários, entre outros espaços formativos (ALVES, 2016).

alienação [...] é provocante porque é politizadora e conscientizadora. Ela é ativa porque gera participação. É democrática porque é o exercício da cidadania. É autônoma porque nega a tutela e é geradora da renda e do trabalho que consolidam a independência dos indivíduos e os grupos sociais. A solidariedade é um projeto social que transforma as relações, as representações, as atitudes e as estruturas que escravizam o ser humano que gestam “Ser menos”. A solidariedade articula o “Ser mais”, isto é, a superação da miséria, do analfabetismo, do desemprego, da exclusão social. Ela é desafiante e põe os indivíduos em a ação, sabem o sentido da ação e constroem para ela um projeto, uma transcendência (ZART, 2004, p. 79).

Quando eles são éticos, honestos, justos, solidários, unidos, companheiros e abertos ao diálogo, eles estão priorizando o processo da humanização, deslocando-se do eixo de exploração do capital que apenas foca o quanto vão ganhar ou não financeiramente. Não estamos aqui afirmando que esses trabalhadores não necessitem de dinheiro para viver em nossa sociedade que é capitalista, porém, o ganhar, o competir, o consumir e o ter para acumular não está no centro do processo de produção de vida desses trabalhadores.

Esse contexto do Trabalho Associado na ASCAPAN que, ao mesmo tempo, também é pedagógico, busca trabalhar a Autogestão como um meio para produzir práticas de liberdade e de autonomia desses trabalhadores, contrapondo-se à lógica do capital. Essa lógica não está presente apenas na dimensão do trabalho assalariado\alienado, mas também na hierarquização das relações, na concorrência, no fomento ao esvaziamento do diálogo, na produção do individualismo e cria limitações para a união entre os trabalhadores e trabalhadoras.

Em todas as situações em que os Catadores se reúnem, seja para dialogar entre si, com o Poder Público, com a Universidade ou com a comunidade, eles estão exercitando, na prática, como ouvir o outro, objetivando construir condições favoráveis a todos. E mesmo que haja opiniões divergentes sobre alguma pauta, que, aliás, é um dos elementos necessários para o diálogo, reconhecer o pensar diferente fortalece o diálogo. Ainda assim, existe o estar junto, o compartilhar experiências, o ato de se responsabilizar pelo que está sendo produzindo. Os Catadores podem, em certa medida, não possuir ainda uma dimensão exata do que são essas práticas de resistência, mais a vida se decide na ação sobre o mundo.

Esses trabalhadores conjugam o ato do Trabalho Associado com o ato de produzir seu sustento, o de se posicionarem politicamente, o de aprender coisas novas, o de ensinar aqueles com os quais convivem, o contar sua história como aquela que a faz e fez acontecer, o de saber que errar são tentativas que falharam, mas sem elas não se aprenderia a ser em um movimento de Catadores e Catadoras constante. Para o Entrevistado n. 02 e o

Entrevistado n. 03, o principal desafio são os materiais recicláveis que chegam ao empreendimento misturados com rejeitos. Essa fala evidencia um dos limites desse contexto. Se, por um lado, demonstra que a população Cacerense ainda não exercita os princípios de Educação Ambiental, separando os materiais, por outro lado indica a omissão do Poder Público em continuar a realizar campanhas de sensibilização e educação ambiental. Essa não é uma ação difícil de fazer. É só articular parceiras institucionais via Centro de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica - (CEFAPRO), e chamar o Instituto Federal de Mato Grosso - (IFMT) e a Universidade do Estado de Mato Grosso - (UNEMAT). Também pode ser feita pelos próprios Catadores. Resultados de pesquisas realizadas no Nordeste brasileiro por Barros, Ferreira e Tavares (2019, p. 90) mostram:

as dificuldades enfrentadas também se relacionam a recursos e ao apoio do poder público. Atualmente, o maior dos empecilhos para o funcionamento da rede tem sido, segundo os próprios Catadores, a falta de apoio do poder público municipal. Inexistem políticas públicas de fomento à coleta seletiva, de educação ambiental e de remuneração das atividades de limpeza pública urbana praticadas pelos Catadores.

Ou seja, os/as Catadores/as podem fazer essa atividade desde que prevista no contrato. Isso consome tempo e muita energia, mas melhora a qualidade da coleta seletiva e a consciência ambiental do cidadão em geral.

No caso da ASCAPAN, os materiais recicláveis que chegam misturados com os rejeitos afetam o desempenho das atividades dos Catadores. Essa visão crítica que os Catadores construíram é importante, pois ela desvela que eles também pensam no ato educativo da própria sociedade em que estão inseridos. O cumprimento das normas estabelecidas, como a Lei nº 2.367/2013, que implantou o “Programa Cáceres Recicla”, por parte do Poder Público local é um desafio. Esse Programa prevê a coleta seletiva domiciliar, sobre a qual a população passa a ter maior compreensão em relação à primeira separação dos resíduos, que deve acontecer nas residências. Essa Lei também normatiza a prestação do serviço público da coleta seletiva, indicando que deverá ser executada por Cooperativas e Associações Autogestionárias de Catadores.

Ainda no âmbito da referida Lei, em se tratando de aspectos econômicos e sociais, o município deve remunerar as Cooperativas ou Associações por toneladas comercializadas, referenciadas no preço estabelecido para os contratos da coleta convencional de resíduos domiciliares, seu ajuste e aditamentos, e organizar estratégias para manter o controle e o

contínuo das quantidades comercializadas (CACERES, 2013). Portanto, os Catadores poderiam estar contribuindo cada vez mais com a população para que ela vá criando o hábito de aprender a fazer o descarte correto dos resíduos produzidos nas residências. Esses trabalhadores e trabalhadoras mais do que fazer uma atividade de separação para receber determinado valor por hora trabalhada, poderiam estar na condição de educadores ambientais populares, ajudando nas campanhas de divulgação e ações formativas para sensibilizar a sociedade sobre os impactos que o descarte incorreto dos resíduos sólidos pode provocar no meio ambiente. Essa preocupação com as questões ambientais é intrínseca às atividades dos/as Catadores/as. Para Sguarezi, Sguarezi e Souza (2018, p. 112), “nos grupos de Catadores e Catadoras isso é implícito, uma vez que estes retiram milhares de toneladas de materiais recicláveis que iriam para a natureza ou para os aterros, diminuindo sua vida útil e aumentando o custo da gestão dos resíduos sólidos”.

Além disso, a Educação Ambiental pode contribuir muito para aumentar a eficiência da coleta seletiva realizada pela ASCAPAN. Para Botelho *et al* (2018, p. 297),

a educação ambiental tem papel fundamental nessa iniciativa, pois visa conscientizar a comunidade dos benefícios da coleta seletiva dos RSU para a conservação do meio ambiente. Para que ocorra a promoção da educação ambiental e o processo de mudança de comportamento social, não é necessário apenas informar, mas gerar uma ação transformadora no cotidiano dos envolvidos. E os melhores locais para abordar essa questão são as escolas e as comunidades, sempre que possível, de forma direta e acessível. A reflexão sobre as questões ambientais proporciona a oportunidade de compreender e aprimorar o processo educativo de modo que seja articulado e compromissado e envolva com entusiasmo os atores sociais, tanto os que auxiliam no processo de mudança na forma do pensar através do conhecimento e de práticas educativas, como aqueles que recebem as informações de diferentes áreas do saber para aperfeiçoarem a maneira de perceber e agir corretamente no seu meio.

A Educação Ambiental comporta muitas possibilidades. Esse aprendizado sobre a separação e a destinação adequada dos resíduos permitiria aos Catadores da ASCAPAN aumentar a quantidade dos materiais com os quais trabalham, pondo em prática a logística reversa<sup>25</sup> e aumentando sua renda. Segundo o Entrevistado n. 5, existia a possibilidade de a ASCAPAN “[...] ter um grupo maior de sócios se o município cumprir os seus deveres de incluir nós Catadores na coleta seletiva”. Isso mostra o interesse dos Catadores/as em

---

<sup>25</sup> A Logística reversa é definida pela Lei 12.305/2010 como "instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada". Política Nacional de Resíduos Sólidos (BRASIL, 2010, Art. 31, IV).

agregar mais trabalhadores/as e companheiros de luta, que conheçam essa realidade e que desejem transformá-la, pois a Economia Solidária comporta iniciativas inclusivas do ponto de vista social, ambiental, econômico e cultural.

Os tipos de empreendimentos frequentemente encontrados como objeto dessa abordagem são aqueles de produção de bens materiais, uma vez que esse perfil de atividade é entendido como fundamental para inclusão dos trabalhadores, pois são eles que possibilitarão a produção de riqueza, o ingresso de renda e, conseqüentemente, a mobilidade social dos trabalhadores associados (LEAL, p. 85).

Ou seja, a coleta seletiva com a inclusão socioproductiva de Catadores e Catadoras de materiais recicláveis carrega, em sua essência, o compromisso com uma sociedade sustentável, com a busca pelo Bem Viver, com a autonomia desses trabalhadores e trabalhadoras, a busca pela sua emancipação pelos princípios da Cooperação, a Autogestão, a Solidariedade e a Ação Econômica.

## **6 CONSIDERAÇÕES TRANSITÓRIAS**

Aqui não apresentamos uma conclusão, mas considerações transitórias que, a partir do nosso olhar, dialogam com os objetivos do trabalho. Partimos com a pretensão de analisar os limites e as possibilidades do processo de organização do Trabalho Associado vivenciados pelos sócios da Associação Cacerense de Catadores de Materiais Recicláveis do Pantanal (ASCAPAN), localizada no município de Cáceres-MT, Brasil.

Encontramos limites, possibilidades e, além disso, muitas contradições que perpassam esse processo de construção de uma experiência de Autogestão. Essa experiência ousada e rica, ainda que embrionária, muito nos ensinou e ainda vai ensinar, por isso a transição não está apenas no sentido de sair do trabalho precário e avançar para o Trabalho Associado com base na Autogestão. A transição também está no nosso processo de aprendizagem. Ainda é possível aprender com essa experiência, porque se trata de uma experiência inacabada, em processo.

Apresentamos, neste capítulo, os resultados que foram possíveis de extrair até agora, reflexões limitadas ao nosso olhar sobre esse trabalho de pesquisa e investigação, porém, não é uma conclusão. Preferimos o termo considerações transitórias porque a dinâmica da vida, da sociedade, e mesmo dos estudos e pesquisas, faz com que, no perpassar dos dias, a realidade já possa ter se alterado. A efemeridade da vida também está no mundo do trabalho, e nas experiências de Trabalho Associado e Autogestão está ainda mais presente.

O Empreendimento Econômico Solidário (EES) que serviu de cenário para este estudo continua realizando os serviços com os materiais recicláveis. Algumas das pessoas, sujeitos desse processo de organização, foram cada uma com suas possibilidades, cuidar de suas vidas, talvez de forma individualizada e, quem sabe, inseridas novamente na precariedade do trabalho, mas, apesar disso, ficou a experiência, o aprendizado na vida dessas pessoas.

A experiência do Trabalho Associado e Autogestão, no caso investigado, não sucumbiu, mas enfrenta dificuldades de todo o porte para se consolidar. Desde não participar do processo licitatório que foi aberto, e a chamada deu deserta em 2018, até seus problemas graves de infraestrutura permanecem. Frente a nossa análise, nesse momento



A riqueza dos resultados dessa figura não esconde os limites e as contradições. E um dos limites está na incapacidade do Poder Público local para implementar a Política Pública anunciada no “Programa Cáceres Recicla”. A coleta seletiva não foi implantada. E se não há coleta seletiva conforme previa a lei, não há material e, assim, não existe a possibilidade da Ação Econômica. Se não há produção, não existe a mínima possibilidade de um empreendimento se consolidar, seja ele do mundo da Economia Solidária ou não.

Pelas respostas dos Catadores podemos afirmar que uma possibilidade é a educação, é o processo de formação de Educação Popular. É o processo de incubação. Essa tecnologia social aportada pela Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis (INCUBEES), vinculada à Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (UNITRABALHO), alocada na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)/Cáceres-MT, é uma metodologia de referência que pode e deve ser reaplicada. Porém, a educação apenas não resolve o problema. É fundamental que ela esteja vinculada ao processo produtivo.

No que se refere ao perfil dos Catadores de Recicláveis, foi possível identificar uma peculiaridade: 100% são homens. Enquanto no caso da Coopertan, segundo Sguarezzi *et al* (2019, p. 256), “no que se refere à relação de gênero dos sócios os dados mostram que a maioria, em torno de 67%, são mulheres, e 33% são homens” (IPEA, 2013). A realidade da ASCAPAN também se distânciava em relação à realidade brasileira, a qual mostra que, no Brasil, 48,4% dos Catadores são homens e 51,6% são mulheres. O perfil dos associados da ASCAPAN destoava da realidade urbana e rural da maioria dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) no Brasil. Barros, Ferreira e Tavares (2019, p. 91), em recente investigação, mostram que,

em relação ao perfil, os participantes são de origem rural e trabalham com produção agroecológica e orgânica [...] Destaque-se ainda que há um número significativo de mulheres ocupando esse espaço [...] A maioria participa intensamente de associações e movimentos sociais e está comprometida com as feiras semanais em suas localidades. Destaque-se ainda que há um número significativo de mulheres ocupando esse espaço.

Será que a ausência de mulheres na ASCAPAN não é um fator preponderante para ampliar os problemas, sejam estes internos ou externos? A participação em Movimentos Sociais tem produzido conscientização suficiente para fazer a diferença no cotidiano da associação e na sua relação com a sociedade e o Poder Público local? Essas também são perguntas para futuras pesquisas.

No que se refere à faixa etária, a maioria dos trabalhadores, sujeitos da pesquisa (quatro) e sócios da ASCAPAN tem mais de 40 anos. Esse índice se relaciona à média de idade apresentada no Brasil que, segundo o IPEA (2013), também está acima de 40,0 anos. Essa realidade também é encontrada em Tangará da Serra-MT, no caso da Coopertan, pois, segundo Sguarezi *et al* (2019, p. 256), “a maioria dos/as trabalhadores/as, Catadores e Catadoras tem acima de 40 anos de idade”.

Tratando-se da comparação dos dados sobre o grau de escolaridade dos associados da ASCAPAN, com os dados dos/as demais Catadores/as na espera nacional, sistematizados pelo IPEA (2013), constatamos que na Associação investigada a situação é melhor, não apresentando pessoas analfabetas. É possível afirmar que o nível de escolaridade pouco influencia as relações de Solidariedade e Cooperação, pois o estudo mostra que entre os Catadores, sujeitos da pesquisa, existe um processo de troca de aprendizagens, de saberes e experiências. Experiências de Autogestão, propiciadas pelo Trabalho Associado, as quais transpõem os portões da ASCAPAN e chegam de volta à universidade. Por sua vez, esses sujeitos, ao partilharem seus conhecimentos, seus saberes suas experiências de forma solidária com esta pesquisa, fazem com que esse cabedal de retornam para a UNEMAT, e para a sociedade na forma desta pesquisa. O que também aponta para a possibilidade da pedagogia da autogestão. O perfil dos sócios da ACAPAN pode ser cotejado com o perfil dos Catadores e Catadoras de Juazeiro, na Bahia.

Na pesquisa constatou-se que ali havia 220 Catadores permanentes, com idade entre 10 e 60 anos, alguns dos quais com mais de vinte anos na catação do lixo. A renda mensal era muito variável, oscilando entre 70 e 400 reais, e apenas 26% dos entrevistados possuíam casa própria, construída de forma precária. Nenhuma habitação estava ligada à rede de esgoto e à energia elétrica, e 69,3% delas eram feitas ilegalmente. As famílias numerosas tinham entre cinco e sete filhos em média, embora se tenham detectado também algumas com até doze filhos. A escolaridade era muito precária: 33,8% eram analfabetos e a maioria, 48,6%, tinha no máximo quatro anos de estudo. Apenas 17,6% possuíam até oito anos de estudo, mas, como eles mesmos informaram, feitos de forma não sequenciada, com entradas e saídas para trabalhar e com qualidade muito duvidosa (BARROS; FERREIRA; TAVARES, 2019, p. 98).

Ou seja, há evidências de uma reprodução do perfil desses trabalhadores. Poucos são os critérios de análise que se diferenciam da realidade de Cáceres com a realidade brasileira. E, infelizmente, o ponto comum inclui a invisibilidade, a precariedade escolar, a precariedade em relação ao trabalho. Um contexto histórico de exclusão e exploração.

Porém, é possível perceber que outro ponto comum é a vontade de sair dessa condição, é a vontade que se transforma em atitude e luta por uma condição menos miserável.

A renda se diferencia bastante. Essa é outra possibilidade da Economia Solidária, a possibilidade da geração de Trabalho Associado que gera renda. E não deixa de ser uma resposta aos problemas estruturais que o Brasil enfrenta. Dados mostram que o problema do desemprego que solapa o país atinge grande parte de trabalhadores e trabalhadoras que estão acima dessa faixa etária. Dados do IPEA (2016) mostram que o desemprego cresceu acima da média para as pessoas acima dos 40 anos. A taxa de desocupação aumentou 46% em um ano para quem está na faixa de 40 a 59 anos, enquanto para a população com 25 a 39 anos o crescimento foi de 27%. Entre pessoas de 60 anos ou mais, o incremento foi de 33%. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) Contínua do IBGE, que analisou o mercado de trabalho brasileiro no 3º trimestre de 2016. Ou seja, para trabalhadores e trabalhadoras nessa faixa etária, o Trabalho Associado, via Autogestão, como propõe a Economia Solidária é uma possibilidade. Trata-se de alternativa real para que esse conjunto de trabalhadores e trabalhadoras desenvolva uma atividade econômica. Daí a necessidade de políticas públicas de inclusão socioprodutiva para esses trabalhadores e trabalhadoras.

Apesar disso, esses/as trabalhadores e trabalhadoras, por estarem dentro de uma associação, não estão livres do trabalho precário. A precariedade está na estrutura física, no barracão, na falta de ferramentas, máquinas e equipamentos. Essa estrutura é básica para que eles possam desenvolver a coleta seletiva, e como previsto pela PNRS 2010 e pela política pública do Programa Cáceres Recicla, é obrigação do Poder Público municipal providenciar essas condições. Apesar de procurar a superação dessa realidade pelo Trabalho Associado, via Autogestão, os Catadores, “aqueles que exercem suas atividades ao longo do dia, coletam, separam e vendem o que as casas, comércios e indústrias descartam. Muitas vezes trabalham em péssimas condições, de forma solitária e isolada, e não conseguem bons preços para seus resíduos” (PINHEL, 2013, p. 11). Os limites que se apresentam na tentativa de tirá-los dessas péssimas condições são, principalmente, a idade e a baixa escolaridade e falta de qualificação que dificultam o acesso ao mercado de trabalho formal. O caso da ASCAPAN mostra que, pelo Trabalho Associado, via Autogestão, apesar dos limites é uma possibilidade para incluir pessoas com limitações para acesso ao mundo do trabalho.

Em se tratando de possibilidades sobre o processo de organização dos Catadores da ASCAPAN, esta investigação tornou possível observar vários aspectos. Ao buscar investigar, com base no processo de organização do Trabalho Associado e nas relações de produção, a ausência ou a emergência de práticas coletivas autogestionárias emancipatórias, e; identificar a concepção de Trabalho Associado, Autogestão, foi possível aprender bastante. O IBGE (2010) afirma que 160 milhões de pessoas, no Brasil, vivem nos grandes centros urbanos, e em torno de 400 mil são Catadores de Materiais Recicláveis declarados. Nesse aspecto, a tentativa embrionária de organização dos Catadores da ASCAPAN mostra caminhos possíveis, sendo um deles a capacidade de organização das pessoas para atingir determinado fim econômico. Porém, é fundamental a Ação Econômica.

A Ação Econômica, no caso, tinha sua fonte na coleta seletiva que não foi implantada conforme determina o Programa Cáceres Recicla, tendo como base a Lei 2.367/2013. A construção de um marco regulatório passou por diferentes etapas: a elaboração do Projeto de Lei, a submissão ao Poder Legislativo para discussão e aprovação e a sanção pelo executivo. Na etapa da submissão ao Legislativo outras fases podem ganhar destaque, tais como o pedido de vistas pelo legislador, consulta à sociedade através de audiências públicas ou outras estratégias. E por fim, sendo sancionado o Marco regulatório passa a ter validade de Lei podendo ser regulamentado. Apesar de todo esse processo, do envolvimento da sociedade e de diferentes instituições, dentre elas o poder executivo, o poder legislativo e o poder judiciário e aprovada a lei, a mesma, não foi cumprida. Essa é a maior contradição apontada pela pesquisa.

Outro achado da pesquisa foi a possibilidade de parcerias entre diversos atores, instituições públicas que se mostraram comprometidas em prol da população de uma cidade, no sentido de implementar a coleta seletiva com a inclusão socioproductiva de Catadores/as. Esse processo deixou um aprendizado, mas também inquietações. Retomam-se, aqui, perguntas que fizemos no desenrolar deste estudo, e que precisamos reafirmá-las no seu fechamento. O conjunto de perguntas que não conseguimos responder é: Por que nenhuma das duas Cooperativas de Catadores/as de Cáceres compareceu à Chamada Pública 001/2017? Nem a Cooperativa Mista de Desenvolvimento de Cáceres (COOMDEC), nem a Cooperativa Cidade Limpa (COOPERLIMP) e tampouco a Associação Cacerense das Catadoras e Catadores de Material Reciclável do Pantanal (ASCAPAN) compareceu à licitação. A ausência aconteceu por falta de competência

técnica gerencial por parte dessas cooperativas e da ASCAPAN? A ausência da COOMDEC e da COOPERLIMP ocorreu porque essas cooperativas não se enquadravam no perfil que exigia o edital? Por acaso a não participação no referido edital foi motivada por algum conflito político entre os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) que representavam os/as Catadores/as e a posição do representante do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR-Local)?

Poucas são as respostas. A única certeza é que a coleta seletiva não foi implementada. Os/as Catadores/as continuam sem o material e sem as condições básicas para operar o processo. E essa condição material básica, a estrutura física, as máquinas e equipamentos dentro do Centro de Triagem onde funciona a ASCAPAN são de responsabilidade do Poder Público Local. A operação da coleta seletiva, seja porta a porta nas residências, seja nos pequenos comércios do município é de responsabilidade de quem gerencia os resíduos sólidos urbanos, no caso a Autarquia Águas do Pantanal. Cremos pertinente perguntar: faltou vontade política do Poder Público Local? Faltou competência técnica e política dos gestores públicos locais? Faltou expertise?

Enfim, o que faltou para esse processo que envolvia um plano muito bem elaborado? Um plano que pensou a política pública de forma participativa; envolveu Catadores e o MNCR-Local; envolveu a UNEMAT/INCUBEESS, com sua longa experiência em incubação; envolveu o CEFAPRO, liderando um processo de Educação Ambiental. O Plano teve a participação do Ministério Público Estadual que fez o Poder Público Local cumprir um Termo de Ajuste de Conduta. Essas instituições, suas práticas, suas metodologias, sua expertise foram colocadas no processo, mas por que o processo ainda não se concretizou? Por que o município de Cáceres, apesar de todo esse esforço institucional, até hoje (junho de 2019) não conseguiu implementar a coleta seletiva? Não conseguiu contratar os Catadores da ASCAPAN para efetuar esse trabalho?

Consideramos que o problema não ocorreu por falta de querer dos Catadores da ASCAPAN. Volto a insistir: não conseguimos responder essas questões devido à complexidade do problema. Tampouco, por má fé dessas instituições. Na verdade, o empenho e o interesse do Ministério Público Estadual em fazer cumprir a legislação, a capacidade da Universidade/UNEMAT/INCUBEESS em desenvolver programas de educação, formação e incubação, o papel importante do CEFAPRO na educação Ambiental e juntos numa grande mobilização de outras entidades da Sociedade Civil Organizada,

tornaram possível a estratégia de organização dos Catadores de Cáceres. Apesar de todo esse envolvimento, por que a implementação da política pública fracassou? É culpa dos Catadores? — apesar do querer dos Catadores da ASCAPAN, do querer dessas instituições. Deixo essa pergunta para a reflexão do leitor: onde falhamos?

No decorrer da pesquisa, vários Catadores disseram: “*a corda sempre arrebenta do lado mais fraco*”. Por isso, sinceramente não acreditamos, até pelos resultados das entrevistas, pelos resultados da investigação, que o problema esteja lá nos Catadores da ASCAPAN. E voltamos a perguntar: Por que esse processo não foi exitoso do ponto de vista da implementação da coleta seletiva com a inclusão socioprodutiva de Catadores/as mediante uma Chamada Pública? A INCUBEESS/UNEMAT apoiava? Incubavam a ASCAPAN naquele momento da Chamada Pública? Como ocorreu o papel da incubadora naquele momento? Por que esse trabalho não teve continuidade? E de que modo o Ministério Público Estadual participou do processo depois da Chamada Deserta? Qual foi a participação dos outros atores envolvidos com o Programa Cáceres Recicla? E como se comportou o Poder Público local diante dessa situação?

A nossa pretensão nesta dissertação não é responder essas questões. Mas elas precisam estar aqui para provocar futuras pesquisas, e mais do que isso, provocar uma reflexão das organizações envolvidas nesse processo. O que essas instituições aprenderam com essa experiência? A Sociedade Civil cacerense vai fazer o quê diante do desafio e a da responsabilidade que ela tem no sentido de implementar o Programa Cáceres Recicla?

A não implantação da coleta seletiva pelo Poder Público de Cáceres na execução da Política Pública do Programa Cáceres Recicla parece mesmo uma decisão política, ou, quem sabe, a falta de uma decisão política; a falta de habilidade ou expertise para lidar com esse público, com essa questão. Não atender à lei e a esse público, não efetivar a coleta seletiva é não se preocupar com as questões de saúde pública, é não dar importância às questões ambientais, não reconhecer os impactos econômicos positivos desse processo, especialmente numa cidade turística, nossa Princesinha do Paraguai.

Ao constatarmos que o marco regulatório foi estabelecido, os Catadores organizados, a Universidade realizando o que é sua expertise, que é a formação e qualificação através das metodologias de incubação; o CEFAPRO fazendo Educação Ambiental e o Ministério Público provendo os recursos financeiros via TAC, percebemos que toda essa mobilização, todo esse esforço não foi suficiente, pois as possibilidades se

transformaram em desafios, e estes, em limites, evitando o acesso da sociedade cacerense à Política Pública de Saneamento com qualidade e sustentabilidade e limitando a possibilidade de organização e autonomia econômica para esse conjunto de trabalhadores e trabalhadoras que, ao nosso ver, fizeram a sua parte. O que faltou foi o material, foi a coleta seletiva, a produção para que os Catadores da ASCAPAN realizassem o seu trabalho.

O Trabalho Associado e a Autogestão não são a tábua de salvação para todas as mazelas sociais. Mas são alternativas viáveis do ponto de vista econômico, social, político e ambiental. Embora a Economia Solidária, o Trabalho Associado e Autogestão se coloquem como mais uma das alternativas contra-hegemônicas, seu objetivo, nesse momento, não é a de outra hegemonia. É sim, enquanto embrião de coisas novas, o de aglutinar pessoas que, juntas, em sociedade, embora na sua diversidade, possam superar suas contradições e pavimentar novos caminhos rumo a *outro mundo possível* (SGUAREZI; BÓGUS, 2012, p. 08).

Nesta investigação nos esforçamos para compreender as contradições do processo de autogestão dentro da ASCAPAN. Percebemos que elas existem, estão aí. São latentes. Mas percebemos o quanto a Sociedade Civil ainda não sabe lidar com a democracia, com a participação. Tampouco o Estado, o Poder Público local, ainda preso nas amarras da burocracia estatal, sabe lidar com a democracia. Tanto a Sociedade Civil quanto o Estado estão presos a uma lógica autoritária e pouco inclusiva. Quando exploramos a questão das políticas públicas e os desafios da inclusão socioproductiva dos/as Catadores/as de materiais recicláveis percebemos que a autogestão é uma questão interna das associações e cooperativas de Catadores/as do MNCR, mas que comporta muita contradição, principalmente frente ao Estado. Nesse sentido, a pesquisa evidenciou que, apesar desses trabalhadores terem se apropriado dos conceitos, ainda estão distantes das práticas que exigem os princípios da Economia Solidária.

O enfrentamento das contradições do mundo do trabalho no processo de transição, do trabalho precarizado ao Trabalho Associado pela lógica da Autogestão comporta uma prática pedagógica importante, necessária, mas muito difícil de ser assimilada. Isso exige um longo tempo de formação e experiência cotidiana e, necessariamente, comporta também, no mesmo processo, a pedagogia da Autogestão, conforme defende Nascimento (2011).

Quando a experiência se expande para a sociedade, para o município, locus onde acontece a participação e onde os problemas e as soluções ocorrem, os desafios práticos da aplicação das políticas públicas e da participação das pessoas e das instituições parecem invencíveis. As iniciativas, as soluções esbarram na burocracia, na falta de aprendizado das pessoas em lidar com a inclusão, em trabalhar com as diferenças. A lógica do capital, do Estado, da burocracia sufoca qualquer processo e até adoece as pessoas. Apesar desses desafios, foi possível aprender com a experiência investigada. De forma dialógica ela joga luz na caminhada e tenta resgatar a utopia do inédito viável. A coleta seletiva precisa ser implementada em Cáceres. E, necessariamente, na nossa concepção, tem que haver a participação dos/as Catadores/as.

Portanto, é fundamental que as instituições do Estado e a Sociedade Civil compreendam os desafios epistemológicos, conceituais e práticos do exercício da Economia Solidária que traz como princípios a Autogestão, o Trabalho Associado, a Cooperação e a Ação Econômica. Nesse sentido, a Educação Popular se apresenta como uma alternativa para reconstruir caminhos.

Diante dessa experiência aqui apresentada, fica a incerteza, a inconclusão, ficam mais perguntas do que respostas. Porém, é fundamental continuar estudando essa relação da gestão dos resíduos sólidos, das políticas públicas, principalmente aquelas que têm compromisso com a inclusão socioprodutiva desses Catadores. Esperamos que a experiência de organização dos Catadores de Materiais Recicláveis de Cáceres da ASCAPAN, narrada nessa dissertação, apesar de suas fragilidades, possa servir para produzir reflexões, direcionar propostas futuras tanto de organização dos/as Catadores/as quanto de pesquisas que avancem no processo de compreender a relação da Sociedade Civil com o Estado; processo que nos leve a compreender principalmente que a participação social ainda é embrionária, e parece que depende efetivamente do Poder Público.

Por fim, sabemos que a Educação Popular, a Educação Ambiental, a Economia Solidária pelos princípios da Cooperação, Autogestão, Solidariedade e Ação Econômica não se alcançam por decreto. Vontade política, determinação e decisão política também não. De nada adianta uma lei, um marco regulatório construído, três poderes envolvidos se essa decisão política do Poder Público local não for realmente comprometida com os processos de transformação. Daí, podemos inferir que a Autogestão carrega um processo de

aprendizagem, e que há uma pedagogia da Autogestão, mas para seu efetivo exercício é fundamental *uma Autogestão da pedagogia*. É o que afirmam os autores aqui trabalhados.

## 7 REFERÊNCIAS

AUTARQUIA ÁGUAS DO PANTANAL: Serviços de Saneamento Ambiental. **Chamada Pública 001/2017, datada de 19 de setembro de 2018**. Processo Administrativo Protocolo 177/2017. Comissão Especial de Habilitação da Autarquia Águas do Pantanal, Cáceres, 2018.

ALVES, Adriana Silva. **Formação “de Catador para Catador”**: o movimento nacional dos Catadores na construção de sua autonomia político pedagógica. 2016. 139 f., il. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/20079>. Ou [file:///C:/Users/Sandro%20Sguarezi/Downloads/2016\\_AdrianaSilvaAlves.pdf](file:///C:/Users/Sandro%20Sguarezi/Downloads/2016_AdrianaSilvaAlves.pdf).

ABRELPE. Associação Brasileira de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. **Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil - 2017**. Disponível em: [https://belasites.com.br/clientes/abrelpe/site/wp-content/uploads/2018/09/SITE\\_grappa\\_panoramaAbrelpe\\_ago\\_v4.pdf](https://belasites.com.br/clientes/abrelpe/site/wp-content/uploads/2018/09/SITE_grappa_panoramaAbrelpe_ago_v4.pdf). Acesso em: 27 jul. 2019.

ALENCAR, M. C. B.; CARDOSO, C. C. O.; ANTUNES, M. C. Work conditions and health symptoms of rag pickers. **Revista de Terapia Ocupacional & Saúde Coletiva**. Curitiba, PR, v. 10, p. 49-61, 2005. Suplemento. ISSN 1413-8123.

ARAÚJO. Regiane Caetano de. A cultura do lixo, seus estigmas e relações com coletores de Materiais Recicláveis. IN: XV Encontro de ciências sociais do Norte e Nordeste e Pré-atas Brasil - 2012, Teresina. **Anais do 15º Encontro de ciências sociais do Norte e Nordeste**. Teresina: UFPI. 2012: Disponível em: <http://sinteseeventos.com.br/ciso/anaisxvciso/resumos/GT30-11>: Acesso em: 10 jun. 2018.

ARAÚJO, Laura Filomena Santos de *et al.* Diário de pesquisa e suas potencialidades na pesquisa qualitativa em saúde. **Revista Brasileira Pesquisa Saúde**, Vitória, Espírito Santo, p. 53-61, jul./set. 2013.

ARRUDA, Erika Fátima. **Organização do trabalho associado no Centro Público de Triagem no município de Cáceres – MT – Brasil**. Especialização em Economia Solidária e Políticas Públicas, Universidade do Estado de Mato – Grosso (UNEMAT), Cáceres, 2017.

ARRUDA, Marina Marques de. **Aprender e Ensinar nas Barrancas do rio Paraguai**: Articulação entre Educação Formal e Educação não Formal no Processo de formação das mulheres pescadoras do Proeja-FIC em Cáceres – MT. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado de Mato Grosso, Mato Grosso, 2017.

ASSOCIAÇÃO CACERENSE DOS CATADORES E CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DO PANTANAL - ASCAPAN. **Ata de Fundação e Estatuto Social**. Cáceres, MT: Cartório do 2º Serviço Notarial e Registral de Cáceres, MT, 2017.

BORGES, Luís Juliano. Educação e Desenvolvimento de Empreendimentos solidários. In: ZART, Laudemir Luiz; VAILANT, Clovis (Orgs.). **Incubação em Economia Solidária: empreendimentos em redes e resistência camponesa**. Cáceres/MT: UNEMAT, 2014.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A educação como cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; BORGES, Maristela Correa. A Pesquisa Participante: um momento da educação popular. **Revista de Educação Popular**, v. 6, n. 1, set. 2007.

BOTELHO, Louise de Lira Roedel; SCHERER, Luciana; ALVES, Alcione Aparecida de Almeida *et al.* ITCEES – UFFS e os Catadores de resíduos sólidos urbanos (RSU) um relato de experiência para a mudança de perspectivas. In: ADDOR, Felipe; LARICCHIA, Camila Rolim (Orgs.). **Incubadoras tecnológicas de economia solidária**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2018.

BARROS, Cicera Keliciane de; FERREIRA, Jéssica Monteiro; TAVARES, Augusto de Oliveira. Incubação em Economia Solidária a experiência da ITEPS no Cariri Cearense. In: ADDOR, Felipe; LARICCHIA, Camila Rolim. **Incubadoras tecnológicas de economia solidária** (Orgs.). Rio de Janeiro: UFRJ, 2018.

\_\_\_\_\_. Quem são os autores? Somente os primeiros ou os do **IN** também? **O que é Educação Popular**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BRASIL. **Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólido (PNRS), altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e dá outras providências. Brasília, DF: 2010.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 – Código Civil**. Brasília, DF: Palácio do Planalto, 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm)>. Acesso em: jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **Marco de referência da educação popular para as políticas públicas**. Secretaria Geral da Presidência da República, Secretaria Nacional de Articulação Social, Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã. Brasília, 2014.

CÁCERES, Lei Municipal nº 2.367/2013, de 20 de maio de 2013. **Programa Cáceres Recicla**. Disponível em: <https://www.aguasdopantanal.eco.br>. Acesso em: mar. 2018.

CALDART, Roseli Salete (Org.). **Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas**. – Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2002.

CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CADERNO PEDAGÓGICO. **Práticas de incubação solidária/Unemat**, Cáceres, v.4, n. 1, 2016.

CHIARIELLO, Caio Luis; EID, Farid. A politecnia na formação para o trabalho associado em cooperativas populares. **Retratos de assentamentos**, v.16, n.2, 2013.

CHIARIELLO, Caio Luis; EID, Farid. **A Politecnicia na Formação para o Trabalho Associado: cooperação e autogestão para um desenvolvimento justo e sustentável**. Brasília: FBES, 2012.

CANÇADO, A. C. A construção da Autogestão em empreendimentos da Economia Solidária: uma proposta metodológica baseada em Paulo Freire. In: CANÇADO, A. C.; CANÇADO, A. C. M. G. (Orgs.). **Incubadora de Cooperativas Populares: metodologias dos indicadores de desempenho**. 2. ed. Palmas: Futura, 2009.

CATTANI, Antonio. D. Emancipação social. In: CATTANI, Antonio (Org.). **Dicionário internacional da outra economia**. Almedina/CES: Coimbra, 2009.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e contradição**. São Paulo: Cortez, 2000. Cap. 2-3. p. 53-86.

DAL RI, Neusa Maria. Trabalho associado, economia solidária e mudança social na América Latina. In: DAL RI, Neusa Maria. (Org.). **Trabalho associado, economia solidária e mudança social na América Latina**. Associação das Universidades Grupo Montevidéu. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília. Oficina Universitária; Montevidéu: Editorial PROCOAS, 2010. p. VII-XII.

DEMO, Pedro. **Cidadania Tutelada e Cidadania Assistida**. São Paulo: Cortez, 1995.

DICKMANN1, Ivo; RUPPENTHAL, Simone. Educação ambiental freireana: pressupostos e método. **Revista de Ciências Humanas - Educação**, v. 18, n. 30, p. 117-135 | jul. 2017.

FÁVERO, O. (Org.). **Cultura popular, educação popular: memória dos anos 60**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

\_\_\_\_\_. **Uma pedagogia da participação popular: análise da prática educativa do MEB – Movimento de Educação de Base (1961/1966)**. Campinas: Autores Associados, 2006.

FISCHER, Maria Clara; TIRIBA, Lia. Saberes do Trabalho Associado. In: CATTANI, Antônio David *et al.* **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra, Portugal: Almedina; CES (Série Políticas Sociais), 2009.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da liberdade**. 16. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

- \_\_\_\_\_. **Cartas à Guiné-Bissau:** registros de uma experiência em Processo. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- \_\_\_\_\_. Conscientização e alfabetização: uma nova visão do processo. In: FÁVERO, O. (Org.). **Cultura popular, educação popular:** memória dos anos 60. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- \_\_\_\_\_. **Conscientização:** teoria e prática da libertação. Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Moraes, 1980.
- \_\_\_\_\_. **Educação como prática da liberdade.** 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- \_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Pedagogia da indignação:** cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- \_\_\_\_\_. **Professora SIM, tia NÃO:** cartas a quem ousa ensinar. 11 ed. São Paulo: Olho d'Água, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- \_\_\_\_\_. **A importância do ato de ler:** em três artigos que se completam. 23. ed. São Paulo: Autores Associados, 2001.
- FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antonio. **Por uma pedagogia da pergunta.** Revisão e tradução de Antonio Faundez e Heitor Ferreira da Costa. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- FREITAS, L. C. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática.** Campinas, SP: Papyrus, 1995.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. A dupla face do trabalho: criação e destruição da vida. In: FRIGOTTO, G., CIAVATTA, M. (Orgs.). **A experiência do trabalho e a educação básica.** Rio de Janeiro: CPCA, 2002.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação politécnica. In: CALDART *et al.* **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

- FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação politécnica In: CALDART, Roseli S. *et al* (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, M; RAMOS, M. O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral dos trabalhadores. In: COSTA, Hélio da; CONCEIÇÃO, Martinho. **Educação integral e sistema de reconhecimento e certificação educacional profissional**. São Paulo: Secretaria Nacional de Formação – CUT, 2005.
- GADOTTI, Moacir. **Economia Solidária como práxis pedagógica**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.
- GAIGER, L. O trabalho ao centro da economia popular solidária. XIII. **Encontro Anual da ANPOCS** (GT Trabalho e Sociedade). Caxambu (1999).
- GALON, T.; PALUCCI, M. H. Condições de trabalho e saúde de Catadores de materiais recicláveis na América Latina: uma revisão de escopo. In: PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto; GOES, Fernanda Lira (Orgs.). **Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional**. Rio de Janeiro: IPEA, 2016.
- GHIRALDELLI JR, Paulo. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Ática, 2006.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47 maio/ago. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>>. Acesso em: 02 de jun. 2018.
- \_\_\_\_\_. **Teorias dos movimentos sociais**. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Novas teorias dos movimentos sociais**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2012b.
- GONÇALVES, S. A. **Catadores de materiais recicláveis: trajetória de vida, trabalho e saúde**. 2004. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública. Fiocruz, Rio de Janeiro, 2004.
- GUIMARÃES, M. **Educação Ambiental: no consenso um embate?** Campinas: São Paulo: Papirus, 2006.
- HARVEY, David. **Para entender o capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- HOJE EM DIA. **Brasileiro produz tanto lixo quanto Europa**. 2011. Disponível em: <[www.hojeemdia.com.br/cmlink/hoje-emdia/noticias/brasil](http://www.hojeemdia.com.br/cmlink/hoje-emdia/noticias/brasil)> Acessado em: 1º ago. 2016.
- INCUBADORA DE EMPREENDIMIENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS - INCUBEES. **Portaria 1761 - Formação e organização do trabalho associado dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis de Cáceres**. Cáceres, MT: Reitoria Unemat, 2016.

INCUBADORA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS E SUSTENTÁVEIS (INCUBEES). Relatório. **Educação, Gestão Pública e Ambiental e Economia Solidária no Município de Cáceres – Política de Resíduos Sólidos e Organização dos Catadores**: Programa Recicla Cáceres. Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), 2014. Incubeess, Cáceres, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo demográfico 2010**. Disponível em:  
<<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=43&search=rio-grande-do->>. Acesso em: 16 maio 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Desemprego dispara entre pessoas acima dos 40 anos, diz IBGE**. Disponível em <https://fernandorodrigues.blogosfera.uol.com.br/2016/12/13/desemprego-dispara-entre-pessoas-acima-dos-40-anos-diz-ibge/>. Acesso em: 31 jul. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Situação Social dos Catadores e Catadoras de Material Reciclável e Reutilizável**. Brasília, 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional**. In: PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto; GOES, Fernanda Lira (Orgs.). Rio de Janeiro: IPEA, 2016.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **A organização coletiva de Catadores de Material Reciclável no Brasil: dilemas e potencialidades sob a ótica da Economia Solidária**. Brasília: IPEA, 2017a.

JACOBI, Pedro. **Participação. Encontros e caminhos**: formação de educadoras/res ambientais e coletivos educadores. Ministério do Meio Ambiente. Brasília, 2005.

SGUAREZI, Sandro B. **Autogestão e economia solidária: limites e possibilidades**. 2011. 263 p. Tese. (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), São Paulo, 2011. Disponível em:  
<[http://www.sapientia.pucsp.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=13798](http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=13798)>. Acesso em: 1º out. 2013.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo, SP: Atlas 2003.

LEAL, Leonardo Prates. Princípios e fundamentos para uma tipologia de incubação tecnológica em economia solidária. In: ADDOR, Felipe; LARICCHIA, Camila R. (Orgs.). **Incubadoras Tecnológicas de economia solidária: experiências e reflexões a partir da prática**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2018. Vol. II.

LIBÂNEO, José C. Tendências pedagógicas na prática escolar. In: **Democratização da Escola Pública** – a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1992. Cap. 1. Disponível em: < <http://ebah.com.br//contrt/Abaa/libaneo>> Acesso em: 15 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. Tendências pedagógicas na prática escolar. In: LIBÂNEO, J.C. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. São Paulo: Loyola, 1986.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. **A pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACEDO, Roberto Sidnei. **Etnopesquisa crítica/etnopesquisa e formação**. Brasília: Liber Livro, 2010.

MAGALHÃES, B.; J. Liminaridade e Exclusão: caracterização Permanente ou Transitória das Relações entre os Catadores e a Sociedade Brasileira? In: PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto; GOES, Fernanda Lira (Orgs.). **Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional**. Rio de Janeiro: IPEA, 2016.

MAGERA, M. **Os empresários do lixo: um paradoxo da modernidade**. Campinas, SP: Átomo. 2003.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna**. Campinas, SP: Editoria Alínea, 2007.

\_\_\_\_\_. **O princípio educativo em Gramsci: americanismo e conformismo**. Campinas, São Paulo: Alínea, 2007.

MANCE, André E. **A Revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARTINS, I. G.; MOTA, L. L. R.; SEGALA, N. B.; SANTOS, T. N. S.; CABRAL, R. C. Reciclando as relações de gênero: a divisão sexual do trabalho em cooperativas de Catadoras e Catadores, e o papel de lideranças femininas na política pública de resíduos sólidos no Distrito Federal. In: PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto; GOES, Fernanda Lira (Orgs.). **Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional**. Rio de Janeiro: IPEA, 2016.

MARTINS, Elei Chavier. Trabalho associado e suas dimensões educativas em uma cooperativa de Catadores de materiais recicláveis: o caso da COOPERTAN. Cáceres/MT: UNEMAT, 2016.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I: O processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. Cap. 1, p. 165-212.

MÉSZÁROS, I. **A Atualidade histórica da ofensiva socialista**: Subtítulo: uma alternativa radical ao sistema parlamentar. Tradução Paulo Cesar Castanheira/ Maria Orlanda Pinassi. São Paulo: Boitempo, 2010.

\_\_\_\_\_. **A educação para além do capital**. Tradução de Isa Tavares. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2005 e 2008.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento científico**: pesquisa qualitativa em saúde. 2. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1993.

MIRANDA, Sandro Ari Andrade. **Subsídios para Políticas Públicas Municipais de apoio aos Catadores de Materiais Recicláveis**. São Paulo: Unitrabalho, 2010.

MNCR - **Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis**. Disponível em: <<http://www.mnrc.org.br/>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

MONTEIRO, M. A. **Os impactos da obrigatoriedade da coleta seletiva pela Política Nacional de Resíduos Sólidos sobre as organizações de Catadores de materiais recicláveis**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro Universitário UMA, Programa Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local. 2013.

MOTA, A. V. Do lixo à cidadania. **Revista Democracia Viva**. Belo Horizonte, n. 27, jun/jul. 2005.

MOTHÉ, D. Autogestão. In: CATTANI, A. D.; LAVILLE, J.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS REICLÁVEIS (MNCR). Disponível em: <<http://www.mnrc.org.br/>>. Acesso em: 02 jun. 2017.

MOEBUS Retondar, Anderson. **A (re)construção do indivíduo**: a sociedade de consumo como “contexto social” de produção de subjetividades. <i xmlns="http://www.w3.org/1999/xhtml">Sociedade e Estado</i> [en linea]. 2008, 23(1), 137-160[fecha de Consulta 25 de Octubre de 2019]. ISSN: 0102-6992. Disponible en: <a xmlns="http://www.w3.org/1999/xhtml" href="https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=339930892006" target="\_blank">https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=339930892006</a>. Acesso em: 24 de out.2019.

NASCIMENTO, Claudio. **Autogestão e o “novo” cooperativismo**. Brasília, texto para discussão, 2004.

NASCIMENTO, Claudio. **Cartilha de Autogestão**. Ciranda, 2010. Disponível em: <<https://cirandas.net/articles/0011/2010/>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

\_\_\_\_\_. Experimentação/autogestionária: Autogestão da pedagogia/pedagogia da Autogestão. In: BATISTA, Eraldo Leme; NOVAES, Henrique (Orgs.). **Trabalho**,

**educação e reprodução social:** as contradições do capital no século XXI. Bauru, SP: Canal 6, 2011.

NEVES, José Luís. Pesquisa qualitativa – características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisa em Administração**. São Paulo, v.1, n. 3, 1996.

OLIVEIRA, D. A. M. **Percepção de riscos ocupacionais em Catadores de materiais recicláveis:** estudo em uma cooperativa em Salvador-Bahia. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2011.

OLIVEIRA, M.V de C. CARVALHO, A. de R. **Princípios Básicos do Saneamento do meio**. 4. ed. São Paulo: SENAC, 2004.

PEREIRA, Bruna Jaquetto; GOES, Fernanda Lira; PEREIRA, Rekle Gean; FERREIRA, Siriano *et al.* **Catadores de materiais recicláveis:** condições de saúde e estilo de vida dos Catadores de Resíduos sólidos de uma cooperativa da Ceilândia, no Distrito Federal: um olhar acerca dos determinantes Sociais e ambientais de saúde. Rio de Janeiro: IPEA, 2016.

PEREIRA, Bruna Jaquetto; GOES, Fernanda Lira; GALON, Tanyse; MARZIALE, Maria Helena Palucci. **Condições de trabalho e saúde de Catadores de materiais recicláveis na América Latina:** uma revisão de escopo. Rio de Janeiro: IPEA, 2016.

PINHEL, Rufino, Júlio. **Do lixo a cidadania:** guia para a formação de Cooperativas de Catadores de materiais recicláveis. Rio de Janeiro: Editora Petrópolis, 2013.

PINTO, A. V. **Sete Lições sobre Educação de Adultos**. São Paulo. Editora: Cortez, 1982.

PISTRAK, M. M. **Fundamentos da escola do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. Cap. 3-5. p. 29-117.

\_\_\_\_\_. **Fundamentos da Escola do Trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

PORTO, Marcelo Firpo de Souza et al. Lixo, trabalho e saúde: um estudo de caso com Catadores em um aterro metropolitano no Rio de Janeiro, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 6, p. 1503-1514, Dez. 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2004000600007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2004000600007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 28 jul. 2019.

PRADO JUNIOR, C. **A Revolução Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1966.

REDE AUTOGESTIONÁRIA DE COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES DE CATADORES DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO ESTADO DE MATO GROSSO (REDE CATAMATO). **ESTATUTO SOCIAL**. Tangará da Serra, MT, julho, 2012.

REDE AUTOGESTIONÁRIA DE COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES DE CATADORES DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO ESTADO DE MATO GROSSO (REDE CATAMATO). **Projeto CATAFORTE, Fase II, Contrato 12535-2013**, que se refere ao

Termo de Referência do Edital de Chamamento Público n.º 001/2012 –  
FBB/PETROBRAS/BNDES/MTE-SENAES Tangará da Serra, MT, julho, 2012.

RIBEIRO, Rodivaldo. **Reportagem local:** Mato Grosso recolhe só 35% do lixo produzido. Disponível em: <http://www.Folhadoestado.com.br>; Folhas1407 publicado em 13/07/2009. Acesso em: 19 maio 2018.

RIBEIRO DE OLIVEIRA, Lúcia Marisy Souza; SANT'ANNA Ramicelli Fernandes; CARVALHO, Vanderlei Souza. Pobreza e exclusão social o desafio da Incubadora de Materiais Recicláveis para a inclusão socioprodutiva dos Catadores do lixão de Juazeiro, na Bahia. In: ADDOR, Felipe; LARICCHIA, Camila Rolim (Orgs.). **Incubadoras tecnológicas de economia solidária**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2018. p. 97-116.

ROSAS, P. Recife – Cultura e participação (1950-64). In: FREIRE, P. **Educação e atualidade brasileira**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica**. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

SABINO, Tais. **O Programa Cáceres Recicla, caminha para coleta seletiva do lixo**. Cáceres.MT.gov. Publicada em 03/11/14. Disponível em: <<http://www.caceres.mt.gov.br/Noticia/2834/o-programa-caceres-recicla-caminha-para-coleta-seletiva-do-lixo>>. Acesso em: 10 out. 18

SÁNCHEZ GAMBOA, Silvio. Análise da produção do conhecimento em educação: ampliação de sentidos e de desafios. In: SILVA, M. R; PAIM, E. A; BERTICELLI, I. A. **Educação em análise:** formação de educadores e produção de pesquisas num contexto de desigualdades socioculturais. Passo Fundo: UFP Editora, 2012. Vol. 1.

SANTANA, D.; METELLO, D. Reciclagem e inclusão social no Brasil: balanço e desafios. In: **Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional**. In: PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto; GOES, Fernanda Lira (Orgs.). Rio de Janeiro: IPEA, 2016.

SAVIANI, D. **Escola e democracia:** teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. 32. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia histórico-crítica:** primeiras aproximações. 10 ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SGUAREZI, Sandro B. *et al.* Inovação social em uma cooperativa de Catadores em Tangará da Serra, MT. **Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais**, v. 9, n. 4, 2018.

SGUAREZI, Sandro. B; DUTTON, Aline. P; CHAVIER MARTINS, Elei. Educação popular e trabalho associado num programa de pós-graduação *stricto sensu* em educação-nível mestrado no interior do Brasil: um diálogo necessário. **Revista FAED**. [http://www2.unemat.br/revistafaed/content/vol/vol\\_30/Faed\\_30.pdf](http://www2.unemat.br/revistafaed/content/vol/vol_30/Faed_30.pdf).

SGUAREZI, Sandro B. *et al.* Plano de Logística Solidária: o Caso da Rede Autogestionária de Cooperativas e Associações de Catadores de Resíduos Sólidos do Estado de Mato Grosso (REDE CATAMATO). In: ZART, Laudemir L.; VAILANT, Clóvis. (Orgs.).

**Educação e Socioeconomia Solidária: Incubação em Economia Solidária: empreendimentos em redes e resistência camponesa.** UNEMAT Editora: Cáceres-MT, 2014. Vol. 4.

SGUAREZI, Sandro B. *et al.* Coleta seletiva com inclusão socioproductiva de Catadores e Catadoras de materiais recicláveis: um estudo de caso na Coopertan. In: **Seminário Nacional Tecnologias e Economia Solidária para o Desenvolvimento Sustentável**, 2016, Salvador-BA: UNEB, 2016. Disponível em: <<http://www.seminariotecsol.org/>>. Acesso em: 23 dez. 2016.

SGUAREZI, Sandro. B.; BÓGUS, Lúcia M. M. Autogestão e economia solidária no Estado de Mato Grosso: limites e possibilidades. In: **Segundo Encontro Nacional de Pesquisa sobre Economia Solidária: a economia solidária sob diversos olhares**, 2012, São Paulo. Anais eletrônicos... São Paulo: ABPES, 2012. Disponível em: <<https://abpes.files.wordpress.com/2012/07-enpes.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2012.

SGUAREZI, Sandro B. *et al.* Tecnologias Sociais em Organizações Autogestionárias e Economia Solidária: um estudo de Caso na Coopertan. In: ZART, Laudemir L.; PAEZANO, Eliane dos S.M.; MARTINEZ, Jucilene de O. (Orgs.). **Educação e Socioeconomia Solidária: fundamentos da produção social do conhecimento.** Cáceres-MT: UNEMAT Editora, 2019. Vol. 8.

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA. **Projeto:** MT - Plano do Projeto. (Gerente: Terezinha Rodrigues da Silva). Cuiabá, MT: Documento, 2014.

SGUAREZI, Sandro B. *et al.* Educação e Autogestão: desafios e possibilidades no processo de formação de sujeitos coletivos da Economia Solidária. **Revista Mundo do Trabalho Contemporâneo.** São Paulo, v. 2. n.1, 2017, jan./jun. 2017. p.29-49. Disponível em: <[http://www.rededegestoresecosol.org.br/wp-content/uploads/2015/11/revista\\_mtc\\_2%20C2%BAexemplar\\_issn.pdf](http://www.rededegestoresecosol.org.br/wp-content/uploads/2015/11/revista_mtc_2%20C2%BAexemplar_issn.pdf)>. Acesso em: 12 abr. 2017.

SGUAREZI, Sandro B; BORGES Juliano L. Emprego e as transformações no mundo do trabalho. **Revista Eletrônica de Administração e Negócios.** ISSN 1517-610X. Disponível em: <<http://www.revistaacademica.net/trabalho/27071007.html>>. Acesso em: 30 jul. 2010.

SGUAREZI, Sandro B. **Autogestão e economia solidária: limites e possibilidades.** 2011. 263 p. Tese. (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), São Paulo, 2011. Disponível em: <[http://www.sapientia.pucsp.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=13798](http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=13798)>. Acesso em: 1º out. 2013.

SGUAREZI, Sandro B. *et al.* Inovação Social em uma Cooperativa de Catadores. In: **Simpósio Internacional de Gestão de Projetos, Inovação e Sustentabilidade.** São Paulo/SP: UNINOVE, 2017. Vol. 6.

SILVA, A. C. G. **Catadores de lixo: aspecto socioambiental da atividade desenvolvida no lixão municipal de Corumbá, Mato Grosso do Sul.** 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável. Campo Grande, MS. 2002.

SINGER, Paul. **Cooperar para competir: juntos somos fortes, Agronegócio1.** Vídeo curta metragem. Produção Revista - 2009, Canal Futura/SEBRAE. Disponível em: [www.futura.org.br](http://www.futura.org.br). Acesso em: jun. 2018.

SINGER, P. I. **Introdução à economia solidária.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

STRECK, Danilo R. A. Educação Popular e a (re) construção do público. Há fogo sob as brasas. **Revista Brasileira de Educação**, vol. 11 n. 32 maio/ago. 2006.

STRECK, Danilo R.; REDIM, Euclides, ZITKOSKI, Jaime José (orgs.). **Dicionário Paulo Freire.** 4. ed. (Versão Amp), Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

SOUZA, Jacqueline de; KANTORSKI, Luciane Prado; LUIS, Margarita Antonia Villar. Análise documental e observação participante na pesquisa em saúde mental. Salvador, BA: **Revista Baiana de Enfermagem**, vol. 25, n. 2, p. 221-228, maio/ago. 2011. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/5252-18533-1-PB.pdf>. Acesso em: jun. 2018.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Vol.1.

TIRIBA, Lia. **Cultura do trabalho, Autogestão e formação de trabalhadores associados na produção: questões de pesquisa.** Perspectiva, Florianópolis, v. 26, n. 1 69-94, jan/jun. 2009. Disponível em: < <http://www.perspectiva.ufsc.br> >. Acesso em: 12 dez. 2017.

TIRIBA, Lia. **Economia popular e cultura do trabalho: pedagogia(s) da produção associadas.** Ijuí: Ed.Unijuí, 2001.

TIRIBA, Lia. Educação popular e pedagogia(s) da produção associada. **Cadernos Cedes**, Campinas, vol. 27, n. 71, p. 85-98, jan./abr. 2007. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 05 maio, 2018.

TIRIBA, Lia; FISCHER, Maria Clara B. Saberes do Trabalho associado. In: **Dicionário Internacional de Outra Economia** (Cattani-Gaiger-org.), Coimbra: Almedina, 2009.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

VAN ELK, Ana Ghislane; PEREIRA, Henriques. **Redução de emissões na disposição final.** Rio de Janeiro: IBAM, 2007.

VÁSQUEZ, Adolfo Sanchez. **A filosofia da práxis.** São Paulo: Paz e Terra, 2001.

VERAGO, Josiane Lombardi. **Autogestão e Relações de Mercado Capitalistas: autonomia ou adaptação?** Artigos – ago. 2007. Disponível em: < [https://www.unicamp.br/cemarx/anais v colóquio arquivos/arquivos/comunicações/gt/sessao2/Josiane Lombardi. Pdf](https://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_colóquio_arquivos/arquivos/comunicações/gt/sessao2/Josiane_Lombardi.Pdf) >. Acesso em: 1º de jun. 2019.

VIEITEZ, Candido Giraldez; DAL RI, Neusa Maria. Trabalho associado e mudança social. In: DAL RI, Neusa Maria, (Org.). **Trabalho associado, economia solidária e mudança social na América Latina**. Associação das Universidades: Grupo Montevideu; São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária; Montevideu: Editorial PROCOAS, 2010.

VIEITEZ, Candido Giraldez; DAL RI, Neusa Maria. **Trabalho Associado: cooperativas e empresas de Autogestão**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

YIN, R. K. **Estudo de Caso – Planejamento e Métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ZART, Laudemir Luiz. **Educação Ambiental Crítica: o encontro dialético da realidade vivida e a utopia imaginada**. Cáceres: Unemat Editora, 2004.

\_\_\_\_\_. A construção do processo de cooperação e o trabalho associado no campo: incubação e organização de empreendimentos econômicos solidários. In: ZART, Laudemir Luiz; VAILANT, Clovis (Orgs.). **Incubação em Economia Solidária: empreendimentos em redes e resistência camponesa**. Cáceres – MT: UNEMAT, 2014.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A - DIAGNÓSTICO DO EMPREENDIMENTO ECONÔMICO SOLIDÁRIO (EES)

<b>Pesquisadora:</b> Érika Fátima Arruda		<b>Data:</b> ____/____/____
<b>1) Nome</b>		<b>do</b>
<b>Empreendimento:</b> _____		
<b>o de fundação:</b> _____		
<b>2) Nome do responsável legal da organização (coordenador/presidente)</b>		
_____		
_____		
<b>Telefone:</b>	<b>( )</b> _____	<b>e-</b>
<b>mail:</b>	_____	
<b>3) ENDEREÇO</b>		
<b>Rua:</b> _____		<b>nº</b> _____
_____		
<b>Bairro:</b> _____		
<b>Município:</b> _____		
<b>4) Forma de Organização:</b>		
( <input type="checkbox"/> ) Grupo informal ( <input type="checkbox"/> ) Associação ( <input type="checkbox"/> ) Cooperativa ( <input type="checkbox"/> ) Sociedade mercantil		
<b>Se formal CNPJ:</b> _____		
<b>5) Fale um pouco sobre o histórico do Empreendimento, qual o objetivo da fundação?</b>		
_____		
_____		
_____		
<b>6) O empreendimento possui Estatuto Registrado?</b>	<b>7) Quantas assembleias a organização realiza por ano?</b> _____	
<b>( ) sim ( ) não</b>		
<b>8) Número atual de sócios participantes no EES:</b> N° Mulheres: _____ N° Homens: _____		
<b>9) Faturamento médio mensal obtido pelo Empreendimento:</b> R\$ _____		
<b>10) Renda média dos sócios:</b> R\$ _____		
<b>11) Qual a periodicidade de prestação de contas da organização para seus associados?</b>		
_____		

_____
<b>12) A organização realiza suas atividades produtivas em um galpão ou espaço similar coberto:</b> ( ) Sim ( ) Não Possui Sede: ( ) Própria ( ) Cedida por sócio ( ) Cedida por terceiros ( ) Alugada
<b>13) Possui acesso aos meios de produção?</b> ( ) Não ( ) Sim Se sim quais equipamentos possui: ( ) Próprios ( ) Cedidos/emprestados ( ) arrendados ou alugados ( ) Prensas ( ) Esteiras ( ) Elevador ( ) Carrinhos ( ) Empilhadeira ( ) Caminhões Outros: _____
_____
<b>14) A diretoria da organização está com seu mandato vencido?</b> ( ) Sim ( ) Não
<b>15) Possui moradia?</b> ( ) Própria ( ) Cedida ( ) Alugada

### APÊNDICE B – FORMULÁRIO - PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS CATADORES

<b>Pesquisadora:</b> Érika Fátima Arruda	<b>Data:</b> ____/____/____					
<b>Categoria:</b> Catadores						
<b>DADOS PESSOAIS</b>						
1) <b>Instituição:</b> _____						
_____						
2) <b>Função:</b> _____						
_____						
3) <b>Codinome:</b> _____						
_____						
4) <b>Sexo:</b> ( ) Masculino ( ) Feminino Natural						
de: _____						
5) <b>Idade:</b>						
( ) 20 anos–29 anos ( ) 30 anos –39 anos ( ) 40 anos –49 anos						
( ) 50anos –59anos ( ) 60 anos– mais de 60 anos						
6) <b>Grau de Escolaridade</b>						
( ) Analfabeto						
( ) Ensino Fundamental Incompleto ( ) Ensino Fundamental Completo						
( ) Ensino Médio Incompleto ( ) Ensino Médio Completo						
( ) Ensino Técnico Incompleto ( ) Ensino Técnico Completo						
<b>DADOS DO TRABALHO ASSOCIADO</b>						
7) Há	quantos	anos	atua	como	Catador	?
_____						
8) Há	quanto	anos	está	no	Empreendimento?	
_____						
9) Como	chegou					ao

<b>Empreendimento?</b> _____		
<b>10) Jornada de trabalho diária/semanal comprometida com o empreendimento:</b> ( ) 20 horas    ( ) 30 horas    ( ) 40 horas/dedicação exclusiva		
<b>11) Está envolvido em algum outro movimento social?</b> ( ) Não    ( ) Sim		
<b>Se</b>	<b>sim,</b>	<b>Qual?</b>
_____		
<b>12) Participou de algum curso de formação no último ano?</b> ( ) Não    ( ) Sim <b>Se sim, Quantos?</b> _____ <b>Quais?</b> _____		
<b>13) Como ocorre o processo de organização do trabalho nos empreendimento econômicos solidários (EES) que são acompanhados pela instituição?</b> ( ) Individual    ( ) Coletivo		
<b>14) O que você entende por Autogestão?</b> _____ _____		
<b>15) Quais as principais diferenças entre o trabalho associado/no empreendimento e o trabalho assalariado/na rua?</b> _____ _____		

### APÊNDICE C - ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO SISTEMÁTICA

<b>Pesquisadora:</b> Érika Fátima Arruda <b>Data:</b> ____/____/____ <b>Local:</b> Cáceres/MT
<p>A pesquisadora irá observar: as contradições das relações de produção no processo de construção da ASCAPAN.</p> <p>( ) Trabalho Assalariado ( ) Trabalho Precário ( ) Diaristas ( ) Trabalho de bico ( ) Autônomo          ( ) Catadores de Rua e de Lixão para o trabalho associado numa experiência de Autogestão          ( ) Cooperação ( ) Autogestão ( ) Solidariedade ( ) Ação Econômica</p>
<p>( ) <b>O processo de aprendizagem, frente as contradições, da organização do trabalho associado desenvolvidas pelos sócios Catadores de Materiais Recicláveis da</b></p> <p>( ) <b>As práticas pedagógicas, desenvolvidas pelos Catadores no momento de recolher, selecionar, classificar os materiais recicláveis.</b></p> <p>( ) <b>As contradições, sob as relações de produções existentes neste empreendimento.</b></p> <p>( ) <b>A ausência ou a emergência de práticas coletivas autogestionárias no empreendimento.</b></p> <p>( ) <b>Se existem práticas de registros oficiais como ata de reuniões, ata de assembleias e outros.</b></p> <p>( ) <b>Se existe socialização das informações em todo o processo de trabalho desenvolvido pelos sócios da ASCAPAN.</b></p> <p>( ) <b>Se existe envolvimento dos sócios da ASCAPAN na gestão cotidiana do trabalho e do empreendimento;</b></p> <p>( ) <b>Se a participação dos sócios é igualitária nas relações de produção.</b></p>
<p><b>OBSERVAÇÕES</b></p> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>

## APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO



ESTADO DE MATO GROSSO  
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
CEP – COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA



EDUCAÇÃO POPULAR: DIMENSÕES EDUCATIVAS DO TRABALHO  
ASSOCIADO EM COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES DE CATADORES E  
CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS QUE ATUAM JUNTO AO  
PROGRAMA CÁCERES RECICLA, MATO GROSSO-BRASIL.  
Erika Fátima de Arruda

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO Catador e Catadora

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário, desta pesquisa.

Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final desse documento, em que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra do pesquisador responsável.

Em caso de recusa você não será penalizado(a) de forma alguma. Em caso de dúvida você pode procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da UNEMAT pelo telefone: (65) 3221-0067.

#### INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA

**Título do projeto:** EDUCAÇÃO POPULAR: DIMENSÕES EDUCATIVAS DO TRABALHO ASSOCIADO EM COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES DE CATADORES E CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS, QUE ATUAM JUNTOS AO PROGRAMA CÁCERES RECICLA, NO MUNICÍPIO DE CÁCERES MT-BRASIL.

**Responsável pela pesquisa:** Erika Fátima de Arruda

**Endereço e telefone para contato:** Rua sulça casa 09 – Vila Real – (65) 9949- 3701.

#### DESCRIÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa será realizada nas: Cooperativa Cidade Limpa, Cooperativa Mista do Desenvolvimento de Cáceres e na Associação de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis do Pantanal (ASCAPAN), ambas pertencente do Município de Cáceres-MT. Sendo os Catadores de Materiais Recicláveis são sujeitos centrais da pesquisa. E também farão parte da pesquisa, os Gestores públicos, envolvidos juntos na implantação do Programa Cáceres Recicla, e terá como critério de escolha para a pesquisa um representantes da: (UNEMAT-UNITRABALHO-INCUBEESS, Ministério Público Estadual e Autarquia Serviços de Saneamento Ambiental Aguas do pantanal e (SICMATUR.) Secretária de Indústria e Comercio Meio Ambiente e Turismo e a representante do Movimento Nacional dos Catadores do Estado de Mato Grosso. No quadro 01 apresento a distribuição dos sujeitos participantes da pesquisa:



PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Av. Tancredo Neves – 1095 - Cavallhada  
CEP 78.200-000, Cáceres/MT  
Tel: (65) 3221-0067  
E-mail: cep@unemat.br





ESTADO DE MATO GROSSO  
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
CEP – COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA



EDUCAÇÃO POPULAR: DIMENSÕES EDUCATIVAS DO TRABALHO  
ASSOCIADO EM COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES DE CATADORES E  
CATADORAS DE MATERIAIS RECYCLAYÉS QUE ATUAM JUNTO AO  
PROGRAMA CÁCERES RECICLA, MATO-GROSSO-BRASIL.  
Erika Fátima de Arruda

**Quadro 01- Distribuição dos sujeitos participantes da pesquisa**

INSTITUIÇÃO	NOME DA INSTITUIÇÃO	QUANTIDADE DE CATADORES E CATADORAS
Associação	Associação de Catadores e Catadoras do Pantanal (ASCAPAN) – Cáceres, Jardim Aeroporto.	02 Catadores 01 Catadora Total: 03
Cooperativa	Cooperativa Cidade Limpa-Cáceres, Santos Dumont.	02 Catadores 01 Catadora Total: 03
Cooperativa	COOMDEC - Cooperativa Mista do Desenvolvimento de Cáceres – Cidade Nova.	02 Catadores 01 Catadora Total: 03
<b>Total</b>		<b>09 Catadores e Catadoras</b>
INSTITUIÇÃO	NOME DA INSTITUIÇÃO	QUANTIDADE DE GESTORES PÚBLICOS
Universidade pública	(UNEMAT-UNITRABALHO-INCUBEISS – Campus Cáceres, rua dos aviadores 329 - Santos Dumont.	<b>01</b>
Ministério Público da União	Ministério Público Estadual - Rua dos Scaff, 28 - Cavalhada, Cáceres – MT.	<b>01</b>
Serviço autônomo de	FAESP e Autarquia Serviços de Saneamento Ambiental Aguas	<b>01</b>



ESTADO DE MATO GROSSO  
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
CEP – COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA  
EDUCAÇÃO POPULAR: DIMENSÕES EDUCATIVAS DO TRABALHO  
ASSOCIADO EM COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES DE CATADORES E  
CATADORAS DE MATERIAIS RECYCLÁVEIS QUE ATUAM JUNTO AO  
PROGRAMA CÁCERES RECYCLA, MATO GROSSO-BRASIL.  
Erika Fátima de Arruda



Água e Esgoto	do pantanal -R. Voluntários da Pátria, 548 - Centro, Cáceres – MT.	
Órgão Municipal	(SICMATUR) Secretária de Indústria e Comércio Meio Ambiente e Turismo – R. Riachuelo, 01 - Cavalhada, Cáceres MT	01
Movimento Social	Representante do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis do Estado de Mato Grosso - Cuiabá	01
<b>Total</b>		<b>05</b>

Quadro 1: Elaborado, pela Autora.

O objetivo central da pesquisa é analisar as dimensões educativas do trabalho associado desenvolvidos pelos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis junto às Cooperativas e Associações que atuam junto ao Programa Cáceres Recicla na visão dos diferentes sujeitos e instituições envolvidas, em relação a sua capacidade de inclusão sócio produtiva. E os objetivos específicos são: Elaborar um diagnóstico socioeconômico para caracterizar esses empreendimentos e levantar o perfil socioeconômico desses trabalhadores; Analisar processos de aprendizagem frente às contradições do processo de organização do trabalho associado junto às cooperativas e associações que atuam Programa Cáceres Recicla; Identificar a concepção de trabalho associado na visão dos Catadores e Catadoras dessas organizações, bem como da representação estadual do Movimento Nacional dos Catadores no Estado de Mato Grosso (MNCR-MT); Investigar com base no processo de organização do trabalho e nas relações de produção a ausência ou a emergência de práticas coletivas autogestionárias emancipatórias; Verificar a percepção dos formadores e dos gestores públicos em relação ao processo de formação dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis da (ASCAPAN); Sendo assim, o



UNEMAT  
Universidade do Estado de Mato Grosso

Av. Tancredo Neves – 1095 - Cavalhada  
CEP 78.200-000, Cáceres/MT  
Tel: (65) 3221-6067  
E-mail: cep@unemat.br





ESTADO DE MATO GROSSO  
 SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
 UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO  
 PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
 CEP – COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA  
 EDUCAÇÃO POPULAR: DIMENSÕES EDUCATIVAS DO TRABALHO  
 ASSOCIADO EM COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES DE CATADORES E  
 CATADORAS DE MATERIAIS RECLAYÁVEIS QUE ATUAM JUNTO AO  
 PROGRAMA CÁCERES RECICLA, MATO GROSSO-BRASIL.  
 Erika Fátima de Arruda



estudo será pautado na pesquisa qualitativa, alicerçado nos pressupostos epistemológicos da abordagem crítico-dialética. Para realização da coleta dos dados, serão utilizados inicialmente como ferramentas, a pesquisa documental, observação sistemática, entrevistas semiestruturadas, formulários de pesquisa/questionário. Para a análise dos dados coletados será utilizada a análise de conteúdo à luz dos conceitos da Educação Popular, trabalho associado e autogestão.

#### ESPECIFICAÇÕES DOS RISCOS

**Prejuízos, desconforto, lesões que podem ser provocados pela pesquisa, formas de indenização, ressarcimento de despesas:**

Ao considerarmos que toda pesquisa desenvolvida com seres humanos envolve riscos, serão tomadas algumas precauções e atitudes a fim de amenizar possíveis riscos ou prejuízos aos participantes da pesquisa. Temos como princípio que este trabalho seja desenvolvido com ética e responsabilidade por parte da pesquisadora, assim a seguir elencaremos alguns riscos que podem ocorrer:

Os participantes poderão sentir-se constrangidos, desconfortáveis diante das perguntas realizadas pela pesquisadora, será tomado o cuidado de trabalhar uma linguagem clara acessível a todos tanto na entrevista quanto nos diálogos estabelecidos durante o processo de vivência junto aos sujeitos da pesquisa. Para aqueles que apresentarem certo grau de dificuldade de leitura e compreensão de textos, o questionário será lido e esclarecido pela pesquisadora para que o(a) participantes tenha clareza do que está sendo perguntado e sinta-se mais seguro para dar suas respostas.

Os pesquisados poderão sentir-se obrigados a responder questões sobre as quais não têm conhecimento ou pelo fato de não saberem como falar/responder. Se assim ocorrer, a pesquisadora irá dispor de outros momentos para que os mesmos possam estar respondendo quando estiverem sentindo-se a vontade.



UNEMAT  
 Universidade do Estado de Mato Grosso

Av. Tancredo Neves – 1095 – Cavalhada  
 CEP 78.200-000, Cáceres/MT  
 Tel: (65) 3221-0067  
 E-mail: [cep@unemat.br](mailto:cep@unemat.br)





ESTADO DE MATO GROSSO  
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
CEP – COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA



EDUCAÇÃO POPULAR: DIMENSÕES EDUCATIVAS DO TRABALHO  
ASSOCIADO EM COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES DE CATADORES E  
CATADORAS DE MATERIAIS RECYCLAVÉIS QUE ATUAM JUNTO AO  
PROGRAMA CÁCERES RECYCLA, MATO GROSSO-BRASIL.  
Erika Fátima de Arruda

Os sujeitos da pesquisa poderão sentir-se avaliados por estarem sendo observados na realização de sua prática diária. Para amenizar essa situação estaremos dialogando ao longo do processo de investigação com os pesquisados, expondo sempre que necessário que esta pesquisa não possui nenhum caráter avaliativo, no entanto, esta proposta de pesquisa, tem um diálogo muito presente com o conceito de educação popular, que critica a hierarquização de saberes e valoriza a produção de conhecimentos e saberes pelos movimentos sociais, gerados por meio de suas práticas e de suas lutas. Sendo assim, não temos por objetivo em momento algum fazer o julgamento das ações dos sujeitos pesquisado, os dados estará a todos os momentos disponíveis a eles. Esta pesquisadora sempre se colocará na posição de quem estará naquele espaço para aprender, respeitando sempre o conhecimento popular as experiências daqueles sujeitos e criando maneiras destes sujeitos se reconhecerem enquanto produtores e difusores de conhecimentos em diversas esferas, conhecimentos tão importantes quanto àqueles gerados no âmbito da educação formal. Objetivando minimizar os riscos psicológicos e morais de todo este processo a pesquisadora tomará as providências necessárias para que este impacto seja o menor possível. As roupas utilizadas pela pesquisadora serão adequadas ou semelhantes às utilizadas pelos sujeitos no seu ambiente de trabalho, fará seus registros com bastante discrição e sutileza, não se aproximará ou estabelecerá diálogo com algum(a) sujeitos(a) a não ser que este(a) dê seu consentimento e interromperá a qualquer momento em que sentir que a pessoa esteja se sentindo incomodada ou constrangida. A pesquisadora sempre se colocará à disposição dos mesmos suas transcrições seja da entrevista seja do diário de campo para que façam as leituras caso desejarem.

Os riscos sociais e culturais estão relacionados a interação dos Cooperados/associados (as), por um certo período, com uma pessoa externo ao grupo de associados, neste caso a pesquisadora estabelecerá um diálogo baseados na consideração, em relação a visão de mundo, princípios, valores, costumes destes sujeitos que devem ser respeitados e preservados. A identificação de qualquer um dos participantes da pesquisa na redação do trabalho final se dará somente via autorização prévia. É possível que os participantes em qualquer fase da pesquisa, por motivos pessoais, culturais, sociais, morais, religiosos e éticos, apresentem negativa em



UNEMAT | Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação

Av. Tancredo Neves – 1095 – Cavalhada  
CEP 78.200-000, Cáceres/MT  
Tel: (65) 3221-0067  
E-mail: cep@unemat.br





ESTADO DE MATO GROSSO  
 SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
 UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO  
 PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
 CEP – COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA  
 EDUCAÇÃO POPULAR: DIMENSÕES EDUCATIVAS DO TRABALHO  
 ASSOCIADO EM COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES DE CATADORES E  
 CATADORAS DE MATERIAIS RECYCLÁVEIS QUE ATUAM JUNTO AO  
 PROGRAMA CÁCERES RECYCLA, MATO GROSSO-BRASIL.  
 Erika Fátima de Arruda



continuar participando do estudo. E por fim, através dos procedimentos acima descritos e de outros que possam surgir durante o desenvolvimento do estudo pretende-se garantir que o material e os dados obtidos na pesquisa sejam usados exclusivamente para a finalidade prevista no protocolo, e de acordo com o consentimento do participante. A participação como sujeito na pesquisa, não resultará em custos reais individuais ou coletivos. Sendo assim, a pesquisadora compromete-se em buscar o máximo de benefícios e o mínimo de riscos e danos para os participantes e que os riscos previsíveis serão evitados. E se porventura ocorrer algum dano, resultado da participação da pessoa no estudo, será dada toda assistência possível.

#### **BENEFÍCIOS DECORRENTES DA PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA**

Os resultados da pesquisa serão de domínio público, assim os sujeitos, instituições envolvidas e sociedade em geral poderão apropriar-se dos resultados da mesma, refletir sobre eles e propor novas discussões a respeito o processo de formação da consciência política dos sujeitos envolvidos, na implementação do Programa Cáceres Recicla, em especial a Lei Municipal 23/67 de 2013, que disciplina os serviços de gerenciamento de resíduos sólidos no município de Cáceres, bem como, a importância da inclusão sócioprodutiva dos Catadores de Materiais Recicláveis na Coleta Seletiva e nas demais Políticas Públicas.

O principal resultado a ser alcançado ao final desta pesquisa é, por meio da participação direta e ativa dos (as) Catadores (as) e dos gestores públicos envolvidos juntos a implementação do Programa Cáceres recicla. Desse modo a pesquisa contribuirá para provocar-se uma autorreflexão sobre as demandas latentes entre as ambas partes, no que se refere a busca por uma transformação cultural e filosófica neste contexto dos empreendimentos de reciclagem e seus membros na efetivação do trabalho associado e se o papel educativo assumido pelo trabalho tem contribuído para a formação da consciência política, dos sujeitos da ASCAPAN das Cooperativas Cidade Limpa e CONDEC.



UNEMAT | Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação

Av. Tancredo Neves – 1095 - Cavalhada  
 CEP 78.200-000, Cáceres/MT  
 Tel: (65) 3221-0067  
 E-mail: cep@unemat.br





ESTADO DE MATO GROSSO  
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
CEP – COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA



EDUCAÇÃO POPULAR: DIMENSÕES EDUCATIVAS DO TRABALHO ASSOCIADO EM COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES DE CATADORES E CATADORAS DE MATERIAIS RECLAVÉIS QUE ATUAM JUNTO AO PROGRAMA CÁCERES RECICLA, MATO GROSSO-BRASIL.

Erika Fátima de Arruda

Desse modo, este trabalho está baseado na realidade de cada um dos sujeitos da pesquisa, com intuito de que a mudança é possível e necessária, (Freire, 2014), enfatiza que “o novo não repele o velho por ser velho, nem aceita o novo por ser novo, mas aceita na medida que são válidos”, neste sentido, este trabalho está relacionado com o ato de despertar, baseados no diálogo entre os sujeitos envolvidos não somente na pesquisa, mais como para vida em sociedade. Para tanto, cabe nos articular e tecer novos processos educativos que contribuam para explicitar visões e tomadas de decisões, por isso se torna importante entendermos o passado para poder compreendermos o presente, porque a partir dessas relações consigamos avançar no sentido do despertar de buscar e acreditar que é possível as consolidações de novas concepções econômicas de produzir e distribuir a riqueza oriunda destas produções, romper com o paradigma de que melhores resultados vêm da competição e não do trabalho associado, de que há uma hierarquização e fragmentação de saberes e tipos de trabalhos. Buscar trabalhar também a construção da autoidentidade dos (das) Catadores (as) para que eles próprios se deem a devida pertinência enquanto agentes de transformação ambiental, político, filosófico e social.

A concretização deste trabalho de pesquisa terá uma contribuição significativa na emancipação social, política e econômico dos associados da ASCAPAN das Cooperativas Cidade Limpa e CONDEC, na qual contribuirá no fomento de um modelo econômico mais justo, um empreendimento socialmente inclusivo, economicamente viável e ambientalmente sustentável. Ademais, a pesquisadora compromete-se em apresentar os resultados de seu estudo aos participantes, além da divulgação em eventos e publicações científicas, sendo que o benefício maior é a destinação sócio-humanitária por uma educação para construção da consciência política por meio do trabalho.

#### PROCEDIMENTOS, INTERVENÇÕES, TRATAMENTOS, MÉTODOS ALTERNATIVOS.

**Explicação:** considerando que para coleta de dados entre, observação, entrevista semiestruturada e os formulário, os sujeitos da pesquisa e todos os envolvidos poderão solicitar esclarecimentos



Universidade do Estado de Mato Grosso

©2016. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação

Av. Tancredo Neves – 1095 - Cavalhada  
CEP 78.200-000, Cáceres/MT  
Tel: (65) 3221-0067  
E-mail: cep@unemat.br





ESTADO DE MATO GROSSO  
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
CEP – COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA



EDUCAÇÃO POPULAR: DIMENSÕES EDUCATIVAS DO TRABALHO  
ASSOCIADO EM COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES DE CATADORES E  
CATADORAS DE MATERIAIS RECYCLÁVEIS QUE ATUAM JUNTO AO  
PROGRAMA CÁCERES RECICLA, MATO GROSSO-BRASIL.  
Erika Fátima de Arruda

das quais consideram importantes sobre o projeto e intervir construtivamente nos delineamentos da pesquisa. Caso discordem de algum procedimento, podem solicitar a retirada de seus nomes da pesquisa que serão devidamente atendidos, encaminhando solicitação diretamente ao pesquisador, bem como à comissão de ética se necessário for. Em caso de desistência de algum sujeito continuaremos a pesquisa com demais grupos envolvidos no processo da pesquisa.

**PERÍODO DE PARTICIPAÇÃO, TÉRMINO, GARANTIA DE SIGILO, DIREITO DE RETIRAR O CONSENTIMENTO A QUALQUER TEMPO.**

**Esclarecimento:** O período de participação dos sujeitos envolvidos será no primeiro semestre de 2018, com previsão de encerramento de coleta de dados no mês de julho de 2018. Todos os dados coletados serão preservados para conhecimento do pesquisador e devidamente excluídos após análise, bem como, serão conservados em sigilo absoluto nomes dos sujeitos e das instituições envolvidas na pesquisa. Considerando que houver alguma divergências de conceitos e opinião entre os sujeitos da pesquisa, com a temática, todo e qualquer sujeito terá o pleno direito de solicitar a retirada de seu nome, sem qualquer prejuízo à continuidade e tratamento usual da pesquisa.

Cáceres – MT, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201\_.

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura do sujeito ou responsável: \_\_\_\_\_

Responsável pela Pesquisa: \_\_\_\_\_

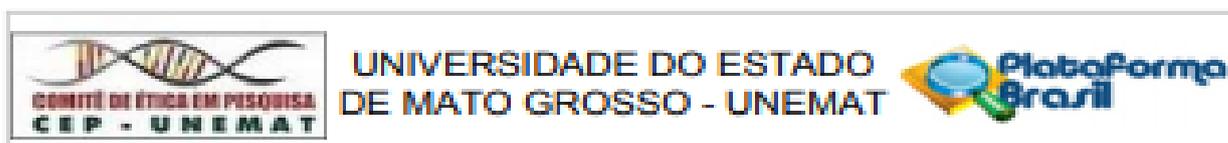


UNEMAT | Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação

Av. Tancredo Neves – 1095 - Cuiabá/MT  
CEP 78.200-000, Cáceres/MT  
Tel: (65) 3221-0067  
E-mail: cep@unemat.br



**E – TERMO DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA  
PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**



**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**

**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** EDUCAÇÃO POPULAR: DIMENSÕES EDUCATIVAS DO TRABALHO ASSOCIADO EM COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES DE CATADORES E CATADORAS DE MATERIAIS REICLÁVEIS, QUE ATUAM JUNTOS AO PROGRAMA CÁCERES RECICLA, NO MUNICÍPIO DE CÁCERES MT-BRASIL

**Pesquisador:** ERIKA FATIMA DE ARRUDA

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 81913317.0.0000.5166

**Instituição Proponente:**

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 2.575.678

**Apresentação do Projeto:**

A presente pesquisa pretende analisar as dimensões educativas do trabalho desenvolvidas pelos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis junto às Cooperativas e Associações que atuam no Programa Cáceres Recicla. A pesquisa será realizada nas Cooperativa Cidade Limpa, Cooperativa Mista do Desenvolvimento de Cáceres e na Associação de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis do Pantanal (ASCAPAN), ambas pertencente do Município de Cáceres-MT. Sendo os Catadores de Materiais Recicláveis sujeitos centrais da pesquisa. E também farão parte da pesquisa, os Gestores públicos, envolvidos juntos na implantação do Programa Cáceres Recicla. O estudo será pautado na pesquisa qualitativa, alicerçado nos pressupostos epistemológicos da abordagem crítico-dialética. Para realização da coleta dos dados, serão utilizados inicialmente como ferramentas a pesquisa documental, observação sistemática, entrevistas semiestruturadas, formulários de pesquisa/questionário. Para a análise dos dados coletados será utilizada a análise de conteúdo à luz dos conceitos da Educação Popular, trabalho associado e autogestão.

**Objetivo da Pesquisa:**

**Objetivo Primário:**

Analisar as dimensões educativas do trabalho associado desenvolvidos pelos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis junto às Cooperativas e Associações que atuam junto ao

**Endereço:** Av. Tancredo Neves, 1095

**Bairro:** Cavalihada II

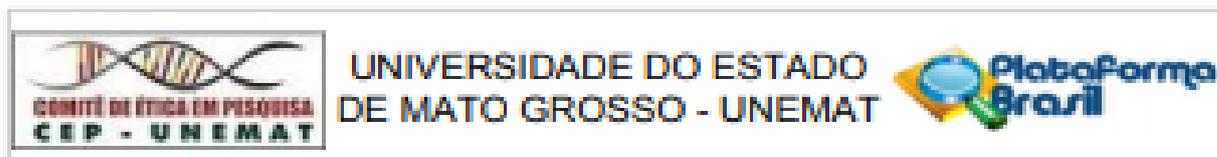
**CEP:** 78.200-000

**UF:** MT

**Município:** CACERES

**Telefone:** (65)3221-0067

**E-mail:** cep@unemat.br



Continuação do Projeto: 2.575.678

Programa Cáceres Recicla na visão dos diferentes sujeitos e instituições envolvidas, em relação a sua capacidade de inclusão socioprodutiva.

**Objetivo Secundário:**

Elaborar um diagnóstico socioeconômico para caracterizar esses empreendimentos e levantar o perfil socioeconômico desses trabalhadores; Analisar as contradições do processo de organização do trabalho associado junto às cooperativas e associações que atuam Programa Cáceres Recicla; Identificar a concepção de trabalho associado na visão dos Catadores e Catadoras dessas organizações; Investigar com base no processo de organização trabalho e nas relações de produção a ausência ou a emergência de práticas coletivas autogestionárias emancipatórias; Verificar a percepção dos formadores e dos gestores públicos em relação ao processo de formação dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis da (ASCAPAN); Pesquisar o processo de formação dos Catadores oriundos do lixão para a organização do trabalho coletivo desenvolvido pela INCUBEEES;

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

- A pesquisa apresenta garantia de que danos previsíveis serão evitados, como preconiza a resolução 510/2016.

A pesquisa apresenta, como preconiza a resolução 510/2016:

- Ponderação entre riscos e benefícios, tanto conhecidos como potenciais, individuais ou coletivos, comprometendo-se com o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos;
- Garantia de que danos previsíveis serão evitados.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

A pesquisa apresenta:

- Respeito aos participantes da pesquisa em sua dignidade e autonomia, reconhecendo sua vulnerabilidade, assegurando sua vontade de contribuir e permanecer, ou não, na pesquisa, por intermédio de manifestação expressa, livre e esclarecida;
- Relevância social da pesquisa, o que garante a igual consideração dos interesses envolvidos, não perdendo o sentido de sua destinação sócio-humanitária.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Endereço: Av. Tancredo Neves, 1055

Bairro: Cavaliada II

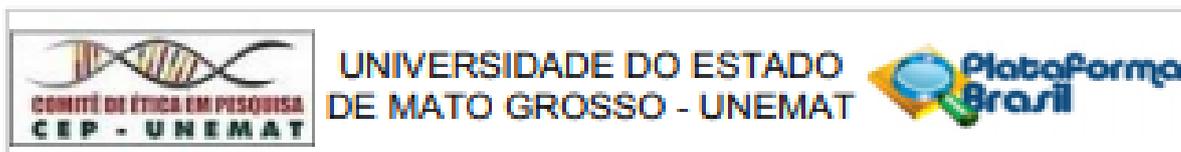
CEP: 78.200-000

UF: MT

Município: CACERES

Telefone: (65)3221-0057

E-mail: cep@unemat.br



Continuação do Parecer: 2.875.678

Todos os termos foram apresentados de acordo com as exigências da resolução 510/2016 e a Norma Operacional 001/2013 do CNS-Conselho Nacional de Saúde.

**Recomendações:**

Recomenda-se que a redação do TCLE seja mais objetiva e utilize linguagem menos técnica e mais acessível aos colaboradores da pesquisa.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado de Mato Grosso CEP/UNEMAT após análise do protocolo em comento, de acordo com a resolução 510/2016 e a Norma Operacional 001/2013 do CNS, é de parecer que não há restrição ética para o desenvolvimento da pesquisa.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1044234.pdf	03/03/2018 08:15:04		Aceito
Outros	Projeto_Cep_Alterado.pdf	03/03/2018 08:06:04	ERIKA FATIMA DE ARRUDA	Aceito
Outros	oficio_3.pdf	03/03/2018 08:04:22	ERIKA FATIMA DE ARRUDA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_SICMATUR_alterado.pdf	03/03/2018 08:03:10	ERIKA FATIMA DE ARRUDA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_MPE_alterado.pdf	03/03/2018 08:02:31	ERIKA FATIMA DE ARRUDA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_MNCR_Alterado.pdf	03/03/2018 08:01:54	ERIKA FATIMA DE ARRUDA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_INCLUBADORA_alterado.pdf	03/03/2018 08:01:24	ERIKA FATIMA DE ARRUDA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de	TCLE_Catador_alterado.pdf	03/03/2018 08:00:51	ERIKA FATIMA DE ARRUDA	Aceito

Endereço: Av. Tancredo Neves, 1095

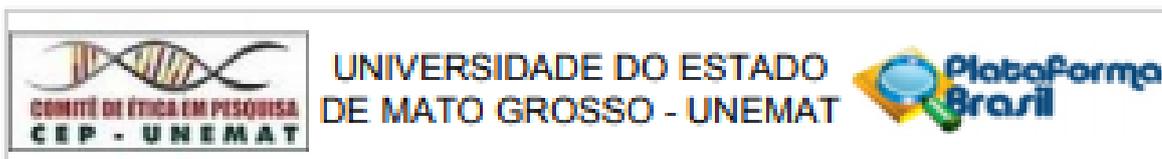
Bairro: Cavaliada II

CEP: 78.200-000

UF: MT Município: CACERES

Telefone: (65)3221-0087

E-mail: cep@unemat.br



Continuação do Parecer: 2.575476

Ausência	TCLE_Catador_alterado.pdf	03/03/2018 08:00:51	ERIKA FATIMA DE ARRUDA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_AguasPantanal_alterado.pdf	03/03/2018 08:00:22	ERIKA FATIMA DE ARRUDA	Aceito
Cronograma	Cronograma_alterado.pdf	03/03/2018 07:52:46	ERIKA FATIMA DE ARRUDA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Declaracao_modificado_MNCR.pdf	04/01/2018 23:42:39	ERIKA FATIMA DE ARRUDA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Declaracao_modificado_Unemat.pdf	04/01/2018 23:41:41	ERIKA FATIMA DE ARRUDA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Declaracao_modificado_SICMATUR.pdf	04/01/2018 23:40:35	ERIKA FATIMA DE ARRUDA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Declaracao_modificado_MPE.pdf	04/01/2018 23:39:59	ERIKA FATIMA DE ARRUDA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Declaracao_modificado_FAESP.pdf	04/01/2018 23:39:27	ERIKA FATIMA DE ARRUDA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Declaracao_modificado_CONDEC.pdf	04/01/2018 23:38:54	ERIKA FATIMA DE ARRUDA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Declaracao_modificado_Cidadelimpa.pdf	04/01/2018 23:38:15	ERIKA FATIMA DE ARRUDA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Declaracao_ASCAPAN_modificado.pdf	04/01/2018 23:37:23	ERIKA FATIMA DE ARRUDA	Aceito
Outros	Questoes_entrevista_AguasPantanal.pdf	04/12/2017 20:27:40	ERIKA FATIMA DE ARRUDA	Aceito
Outros	Questionario_Catadores.pdf	04/12/2017 20:26:41	ERIKA FATIMA DE ARRUDA	Aceito
Outros	Formulario_Diagnostico.pdf	04/12/2017 20:24:39	ERIKA FATIMA DE ARRUDA	Aceito
Outros	Roteiro_observacao.pdf	04/12/2017 20:22:43	ERIKA FATIMA DE ARRUDA	Aceito
Outros	Questoesentrevista_Unitrabalho.pdf	04/12/2017 20:20:04	ERIKA FATIMA DE ARRUDA	Aceito
Outros	Questoes_MNCR.pdf	04/12/2017 20:19:08	ERIKA FATIMA DE ARRUDA	Aceito
Outros	Questoes_entrevista_SICMATUR.pdf	04/12/2017 20:18:17	ERIKA FATIMA DE ARRUDA	Aceito
Outros	Questoes_entrevista_MPE.pdf	04/12/2017 20:17:38	ERIKA FATIMA DE ARRUDA	Aceito

Endereço: Av. Tancredo Neves, 1065

Bairro: Cavalihada II

CEP: 78.200-000

UF: MT

Município: CACERES

Telefone: (65)3221-0067

E-mail: cep@unemat.br

## ANEXOS

### ANEXO A - ILUSTRAÇÕES DO LIXÃO DE CÁCERES - MT

1 – Primeiro contato com os Catadores e Catadoras no Lixão de Cáceres – MT



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2016).

2 – Catadores e Catadoras trabalhando no lixão de Cáceres – MT.



Fonte: (INCUBEES, 2014).

3 – A pesquisadora visitando o lixão de Cáceres – MT.



Fonte: arquivo pessoal da autora (2016).

4 - Vivenciando um dia de Catadora



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2016).

5 – Catadores na coleta de materiais recicláveis.



Fonte: arquivo pessoal da autora (2016).

6 - Centro Público Municipal de Triagem – ASCAPAN



Fonte: arquivo pessoal da autora (2018).

## 7 – Centro Público Municipal de Triagem (ASCAPAN)



Fonte: arquivo pessoal da autora (2018).

## 8 - Os Catadores em Suas Atividades Diárias na ASCAPAN



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2016).

9 - Os Catadores em Suas Atividades Diárias na ASCAPAN



Fonte: Arquivo pessoal da autora, (2016).

9 - Os Catadores em Suas Atividades Diárias na ASCAPAN



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2016).



Fonte: arquivo da autora (2017).

#### 10 - Caminhão da Coleta Seletiva



Fonte: arquivo pessoal da autora (2016).

## 11 - Caminhão da Coleta Seletiva



Fonte: arquivo pessoal da autora (2018).

## 12 - Processo de Formação dos Catadores e Catadoras



Fonte: arquivo pessoal da autora (2016).

### 13 - Processo de Formação dos Catadores e Catadoras



Fonte: arquivo pessoal da autora (2016).

### 14 - Processo de Formação dos Catadores e Catadoras.



Fonte: arquivo pessoal da autora (2017).

15 – Processo de Formação dos Catadores e Catadoras.



Fonte: arquivo pessoal da autora (2017)

16 – Processo de Formação dos Catadores e Catadoras.



Fonte: arquivo pessoal da autora (2017).

## 17 - Catadores da ASCAPAN



Fonte: arquivo pessoal da autora (2018)

18 - Visita Técnica durante a Disciplina de Educação Popular e Autogestão (EPA)  
PPGEdu/UNEMAT 01/Dez/2017.

Fonte: IOCASS, 2017.